



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM DEMANDAS
POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS**

ELK KARINE ALVES DA SILVA

**CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA LEGAL:
LEITURAS DE TRABALHADORAS INFORMAIS
SOBRE ARAGUAÍNA – TO**

Araguaína/TO
2022

ELK KARINE ALVES DA SILVA

**CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA LEGAL:
LEITURAS DE TRABALHADORAS INFORMAIS
SOBRE ARAGUAÍNA – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Demografia.

Orientador(a): Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

Araguaína/TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586c Silva, Elk Karine Alves da.
CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA LEGAL: leituras de
trabalhadoras informais sobre Araguaína - TO. / Elk Karine Alves da
Silva. – Araguaína, TO, 2022.
134 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas
Regionais, 2022.

Orientador: Miguel Pacifico Filho

1. Trabalho. 2. Informalidade. 3. Mulheres. 4. Araguaína. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ELK KARINE ALVES DA SILVA

CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA LEGAL: LEITURAS
DE TRABALHADORAS INFORMAIS SOBRE
ARAGUAÍNA – TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas, foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Demografia, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca examinadora.

Data de aprovação: 23/09 /2022

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente

MIGUEL PACIFICO FILHO

Data: 07/01/2023 21:48:55-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho. Orientador, UFNT



Documento assinado digitalmente

MIGUEL PACIFICO FILHO

Data: 07/01/2023 21:47:47-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Dr. Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro, UFNT



Documento assinado digitalmente

MIGUEL PACIFICO FILHO

Data: 07/01/2023 21:46:03-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Dra Luciana Butzke, FURB

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho contou com a colaboração de diversas pessoas, às quais agradeço imensamente:

Agradeço primeiramente às 23 trabalhadoras informais que aceitaram ceder seu tempo para contribuir para a realização deste estudo. Sem elas, nada seria possível.

Agradeço também ao professor orientador, Miguel Pacífico Filho, que acompanhou pontualmente o andamento dessa dissertação, e aos professores integrantes das bancas de qualificação do projeto, da dissertação e defesa: Thelma Pontes Borges, Mauricio Ferreira Mendes, Lilyan Rosmery Luizaga, Grazielle Betina Brandt, Tatiane Tavares Vieira e Luciana Butzke, e a todos os outros que diretamente ou indiretamente auxiliaram a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O contingente de trabalhadores informais cresce continuamente, a informalidade é tendência e alternativa ao desemprego. Para o presente trabalho, temos como grupo de estudo 23 trabalhadoras do setor informal de Araguaína-TO, cidade média no interior da Amazônia Legal, são manicures, cabeleireiras, revendedoras de cosméticos, domésticas e diaristas; utilizamos a técnica amostral bola de neve para identificar as trabalhadoras até o ponto de saturação. O objetivo dessa dissertação é compreender qual a leitura que essas trabalhadoras têm da cidade que se apresenta como Capital do Boi Gordo, bem como identificar seu perfil socioeconômico, para isso utilizamos entrevista semiestruturada e análise de conteúdo para compreensão dos dados aferidos. Utilizamos a técnica amostral bola de neve e a saturação para definir a amostra. Além disso, a pesquisa realizada qualifica-se como descritiva e exploratória, adotamos o método de abordagem indutivo e tipologia de pesquisa qualitativa. Os resultados demonstram dubiedade de leituras: ora a cidade se apresenta como cenário de possibilidades, ora como limitadora em razão de precariedades diversas.

Palavras-chaves: Trabalho; Informalidade; Mulheres; Araguaína

ABSTRACT

The number of informal workers is growing continuously, informality is a trend and an alternative to unemployment. For the present work, we have as a study group 23 workers from the informal sector of Araguaína-TO, a medium-sized city in the interior of the Legal Amazon, they are manicurists, hairdressers, cosmetics retailers, housekeepers and day laborers. The objective is to understand what readings these workers have of the city that presents itself as the Capital of Boi Gordo, as well as to identify its socioeconomic profile. For this, we used semi-structured interviews and content analysis to understand the measured data. In addition, the research carried out qualifies as descriptive and exploratory, we adopted the inductive approach method and qualitative research typology. The partial results demonstrate dubious readings: sometimes the city presents itself as a scenario of possibilities, sometimes as a limiting factor due to various precariousness.

Key-words: Work. Informality. Women. Araguaína.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa: Araguaína na Amazônia Legal	34
Figura 2 – Parque Cimba.....	67
Figura 3 – Ester atendendo cliente.....	78
Figura 4 – Local de residência e trabalho.....	91
Figura 5 – Residência da entrevistada Pilar	93
Figura 6 – Animal preso na casa de Pilar	93
Figura 7 – Feira na rua 14 de dezembro	94
Figura 8 - Mercado Municipal de Araguaína.....	95
Figura 9 – Vista de fora do Mercado Municipal	96
Figura 10 - Vitrine de cosméticos da entrevistada Cristina.....	97
Figura 11 – Sala de atendimento de Isabela	97
Figura 12 - Av. Cônego João Lima (Centro).....	104
Figura 13 – Parque Cimba.....	110
Figura 14 - academia ao ar livre e parquinho infantil no Parque Cimba	111
Figura 15 – Pôr do sol na Via Lago	112
Figura 16 – Poço artesiano.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento populacional estimado do Brasil e macrorregiões.....	33
Gráfico 2 - População ocupada, ocupados com vínculo e trabalhadores sem carteira e por conta própria	48
Gráfico 3 - Rendimento médio habitual do trabalho principal, por tipo de ocupação, 2019	49
Gráfico 4 - Empregados na indústria de transformação (por sexo)	53
Gráfico 5 - Empregados na indústria de transformação na década de 80 (por sexo)	53
Gráfico 6 – Cor ou raça	68
Gráfico 7 - Escolaridade	69
Gráfico 8 - Renda familiar.....	72
Gráfico 9 - Horas trabalhadas por dia (aproximadamente).....	84
Gráfico 10 – Tipo de residência.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de pessoas com quem reside	92
Tabela 2 - Trabalho doméstico	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores macroeconômicos do "milagre"	27
Quadro 2 - Rebanhos de Araguaína.....	37
Quadro 3 - Produção agrícola de Araguaína	38
Quadro 4 - Crescimento populacional	39
Quadro 5 - Classificação das ocupações nos setores formal e informal.....	47
Quadro 6 – Profissões	68
Quadro 7 - Contribuição ao INSS	86
Quadro 8 - Desinteresse pelo mercado de trabalho formal.	89
Quadro 9 - Residência e trabalho	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das leis trabalhistas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Rio
FNDCT	Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico
FUNTEC	Fundo de apoio à tecnologia
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROCEDER	Programa de cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
TO	Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 Dos procedimentos metodológicos	21
1.1 Coleta de dados.....	21
2.3 Tabulação dos dados: o método análise de conteúdo	23
2.4 Do grupo pesquisado.....	24
3 URBANIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE: OS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	25
3.1 Araguaína: urbanização e crescimento	33
4 CENTRALIDADE DO TRABALHO	40
4.1 O trabalho na contemporaneidade e trabalho informal	44
4.1.1 Breve contextualização acerca da pandemia e seus impactos no mundo do trabalho	50
4.2 Mulheres no mundo do trabalho e divisão sexual.....	52
5 O ESPAÇO URBANO	56
5.1 Exclusão socioespacial e o direito à cidade	59
6 TRABALHADORAS DO SETOR INFORMAL EM ARAGUAÍNA: LEITURAS DE UMA CIDADE	66
6.1 Perfil Socioeconômico	68
6.2 Trabalho e divisão sexual do trabalho no lar.....	80
6.3 Moradia.....	91
6.4 Direito à cidade.....	102
Considerações finais	121
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	132
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	132
APÊNDICE B – PARECER COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	134

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta como temática a relação entre trabalho informal e o direito à cidade de Araguaína-TO, cidade média que se localiza em uma região de transição entre dois biomas, Cerrado e Amazônia; e cuja economia gira em torno da produção de *commodities* como soja e carne bovina. Delimita-se como recorte um grupo de trabalhadoras informais da referida cidade que exercem as seguintes atividades: manicures, cabeleireiras, revendedoras de cosméticos e domésticas/diaristas.

A cidade que delimita geograficamente esta pesquisa, teve seu processo de urbanização como fruto de influência de políticas como as instituídas durante os governos militares, são exemplos os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II, em 1971 e 1975. Criados sob o lema “Integrar para não entregar”, estes planos objetivavam criar cidades médias de influência regional para homogeneizar o desenvolvimento do país. Durante esse período também foram criados programas que incentivavam a ocupação produtiva das terras do Cerrado do país por meio da agricultura, o que justifica o crescimento econômico de Araguaína, bem como de todo estado do Tocantins, ter sido dado através da cadeia do agronegócio.

No Plano Municipal de Água e Esgoto de Araguaína (2013), é verificado que a economia da cidade é baseada principalmente no setor de serviços e no agroindustrial, evidenciando a vocação agropecuária do município. No entanto, de acordo com Seplan (2017), o setor que mais emprega é o de serviços. A taxa de formalização dos ocupados com mais de 18 anos é de pouco mais de 50%; ou seja: há uma escassez de postos de trabalho formal. Esta informação é relevante para a pesquisa que se pretende desenvolver, uma vez que estudamos um grupo de trabalhadoras que se encontram fora da zona de trabalho formalizado.

Pode-se afirmar que a ausência de trabalho formal coloca essas trabalhadoras em uma situação de vulnerabilidade social, que é para Castell (2010) gerada pela insuficiência de emprego para todos. Destaca-se que Araguaína é uma cidade de porte médio que exerce forte influência regional, e por esse motivo recebe cidadãos de outras cidades e estados, o que influencia o crescimento populacional.

No último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) a população da cidade era de 150.484 habitantes, e em 2020 estima-se que

são 183.381 pessoas, ou seja, a taxa de crescimento percentual anual é de 2,18%; e equivale a 21,8% em 10 anos, um percentual que está acima do crescimento do estado, que conta com 14,9% em dez anos, e do Brasil, cuja taxa de crescimento em dez anos é de 11%.

Assim, o percentual de crescimento populacional de Araguaína é maior que os do Tocantins e do Brasil. Tal contexto gera intensificação na procura de empregos e uma maior ausência de postos de trabalho que atenda a demanda populacional, sendo esse movimento uma das prováveis causas do aumento do trabalho informal na cidade¹, e é por esse motivo que buscamos, entre outras coisas, entender qual o entendimento e o acesso que as trabalhadoras informais têm de Araguaína.

Para Antunes (2011, p.409) a inserção de trabalhadores no mercado informal é “extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos”; além disso, o trabalhador não conta com uma carga horária bem definida, o que afeta sobremaneira as trabalhadoras, que comumente exclusivas responsáveis pela vida no lar, sentem o peso de simultâneas jornadas de trabalho.

Nesse contexto, para a execução desta pesquisa nos filiaremos aos referenciais teóricos de segregação socioespacial, divisão sexual do trabalho e precariado. Segregação socioespacial em razão de entender o acesso que as trabalhadoras tem à cidade, divisão sexual do trabalho uma vez que as ocupações dessas mulheres são tidas como essencialmente femininas, e precariado por estarem elas inseridas em um grupo sem perspectiva de trabalho decente, formal, com todos os direitos assegurados.

Com a pesquisa, buscaremos atender aos objetivos geral e específico propostos que são respectivamente: detectar qual o acesso e leitura das trabalhadoras sobre a cidade, e entender a percepção das trabalhadoras informais sobre Araguaína através de categorias como educação, moradia, alimentação e trabalho, além de verificar seu perfil socioeconômico.

Escolhemos para isso uma metodologia que é qualitativa, usaremos a entrevista semiestruturada como método de coleta de dados por permitir tratar de

¹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inferiu que quase 170 mil trabalhadores do estado estão em postos de trabalho informal, em 2020. Notícia disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/11/26/tocantins-tem-crescimento-no-numero-de-trabalhadores-que-vivem-na-informalidade-entenda.ghtml>> acesso em 14 de junho de 2020.

aspectos subjetivos referentes ao que se pretende pesquisar, a tabulação e análise dos dados obtidos serão realizadas por meio de Análise de Conteúdo, conforme melhor explicado em tópico específico.

Dentro deste contexto, esta dissertação procura contribuir para os estudos sobre trabalho e direito à cidade, relacionando estes temas ao nosso lócus de pesquisa.

Observando o exposto, a pesquisa busca entender qual compreensão e como a cidade se apresenta a essas mulheres enquanto trabalhadoras do setor informal, desse modo, o problema de pesquisa se apresenta sob a forma da pergunta “como as mulheres trabalhadoras informais entendem/leem a cidade de Araguaína-TO?”.

Para essa questão, temos duas hipóteses: a) a cidade não se permite ser vista de outra forma além da Capital do boi gordo, de grande movimentação agropecuária; e do centro de compras e prestação de serviços e; b) a mão de obra menos qualificada tem o acesso à cidade fragilizado.

O tema desta dissertação possui significativa relevância de estudo, uma vez que a informalidade tem se tornado tendência e alternativa para a escassez de postos formais de trabalho, além do mais, através dos resultados obtidos será possível entender as demandas das trabalhadoras informais e o que estas afirmam sobre a administração pública da cidade e as oportunidades oferecidas por esta.

Desse modo, a justificativa deste trabalho reside na sua contribuição social compreendida como a possibilidade de ouvir a voz dessas trabalhadoras, ou ainda, oferecer um espaço para que essas entrevistadas apontem suas realidades, é também este o diferencial dessa pesquisa: a oportunidade que essas trabalhadoras têm de apontar acertos ou falhas, injustiças ou indiferenças vividas na autoproclamada Capital do Boi Gordo.

Para fins de delimitação do escopo, informamos que este trabalho não tem por finalidade oferecer as soluções para as demandas dessas trabalhadoras, mas sim entender sua percepção com a cidade e seu acesso à ela, investigar suas reivindicações, e além disso, averiguar qual é seu perfil social e econômico.

Este trabalho foi organizado em 6 capítulos, além da introdução, que apresenta o tema proposto, a hipótese de pesquisa, os objetivos, geral e específicos, o problema de pesquisa e sua justificativa, assim como as principais filiações às quais recorreremos para a fundamentação teórica.

O capítulo 1 apresenta a metodologia, materiais e métodos utilizados para a realização desta pesquisa, assim como uma breve descrição do grupo investigado. Utilizamos a técnica amostral *Snowball* (bola de neve), usamos as redes de referência das entrevistadas para alcançar mais trabalhadoras, e fizemos uso da saturação como critério de encerramento do número total de entrevistas.

O capítulo 2, Urbanização da região norte: os planos nacionais de desenvolvimento, trata da ocupação da região, incentivada durante o governo militar pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Há ainda a apresentação da cidade em que se realizou este estudo, sua urbanização e dados demográficos do município.

No capítulo 3 tratamos sobre a dimensão da centralidade do trabalho, discorrendo sobre sua historicidade e o trabalho na contemporaneidade, citamos brevemente os impactos da pandemia do Coronavírus sobre o mundo do trabalho, além de discorrer sobre trabalho feminino.

O capítulo 4 apresenta noções teóricas do espaço Urbano, como sua definição, e traz dados que demonstram a realidade brasileira, neste capítulo discorreremos também sobre a exclusão socioespacial e o direito à cidade. E no capítulo 5, Trabalhadoras do setor informal em Araguaína: leituras de uma cidade, tratamos da análise dos dados apurados com as entrevistas. Ao fim, trazendo os dados obtidos por meio das entrevistas, sua análise e discussão.

Por fim, as Considerações finais apontam as conclusões da pesquisa, deste modo identificando sua relevância técnico- científica bem como suas principais contribuições; e também os apontamentos e considerações da pesquisadora acerca da pesquisa realizada.

1 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com os objetivos, a pesquisa realizada qualifica-se como descritiva e exploratória por buscar a compreensão de um grupo, neste caso trabalhadoras informais de Araguaína-TO, a busca da familiaridade com o problema, a descrição das características do grupo pesquisado e por serem “as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.” (GIL, 2008, p.42).

Quanto ao método de abordagem adotar-se-á o método indutivo, que conforme Marcone e Lakatos (2003) é o processo que a partir de dados particulares induz uma verdade universal e que leva às ilações mais amplas do que as premissas em que se baseiam, para as mesmas autoras são conclusões sobre este método:

- a) de premissas que encerram informações acerca de casos ou acontecimentos observados, passa-se para uma conclusão que contém informações sobre casos ou acontecimentos não observados;
- b) passa-se pelo raciocínio, dos indícios percebidos, a uma realidade desconhecida por eles revelada;
- c) o caminho de passagem vai do especial ao mais geral, dos indivíduos às espécies, das espécies ao gênero, dos fatos às leis ou das leis especiais às leis mais gerais;
- d) a extensão dos antecedentes é menor do que a da conclusão, que é generalizada pelo universalizante "todo", ao passo que os antecedentes enumeram apenas "alguns" casos verificados;
- e) quando descoberta uma relação constante entre duas propriedades ou dois fenômenos, passa-se dessa descoberta à afirmação de uma relação essencial e, em consequência, universal e necessária, entre essas propriedades ou fenômenos. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.86).

Para desvendar o proposto por esta pesquisa, o instrumento de coleta utilizado para obtenção dos dados da pesquisa será a entrevista semiestruturada, pois conforme sustentam Marconi e Lakatos (2003) esta permite ao pesquisador mais liberdade por ter vantagens como flexibilidade, não haver necessidade do entrevistado ser alfabetizado, possibilidade de obtenção de dados de maneira mais precisa, além de poder-se registrar as reações do entrevistado.

1.1 Coleta de dados

Conforme já descrito, optou-se por uma tipologia de pesquisa de natureza qualitativa, e utilização de entrevista semiestruturada enquanto instrumento de coleta de dados que tem como objetivo responder ao problema de pesquisa deste trabalho.

São motivos da escolha da entrevista como técnica de coleta de dados, a já citada maior interação entre pesquisador e pesquisado, que obtém “acesso direto ou

indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante” (FRASER; GONDIM, 2004, p.140), além disso esse instrumento permite ao pesquisador a possibilidade de apresentar a reação dos participantes da pesquisa.

No caso da entrevista semiestruturada, também chamada de diretiva ou aberta, Manzini (1990/1991, p. 154) aponta que se trata de um roteiro em que se confeccionam perguntas centrais que são complementadas por outras questões que surgem no momento da entrevista, e por isso pode fazer com que se revelem informações mais livremente e não vinculadas a um padrão de alternativas pré-estabelecidas.

Para a entrevista foi elaborado um roteiro, que se encontra como apêndice, com 35 perguntas que versam sobre os objetivos dessa pesquisa, afim de investigar variáveis como moradia, educação e trabalho. A aplicação deste deu-se fora do ambiente e horário habitual de trabalho das pesquisadas, por entender que de forma contrária, as eventuais interrupções poderiam afetar a dinâmica pergunta/resposta e conseqüentemente, a qualidade dos resultados; outro benefício desta prática é o maior conforto das entrevistadas já que em um ambiente tranquilo e fora de seu trabalho, a respondente dispõe de mais a atenção para as questões apresentadas.

Enfatizamos que apesar do número alto de trabalhadores informais, não há formas de trabalho organizado de trabalhadores informais na cidade de Araguaína, ou seja, por não ser possível encontrar facilmente pessoas que se insiram no grupo de análise pesquisado, fizemos uso da técnica bola de neve, encontrando 23 trabalhadoras informais através de indicações de 05 dessas já definidas.

A amostragem foi definida por saturação, definido por Glaser e Strauss (1967) como o fechamento da amostragem ou suspensão da inclusão de participantes quando os dados obtidos começam a apresentar repetição ou redundância, assim, quando identificamos um padrão de repetição nas respostas, sabemos que a amostra foi definida.

Finalizando, salientamos que para assegurar a segurança das entrevistadas, este projeto foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa com seres humanos no Brasil, via Plataforma Brasil. Após obtida a aprovação e autorização para realização, cujo número do parecer é 4.703.909, seguimos para a execução da pesquisa. É necessário atentar também que devido ao momento de pandemia pelo vírus Sars-cov-

2 as entrevistas foram postergadas para o momento de arrefecimento da transmissão do vírus e foram realizadas parte presencialmente, parte via ligação telefônica.

2.3 Tabulação dos dados: o método análise de conteúdo

Para tabulação dos dados obtidos, utilizamos a análise de conteúdo, que Bardin (2016) define como um conglomerado de técnicas de análise de comunicações, e que, portanto, aumenta a produtividade da informação final.

Para isso, inicialmente realizamos a transcrição fonética das entrevistas, que serão gravadas, observando o Projeto da Norma Urbana Oral Culta (NURC). O NURC foi um projeto iniciado em 1970 e desenvolvido em 5 capitais brasileiras – Recife, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre- que propunha o estudo da norma culta em diferentes regiões do país, respeitando e caracterizando as variações linguísticas faladas em cada uma delas (UFRJ,2020). Do mesmo modo, buscamos respeitar as variáveis linguísticas de cada uma das trabalhadoras informais entrevistadas.

Destarte, o primeiro passo para analisar os resultados é a sua decodificação, para Bardin (2016) codificar os dados é transformar os dados brutos obtidos com a pesquisa, transformação essa podendo ser realizada por recorte, enumeração ou agregação; permitindo uma clara apresentação do obtido no texto, no nosso caso, com as entrevistas realizadas com as entrevistadas com as trabalhadoras informais, que serão distribuídos por categorias, a fim de facilitar a análise de seu conteúdo.

A categorização consoante a autora supracitada:

É uma operação de classificação [...]. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns desses elementos [...]. BARDIN (2016, p. 147-8).

A estruturação das categorias, para a autora, é comportada em duas etapas: o inventário, que corresponde ao isolamento dos elementos, e a classificação, que reparte os elementos e impõe uma certa organização às mensagens, assim, serão essas as estudadas:

- a) Escolaridade
- b) Rendimento per capita e familiar

- c) Carga horaria trabalhada
- d) Acesso ao lazer
- e) Local de moradia atual e nos cinco anos anteriores
- f) Local de nascimento

Assim, relacionaremos a codificação dos dados aos referenciais teóricos citados na fundamentação, possibilitando associar essas categorias às correntes teóricas apresentadas, moradia, por exemplo, se relaciona à segregação socioespacial, rendimento ao precariado, e a carga horária à divisão sexual do trabalho.

Apresentados os métodos e metodologias que serão utilizados na pesquisa, dedicaremos o próximo tópico a descrever o grupo que será pesquisado.

2.4 Do grupo pesquisado

A pesquisa proposta visa entender a percepção que trabalhadoras inseridas no trabalho informal têm sobre o acesso à cidade de Araguaína-TO. Especificamos que se entende como trabalho informal aquele sem acesso aos direitos assegurados pela Consolidação das Leis trabalhistas (1943), representados pela carteira de trabalho. Em Araguaína, por não haver organização de trabalhadoras informais, como sindicatos ou órgãos representativos, utilizamos de solidariedade social para constituir o grupo de pesquisa, ou seja, alcançamos o total de 23 trabalhadoras informais a partir de cinco previamente identificadas.

Portanto, foram analisadas 23 trabalhadoras dos seguintes grupos: manicures, cabeleireiras, vendedoras de cosméticos, domésticas/diaristas. São critérios para participação na pesquisa: serem trabalhadoras informais e se enquadrarem em alguma das profissões citadas, serem maiores de 18 anos, e de lugares distintos da cidade. A inserção deste último critério é justificada em razão de que a preocupação da pesquisa é por uma amostragem que compreenda pontos e vivências variadas do município, a fim da obtenção de resultados fidedignos.

Cabe destacar que a cidade, cuja urbanização ocorreu graças a um amplo percentual de participação de migração, como veremos no capítulo 3, pode ter entre as trabalhadoras informais um contingente de trabalhadoras migrantes.

3 URBANIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE: OS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

No Brasil, durante quase seis décadas, de 1930 a 1990, a política estabelecida, desenvolvimentista, foi baseada no binômio segurança nacional e desenvolvimento econômico. Desenvolvimentismo é, para Fonseca (2015), um termo usado para nominar um conjunto de políticas econômicas, fenômeno do mundo material, ou uma corrente de pensamento que abrange conhecimentos de rigor científico, delimitada no século XX.

A perspectiva eclodiu após a Grande Depressão de 1929, e espalhou-se pela América Latina, especialmente no Brasil, Argentina, México e Chile, tendo se consolidado enquanto noção econômica teórica nas décadas de 1950 e 1960, após a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e tendo seu conceito amplamente difundido após a década de 1970.

Fonseca (2004) orienta que apesar de ter surgido após a Grande Crise, não foi em decorrência dela, tampouco de forma espontânea. Para este autor tratou-se de um processo de construção política e intelectual culminado por atores sociais da elite, descontentes com a situação de atraso que assolava o país. Bielschowsky (1988, p. 7) afirma desenvolvimentismo enquanto:

A ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente.

No caso brasileiro, esse conjunto de políticas esteve em operação destacadamente nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, cujas governanças estavam pautadas no ideário da industrialização e modernização do país. Contudo, é no governo de Castello Branco, durante a ditadura militar, que há a associação de desenvolvimento à segurança nacional, em um discurso que foi “ressonância da Doutrina de Robert Câmara, presidente do Banco Mundial. Câmara

foi o primeiro a associar o conceito de desenvolvimento ao de segurança nacional, em um discurso proferido em Montreal, no ano de 1967” (DUARTE, 2009, p. 158).

Entretanto, segundo Duarte (2009), é no decurso do período capitaneado por Geisel que a discussão em torno de desenvolvimento toma mais fôlego. Segundo o autor, o então presidente chegou a declarar que desenvolvimento e segurança seriam a fórmula que ampliaria o lema da bandeira. O período de Ditadura Militar, de 1964 a 1985, foi fortemente marcado por discursos ufanistas, como bem representa a ligação feita entre a política adotada por Geisel e a *Ordem e Progresso* estampada no estandarte brasileiro.

Outra máxima desse momento foi a criação do slogan nacionalista ‘*Integrar para não entregar*’, usado para justificar o interesse na ocupação da Amazônia, sob o pretexto da segurança nacional e a ligação com o desenvolvimento da região. Sobre o uso de um discurso nacionalista, Souza (2020, p.134) afirma que “entende-se que a busca por legitimidade da ação política por parte do governo ditatorial se ancorou na tentativa de conferir um sentido de carisma à ação de conquista da região”. Desse modo, para integrar e desenvolver a região vista como “inferno verde” e “espaço vazio”, se fez necessário a difusão de um discurso patriótico que pudesse agregar empreendimentos e políticas pensadas através artifícios específicos (CHAGAS, HECKTHEUER, HECKTHEUER 2017).

Nos anos 70 usou-se desse ideário nacional para a efetivação da ocupação da região norte, o Governo Federal, então presidido por Emílio Médici, criou projetos geopolíticos visando o incentivo ao desenvolvimento nacional e integração das regiões amazônicas (Centro Oeste, Norte e Nordeste) ao resto do país. Visava-se a expansão da fronteira econômica, industrialização e urbanização; e a facilitação do acesso a essas regiões, que objetivavam um melhor escoamento da produção e exploração das riquezas naturais (Santos, 2017; Sodré e Ramires, 2017; Júnior e Nascimento, 2014).

Desses projetos destacam-se os Planos de Desenvolvimento Nacional I e II (PND); o primeiro buscava entre outras coisas:

VIII - Realização de Estratégia Regional para efetivar a integração Nacional. Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de Indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos polos regionais, notadamente o agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia. (BRASIL, 1971).

Criado sob a gestão de Médici, o I PND foi tomado como uma extensão do Plano de Base e Metas para Ação do Governo e almejava elevar o Brasil, no período de uma década, ao patamar de país desenvolvido. Para isso tinha como objetivos duplicar a renda per capita em relação à de 1969 e trabalhar na estabilização do crescimento do Produto Interno Bruto do país (PIB) a uma taxa de 9% e 10% ao ano, aumentar as exportações e por último, expandir a geração de emprego e o controlar a inflação (BRASIL, 1971). Este primeiro plano teve papel decisivo no reestabelecimento do crescimento da economia e do “milagre” econômico, momento vivido pelo país entre 1968-1973 durante o momento de autocracia vivido pelo Brasil.

O “milagre econômico” é assim chamado em razão das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que chegaram a alcançar 11,1% ao ano. Para Veloso et al (2008) uma característica do período foi “que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos”.

No quadro a seguir estão dispostos os indicadores do período citado:

Quadro 1 - Indicadores macroeconômicos do "milagre"

Indicadores Selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP %)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das importações em US\$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (%)	13,7	22,9	18,5	6	37,4	55,3
Saldo em Conta Corrente (em US\$ milhões)	-582	-384	-839	-1.630	-1.688	-2.380
Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)	97	531	534	537	2.538	2.380
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2	1,7	1,8	2,3	2	1

Fonte: Apêndice Estatístico em Giambiagi et al (2005)

De importância central para o “milagre”, o PND também teve a industrialização do país como um dos fatores pretendidos, principalmente no setor de bens e consumo, e especialmente na indústria automobilística. Estabelecia Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; estados da região sudeste, como principais pólos de crescimento nacional, acreditando que “essa região seria capaz de assegurar a expansão das indústrias, como o aporte científico e tecnológico nacional decorrente de um sistema de educacional avançado” (Furtado, 2012).

Esse sistema avançado seria dado pela integração de “Indústria-Pesquisa-Universidade, como núcleo fundamental de uma estrutura nacional integrada de Educação/Ciência-Tecnologia/Empresa” (BRASIL,1974, p. 58). Os fatores de impulsos para o crescimento da indústria seriam a

disseminação e consolidação dos centros de integração Universidade-Indústria ou Escola-Empresa [...]. Adoção, pelas instituições de pesquisa governamentais, de programa sistemático de articulação com o setor produtivo nacional, principalmente para disseminação do resultado de seus estudos. Realização de convênios do Governo com as Universidades [...]. Ampliação dos esquemas de participação do estudante nos programas de desenvolvimento.

Assim, a política científica e tecnológica, de rigor acadêmico, foi tratada pelo I PND como meio de expansão da industrialização. Uma estratégia ordenada pelo governo que mediante operação do sistema financeiro para o desenvolvimento tecnológico, realizaria através de fundos como Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o FUNTEC (BNDE), e o fundo associado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), um movimento que possibilitaria a mobilização de recursos para apoiar um conjunto de instituições e centros de pesquisas que dedicar-se-iam a solucionar problemas da indústria do país.

A busca pelo desenvolvimento e industrialização, priorizada nos estados sudestinos supracitados, levou à acentuação das “desigualdades regionais, ocasionando também problemas urbanos nos Estados polos” (Barcelos, Costa e Silva, 2020, s.p.). Sobre isso, Furtado (2012) afirma:

Como demonstrou o ‘milagre’ dos anos 68/73, a preocupação exclusiva com a maximização do crescimento de renda, fundada sobre um padrão de demanda elástica, longe de resolver, pelos supostos mecanismos automáticos de mercado, agravou tanto os problemas do subemprego e da pobreza como os desequilíbrios regionais (FURTADO, 2012, p.199).

Como tentativa de amenizar essa situação foi criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Este plano, criado para o período de 1975-1979, foi uma etapa “marcada pela influência de fatores relacionados com a situação internacional, principalmente quanto a crise de energia.” (BRASIL, 1974). Partia do princípio da necessidade de reestabelecer o crescimento econômico, já que o país enfrentava dificuldades para manter a aceleração observada nos anos passados, também conservava uma preocupação com a situação internacional e a política de dependência, e buscava controlar a inflação e manter estável o equilíbrio do balanço de pagamentos, com altos níveis de reserva.

Para Baer (2009, p.125) o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento visava “enfrentar a crise da dependência a partir do fortalecimento da economia nacional, tendo como eixo a substituição de importações em setores básicos da economia”. Cabe destacar que o contexto da época era o da crise do petróleo, o II PND tinha por objetivo ajustar o funcionamento da economia nacional ao impacto da crise do petróleo e ao novo patamar alcançado pela indústria durante o ‘milagre brasileiro. Assim, de acordo com o plano, o país deveria “ajustar a sua estrutura econômica a situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial” (BRASIL, 1974, p.16).

Esse ajuste, para o fortalecimento nacional, implicaria ênfase na indústria a fim de substituir importações e abrir novas frentes para a exportação, como a agropecuária, que por ter, em geral, um desempenho acentuado, deveria ser chamada para cumprir papel no desenvolvimento nacional. Assim, contribuindo significativamente para o crescimento do Produto Interno Bruto e trazendo à tona a capacidade do Brasil de “realizar a sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial” (BRASIL, 1974, p.16). Em face disso, havia a pretensão de “cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento” (II PND, p.37) para levar o país a uma suposta situação de equilíbrio, com a promoção da descentralização da indústria através da estimulação de áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, inclusive através da expansão da fronteira agrícola.

Deste modo, se efetivava o pensamento da ocupação produtiva

como processo importante de expansão da agropecuária, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à

disposição do setor imensas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia. (II PND, 1974, p. 42).

O segundo Plano, para consolidar essa ocupação, contou com a construção de rodovias e com o estabelecimento da criação de cidades médias na região norte, parte de uma política de urbanização que seria a primeira deste tipo: a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Abrangido por essa política, o estado do Tocantins possui alguns municípios que se configuram hoje como cidades médias

Utilizamos como conceito de cidade média aquele dado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, segundo o qual são aquelas que possuem mais de 100 mil habitantes, e o de “núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de núcleos menores e articular relações de toda ordem” (TRINDADE JR., 2011, p. 137). A PNDU enquanto política de desenvolvimento estipulava a promoção de núcleos urbanos localizados estrategicamente ao longo das rodovias criadas para a integração nacional, uma vez que estas aumentariam o dinamismo urbano às suas margens.

São exemplos dessas estradas edificadas a Transamazônica e a Belém-Brasília, sendo observado o potencial de desenvolvimento agro mineral, industrial e pecuário. A construção dessas rodovias passou a concentrar povoamento em suas margens, isto é, para o deslanche do processo de urbanização amazônico. Assim, foi necessária a criação de uma infraestrutura para ocupação de “fração expressiva do espaço vazio regional” a fim de obter um adensamento populacional às custas de investimentos públicos elevados (MOURA; MELO, 2001, p.214-15).

O II PND esperava a apropriação dessa infraestrutura, visando utilizá-la para a estratégia de ocupação produtiva dessa região, tal ocupação, como já citado, se dava pela expansão do capital estrangeiro e do uso da terra para agricultura e pecuária. Para isso, foram utilizados programas como o POLAMAZÔNIA, que permitiria o aumento do rebanho no Mato Grosso, no norte de Goiás (hoje Tocantins) e no sul do Pará, além de áreas de cerrado, cerradão e mata fina;

É necessário que a Agricultura e a Pecuária passem a desempenhar novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento. (...) A manter-se do quadro recente, poderia a agricultura continuar o crescimento geral, através do fornecimento dos alimentos e matérias-primas necessários, sem elevação do preço real (...). Trata-se, agora, de exigir muito mais do setor agropecuário. (...) A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agricultura, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição do setor imensas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia. (República Federativa do Brasil. Projeto do II

Plano Nacional de Desenvolvimento II PND (1975-1979), Brasília, 1974, pp. 33. 1986, 69-71).

Criado em 1974, o programa tinha por finalidade a promoção e aproveitamento do potencial agropecuário e mineral, florestal e agroindustrial em 15 pólos da Amazônia, assim distribuídos: Acre, Marajó, Amapá, Pré Amazônia Maranhense, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Altamira, Trombetas, Carajás, Xingu-Araguaia, Juruena, Aripuanã, Rondônia e Araguaia-Tocantins, a maior parte deles sob jurisdição da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

As linhas de atuação do POLAMAZÔNIA eram as seguintes:

Agricultura que envolve pesquisas agropecuárias, armazenamento, abastecimento, regularização fundiária, colonização, etc.; Infra- Estrutura Econômica, atuando em Rodovias, aeroportos, portos e vias navegáveis, mineração; Desenvolvimento Urbano, que abrange abastecimento de água, sistema viário, esgotos sanitários, energia, drenagem pluvial, defesa contra erosão e cais de saneamento, etc.; Infra-Estrutura Social como: Saúde e saneamento, educação, trabalho; Atuando também em outras áreas como: Demarcação indígena, ecologia, industrialização, apoio à pequena e média empresa, apoio logístico (SUDAM, 2019, p.7).

O planejamento estatal capitalista, por meio de ações dos PNDs, foi essencial para a formação urbana contemporânea da região norte, inclusive pelo incentivo à migração dado pela política de colonização implantada pelo Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha entre seus objetivos, de acordo com Henriques (1984, p.399), “redirecionar o potencial migratório do Nordeste para os vales úmidos desta região e para suas novas fronteiras agrícolas”, o que evitaria o deslocamento migratório para a região sudeste.

Moura e Moreira (2001) afirmam que com a crise da dívida do Estado brasileiro, nos anos 80, quando houve a paralisação do crescimento econômico do país por toda a década (sendo por isso conhecida como a *década perdida*); as políticas públicas de ocupação da região entraram em declínio, e em razão disso passaram a perder espaço e a se reger fundamentalmente pela lógica de mercado. Sem a implementação dessas políticas de integração do Norte e vendo o desenvolvimento regional defasado, os governos estaduais passam “buscar parcerias e a procurar integração entre si no sentido de tocar algumas obras de infraestrutura e efetivar outras ações de desenvolvimento, por vezes na esteira de programas e projetos pretéritos parcialmente recuperados” (MOURA E MOREIRA, 2001, p. 217).

Ainda de acordo com Moura e Moreira (2001), essas tendências de ocupação, majoritariamente dirigidas e estimuladas pelo Estado, determinaram ou vocacionaram o crescimento populacional dos estados da região norte, quiçá menos em termos relativos à intensidade e mais em termos de orientação e distribuição do espaço regional.

Para Becker (1990) o fluxo imigratório que recebeu a região amazônica não possuía um destino rural. E enquanto conteúdo socioespacial, o urbano, converteu-se numa estratégia de ocupação do território sob lógica de reprodução econômica e social, tendo em uma organização espacial de nuance dinâmica e complexa como resultado. A autora destaca o processo intenso de urbanização considerando a mobilidade da força de trabalho, que é explicado pela migração como forma de povoamento da região e modo de formação da força de trabalho regional, mas também pela dificuldade do acesso à terra.

Observando isso, Júnior (2013, p.93) menciona que

a mobilidade da força de trabalho passou a ser elemento explicativo para o sentido da fronteira urbana – um espaço de crescimento populacional urbano, de expressiva expansão de dimensões físicas das cidades, de proliferação de novos núcleos urbanos, mas igualmente da expansão de valores urbanos e de formas novas e renovadas de reprodução do capital e de controle social (JÚNIOR, 2013, p.93).

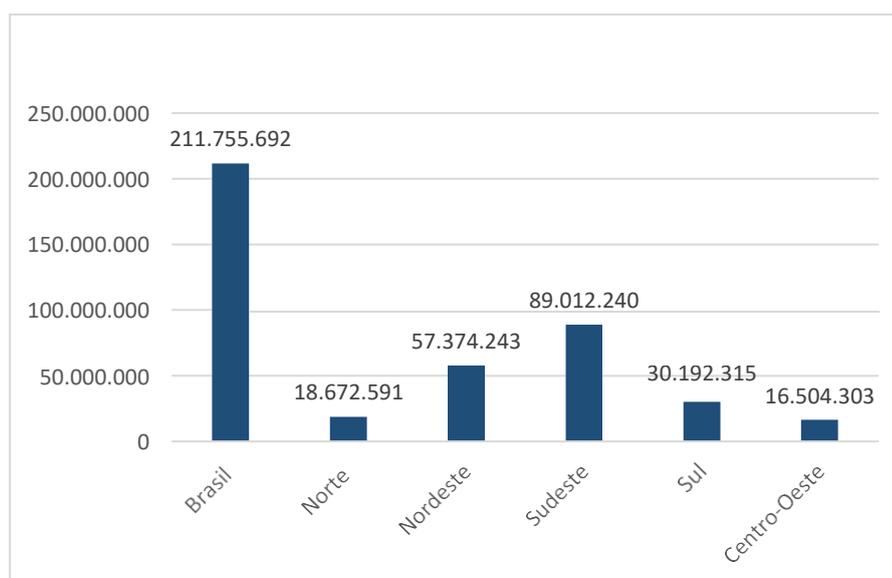
Destarte, a migração dos anos 70 e 80 foi responsável por desempenhar um papel relevante no dinamismo populacional da região norte. Para Becker (1985), o projeto de ocupação da fronteira amazônica realizado pelo Estado previu o aumento populacional, verificando-se a partir dele uma urbanização em múltiplas facetas: do crescimento intenso de cidades velhas e novas à propagação de povoados e núcleos instáveis. Para a autora, a estruturação da fronteira, mediada pelo urbano, é a base logística do processo de ocupação da região (BECKER, 2015).

Registros do IBGE apontam que nos anos 1970, a população residente na região norte era de 3.603.679 habitantes, em 2010 esse número passa a ser de 15.864.454 pessoas, um aumento de 340,2% em 40 anos, ou seja, o total de residentes do Norte cresceu 85% a cada uma das décadas. Segundo projeção do mesmo Instituto, o Norte contaria atualmente com um contingente populacional estimado em 18.672.591, o que representaria um aumento percentual de 17,7% na última década (IBGE/SIDRA, 2021).

Até 1970, a população residente no Norte era majoritariamente rural, nessa década o IBGE contabilizou através do Censo um total de 2.044.090 moradores em zonas rurais e 1.784.223 residentes na área urbana. Em 1980 a população urbana ultrapassou a rural, e até o último Censo Demográfico (2010) eram 4.199.945 pessoas residente no espaço rural contra 11.664.509 do urbano.

Destaca-se que o Norte é a maior região do país em território, ocupando uma faixa equivalente a 3.853.575,6 km² de área territorial, correspondente a 45% da extensão de todo o Brasil. No entanto, como exposto no gráfico a seguir, é a segunda menor região do país em termos populacionais, sendo maior apenas que o Centro-Oeste.

Gráfico 1 - Crescimento populacional estimado do Brasil e macrorregiões



Fonte: elaborada pela autora com dados do IBGE

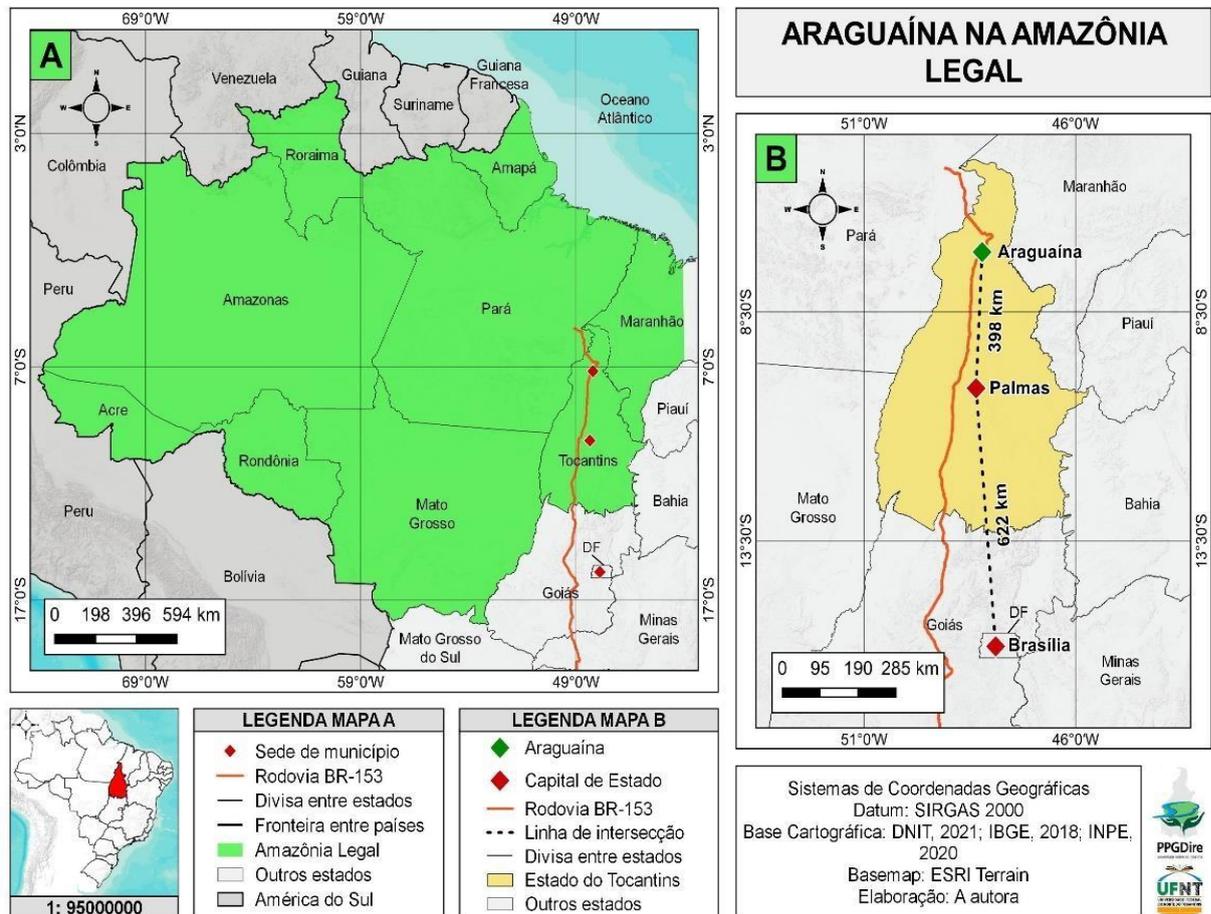
Entre as cidades do Norte encontra-se a pesquisada nesta dissertação: Araguaína. O município possui características particulares, inclusive em teor de população, obtém percentuais de crescimento maiores que o Estado brasileiro e sua região, como veremos a seguir.

3.1 Araguaína: urbanização e crescimento

Araguaína é uma cidade média localizada ao norte do estado do Tocantins e situada entre os 5.217.423 km² de faixa territorial da Amazônia Legal, esta abrange

nove estados brasileiros, a maioria da região norte: Rondônia, Roraima, Pará, Amazonas, Acre, Tocantins, Amapá, Mato Grosso, e parte do Estado do Maranhão (KOHLHEPP, 2002).

Figura 1 – Mapa: Araguaína na Amazônia Legal



Fonte: elaboração própria, 2021.

A criação da Amazônia legal, através do Decreto-Lei nº 1106, instituído em 16 de julho de 1970, foi resultado de motivações políticas, uma vez que o Governo Federal entendeu essa divisão como fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico da região e do país.

O mesmo decreto viabilizou o Programa de Integração Nacional, supracitado, com o objetivo de facilitar rotas de migração e o estabelecimento de atividades econômicas. Para isso se valendo das rodovias criadas à época para atuarem como corredores de desenvolvimento, são exemplos a Transbrasiliana e a Belém-Brasília.

Esta última impactou sobremaneira o estado do Tocantins. corta todo o estado, de norte a sul, e segundo Barbosa et al (2005), é possível afirmar

[...] sem nenhum constrangimento que o estado do Tocantins é “filho” da Belém-Brasília. Sem ela, o estado não passaria, hoje, de um imenso território mesopotâmico [...], isolado do sul do país e sem saída para o norte, a não ser por água, como antigamente. O estado do Tocantins é uma dádiva da grande rodovia, porque praticamente não há cidade que não tenha nascido de seu “ventre” (BARBOSA et al., (2004, p. 79).

A BR-153, como também é denominada, impactou diretamente na urbanização e desenvolvimento de Araguaína. A cidade teve, segundo Santos (2017) seu desenvolvimento e urbanização dado em especial pela criação da rodovia Belém-Brasília, que liga Brasília à Belém, capital do estado do Pará.

Apesar de se desenvolver e urbanizar a partir da construção da estrada, em 1950, o município que teve sua criação decretada apenas em 14 de novembro de 1958, já contava com moradores, afirmam Valverde e Dias (1967)

Conquanto tenha ainda a paisagem urbana por organizar, Araguaína já existia antes da abertura da estrada. Segundo o testemunho de um antigo morador, em 1944, o local possuía 6 casas e tinha o nome de Lontras (nome do rio próximo). O grande impulso lhe veio, porém, há cerca de 5 anos, após a abertura da rodovia com o afluxo de povoadores mineiros, goianos, paulistas, paraenses, maranhenses, piauienses e nordestinos. (VALVERDE, DIAS, 1967: 205-6).

Para atender os transeuntes que passavam pela rodovia recém-criada, novos pontos comerciais surgiram às suas margens. Hotéis, borracharias, lanchonetes, postos de gasolina e autopeças, como afirma Souza (2017), a BR-153 também foi responsável por trazer novos moradores, uma vez que muitos dos que trabalhavam em sua construção fixaram residência. Em razão disso, estabelecimentos foram criados na cidade para atender a demanda trazida por esses novos habitantes.

De acordo com Santos (2017, p.109), o comércio era formado por “armazéns, lojas de tecidos, barbearias e pensões, que passaram a atender também à população oriunda do campo, que se dirigia a outros centros urbanos como Babaçulândia e Filadélfia”. Atraindo migrantes e longe de haver somente benesses, após a edificação da BR-153 o crescimento de Araguaína se deu de modo espontâneo, rápido e desordenado, sem plano preconcebido (VALVERDE E DIAS, 1967).

Uma das razões deste crescimento é o fato de Araguaína se constituir como um centro regional que exerce influência nas cidades circunvizinhas, e mais tarde até mesmo em outros estados como Pará e Maranhão. Conforme dados da pesquisa Região de Influência das Cidades, Araguaína é uma Capital Regional C, com forte nível de centralidade.

Para Júnior e Nascimento (2014,) a importância da cidade, sobretudo econômica é resultado dos processos de integração nacional, dados via infraestrutura de transportes e processos econômicos ligados à agroindústria e ao setor primário. Além disso, Araguaína exerce centralidade num ambiente de expansão da fronteira e é zona de atração de trabalho novo, definido como aquele que promove o crescimento da economia e a criação de novas divisões de trabalho (BECKER, 2013). O município acumula ainda funções de distribuição de bens e serviços especializados, como os de educação superior e saúde, para população local e de cidades circunvizinhas, além de ter um papel central de apoio à pecuária do estado do Tocantins e fornecedora principal de carne bovina para o mercado mundial (SILVA, 2012).

Essa centralidade pode ser entendida como resultado da integração do Norte ao restante do país, que como vimos, contou com a industrialização como eixo base, entretanto houve também durante o regime militar a modernização do campo e agroindústria com a Revolução Verde nos anos 1960, que foi responsável por expulsar parte da mão de obra rural para as cidades, para Wedig (2009), essa expulsão decorrente da mecanização do campo

pode ser constatada através de estudos que comprovam ter havido um êxodo intenso de pessoas que migraram do campo para as cidades, migração essa que envolveu principalmente os jovens rurais e, entre estes, sobretudo as mulheres (WEDIG, 2009, p. 49).

O processo de mudanças no setor agrícola promoveu um movimento de urbanização das cidades e modificou o avanço da fronteira agro mineral na borda amazônica, planejada pelo Estado, bem como o fortalecimento da centralidade de cidades médias, gerando crescimento demográfico e produtivo atrelado à expansão da extração de minérios e da agricultura moderna (JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014).

Entre as mudanças para o avanço da fronteira, estão a criação de programas que incentivavam a ocupação produtiva das terras do Cerrado por meio da agricultura, são eles o PRODECER e o POLOCENTRO.

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), parceria entre Brasil e Japão, foi instituído em 1979 e visava a cooperação financeira e técnica para aproveitar o potencial da região de Cerrados e torná-la produtiva, aproveitando todo seu potencial de desenvolvimento e utilizando para isso meios para modernização. E o Programa de Desenvolvimento da

Região Centro-Oeste (POLOCENTRO) objetivava o desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias nos Cerrados.

O interesse no Cerrado foi justificado por ser uma grande área ainda não explorada, mas, de acordo com Pessôa e Inocêncio (2014) a razão genuína da escolha do Cerrado como local de produção agrícola foi a pretensão de atender ao mercado internacional, uma vez que a soja, principal grão produzido na região, é uma *commodity* e a utilização da área do cerrado para sua produção tornaria, em longo prazo, favorável ao desenvolvimento do agronegócio.

Sobre isso, as autoras Pessôa e Inocêncio (2014, p.3) ainda comentam que

o capital, em sua lógica de expansão, apropriou-se dessas novas áreas e transformou-as em função de seus interesses, alterando sua estrutura e conteúdo. Nessa transformação, a agricultura passou, a partir da atuação de grupos monopolistas, a ser subordinada à indústria e ao capital financeiro, tornando-se cada vez mais uma atividade dependente da indústria processadora de produtos agrícolas e produtora de insumos, máquinas e implementos agrícolas (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p.3).

Assim, vinculou-se o setor agrícola ao industrial, com o Estado exercendo o protagonismo pela transformação da agricultura. Os programas citados, inseridos no território do norte do país justificam que o crescimento econômico da cidade investigada nesta dissertação, bem como de todo estado do Tocantins e macrorregião, ter sido dado através da cadeia do agronegócio.

Tal afirmação pode ser reconhecida a partir de documentos como o Perfil do Agronegócio Tocantinense (2016) e Perfil Socioeconômico dos Municípios (2017), divulgado pela Secretaria do Planejamento e Orçamento. No primeiro, afirma-se que para se tornar mais competitivo o estado deve incrementar políticas de incentivo com a industrialização das *commodities*, e no segundo documento citado se verifica número expressivo de atividades ligadas ao agro na cidade de Araguaína, como a produção voltada à agricultura e criação bovina.

Segundos dados da pesquisa Produção da Pecuária Municipal (2019), divulgados pelo IBGE, assim é composto o rebanho do município:

Quadro 2 - Rebanhos de Araguaína

Rebanhos	Efetivo
Bovino	242.047 cabeças
Suíno	5.021 cabeças

Caprino	402 cabeças
Galináceo	151.048 cabeças
Aquicultura	13.000 kg
Equino	5.122 cabeças

Fonte: elaborada pela autora com dados da Produção da Pecuária Municipal 2019; Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

A produção de bovinos se destaca, razão pela qual recebe a alcunha de Capital do Boi Gordo, também pela qualidade do produto.

Na agricultura, esses são os números, de acordo com a pesquisa Produção Agrícola Municipal realizada pelo IBGE (2019):

Quadro 3 - Produção agrícola de Araguaína

Cultura	Produção
Soja	20.231 toneladas
Arroz (com casca)	13 toneladas
Feijão	36 toneladas
Milho	3.235 toneladas
Melancia	60 toneladas
Mandioca	718 toneladas
Abacaxi	11.400*

Fonte: elaborado pela autora com dados da Produção Agrícola Municipal 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

*Frutos por hectare

O campo agrícola esteve ligado ao crescimento e urbanização de Araguaína, tendo a pecuária grande influência no processo de ocupação da cidade. No entanto, é o setor de serviços o propulsor da economia (SODRÉ; RAMIRES, 2017). Contando com o segundo maior PIB Per Capita do estado, de R\$ 22.809,80 (em 2017), a cidade é palco da instalação de sedes de grandes redes nacionais e internacionais de comércio, como Casas Bahia, Odebrecht, Ambev, Atacadão e recentemente a rede de lanchonetes Burger King.

No entanto, a chegada dessas empresas não consegue abarcar toda a força de trabalho do município, haja visto que em 2010 a taxa de formalização dos ocupados era de 55,59%, de acordo com o Programa das Nações Unidas pelo desenvolvimento

no Brasil (2013). Dados mais recentes indicam que em 2018, o percentual de ocupação da população atingiu 20,6%, equivalente a 36,571 habitantes (IBGE, 2018).

Ressaltamos que conforme Sodré e Ramires (2017) Araguaína é a segunda cidade média mais importante do Tocantins. Além disso, conta com baixos indicadores sociais: pelo último Censo Demográfico (IBGE, 2010) das 43.857 famílias da cidade, o percentual das que viviam em condição de pobreza extrema e pobreza absoluta eram de 10,29% e 33,39%; respectivamente.

No Plano Municipal de Água e Esgoto de Araguaína (PMAE, 2013), é verificado que a economia da cidade é baseada principalmente no setor de serviços e no agroindustrial, evidenciando a vocação agropecuária do município. No entanto, de acordo com Perfil Socioeconômico dos Municípios (SEPLAN, 2018), o setor que mais emprega é o de serviços. E a taxa de formalização dos ocupados com mais de 18 anos é de pouco mais de 50%; ou seja: há uma escassez de postos de trabalho formal, enquanto a quantidade de habitantes cresce de forma elevada.

Entre as décadas de 1970 e 1980 a urbanização do município sofreu aumento significativo, quando contava respectivamente com 37.915 e 72.069 habitantes, houve durante este lapso temporal um aumento percentual maior que 200%.

No quadro a seguir estão discriminados a população de Araguaína em comparação com o estado do Tocantins e Brasil, os dados estão de acordo com o Censo Demográfico (2010), e estão descritos também a estimativa de crescimento e o percentual de crescimento entre 2010 e 2022, aferidas pelo IBGE (2022).

Quadro 4 - Crescimento populacional

Local	2010	Projeção 2022	Percentual de crescimento
Araguaína	150.484	186.245*	23,76%
Tocantins	1.383.445	1.619.109	17,03%
Brasil	190.755.799	214.356.386	12,37%

Fonte: elaborado pela autora com dados do IBGE. *dado de 2021

Segundo Sodré e Ramires (2017) as cidades médias, como a que tratamos neste trabalho, ganham destaque na urbanização do estado do Tocantins por serem

os principais centros de consumo e gestão do território, uma vez que é nessas cidades que se encontra a maioria e melhores serviços de todos os tipos: transporte, educação, saúde, serviços jurídicos e serviços de indústria e comércio, que as tornam “áreas de confluência de processos migratórios e da geração de empregos formais” (SODRÉ E RAMIRES, 2017, p. 178).

A oferta de trabalho também foi e ainda é importante no processo de urbanização da cidade, uma vez que esta abrigava os migrantes das cidades vizinhas e outros estados que vinham atraídos pelos comércios e em busca de emprego, coadunando com a afirmação de Becker (1990) que a força de trabalho foi importante para o processo de povoamento da região da *floresta urbanizada*.

4 CENTRALIDADE DO TRABALHO

Historicamente, se atribui ao trabalho dois significados contraditórios, e com ambivalência histórica, pois por um lado é visto como dignificante, essencial para a estrutura social e biológica, e por outro como digno de penosidade, como maldição, crime ou castigo (MULLER, 2005). Vejamos: para a ética calvinista, a disposição para o trabalho e elevação econômica se constitui como fonte de salvação, conforme assinala Weber:

Ora, é claro que o conjunto da literatura ascética de quase todas as confissões religiosas está impregnado pelo ponto de vista segundo o qual o trabalho leal, ainda que mal remunerado, da parte daqueles a quem a vida não facultou outras possibilidades, era algo extremamente aprazível a Deus. Nessa particular ascese protestante em si não trouxe nenhuma novidade. Só que: ela não apenas aprofundou ao máximo esse ponto de vista, como fez mais, produziu para essa norma o estímulo psicológico (*psychologischen Antrieb*), quando concebeu esse trabalho como vocação profissional, como único meio, de uma pessoa se certificar do estado de graça (...). É palpável o poder de que dispunha para fomentar a “produtividade” do trabalho no sentido capitalista da palavra a aspiração *exclusiva* pelo reino dos céus através do cumprimento do dever do trabalho profissional e da ascese rigorosa que a disciplina eclesiástica impingia como coisa natural, precisamente às classes não proprietárias. (WEBER, 2008, p. 162-163).

Nesse sentido, o trabalho glorifica o homem e o dignifica, estimulando os seres ao trabalho, que garantiria a elevação ao paraíso. Ao contrário disso, na antiguidade o ato de trabalhar era visto como atividade desprovida de nobreza, depreciada e inferior, “entendido como peso, como algo que fadiga e deprime; o trabalho, assim, era o contraponto da divindade, que permanecia contemplativa e não trabalhava”

(ABREU; ALMEIDA, 2016, p. 123). Não em vão, o termo *trabalho* deriva de *tripallium*, instrumento feito de três pedaços de madeira, usado no processo de beneficiamento de milho e também como instrumento de tortura. Tripallium é derivado do verbo tripaliare, que significa torturar (Albornoz, 2004).

Desse modo, o homem livre era aquele que dispunha seu tempo à ociosidade, à política e armas, não devendo jamais trabalhar, deixando confiado aos escravos, não livres; a atividade da produção dos bens materiais (BATTAGLIA, 1951).

No século XIX, a segunda onda da revolução industrial promoveu novas transformações no trabalho, tornando-o mais especializado e mais nítida a diferença entre os donos das indústrias e os trabalhadores (HOBBSAWN, 1996).

Segundo Singer (1985, p24) antes do período industrial grande parcela do trabalho produtivo “era executada por camponeses e artesãos autônomos ou então por servos. Com a industrialização, a formação da classe operária passou a representar a principal decorrência social de desenvolvimento das forças produtivas”. Nesse tipo de trabalho, artesanal, o trabalhador tinha o domínio do conhecimento sobre todo processo produtivo, enquanto no industrial suas atividades são fragmentadas, uma vez que

A Revolução Industrial trouxe a intensidade da exploração da mão-de-obra, o tempo começou a ser controlado por industriais e não mais pelos artesãos. O trabalhador perdeu o saber do produto todo ao ir trabalhar nas indústrias, já que não poderia concorrer com elas, tornaram-se, assim, subordinados às mesmas e apropriados do seu saber (OLIVEIRA,2004 p.86).

Baseado nas transformações advindas do trabalho industrial do século XIX e através dessa mutabilidade histórica de seus sentidos que os sociólogos Durkheim, Weber, e especialmente, Marx, criaram a base teórica da centralidade do trabalho.

Marx é criador de um construto teórico que coloca o trabalho como categoria central, para Cardoso (2008, p.14).

Ao construir as análises e os conceitos da exploração capitalista, das classes sociais, do estado moderno, da luta de classes, da ideologia, da alienação, da formação do valor, do capital, dentre outros não menos importantes, o autor tomou claro como o trabalho, além de pano de fundo de todas essas questões, constitui-se como uma eterna necessidade natural da vida social, isto é, o meio através do qual permitiu ao ser social se impor sobre a natureza que o cerca, exercer seu reconhecimento sobre ela, e transformá-la, transformando-se a si próprio.

A noção de centralidade é fruto de dois processos simultâneos, em dois campos de ação: histórico e teórico. No âmbito histórico há a propagação mundial da relação de trabalho fundada na mercantilização da força de trabalho e propriedade privada dos meios de produção, característica marcante do sistema capitalista, passa a figurar como princípio organizador das relações sociais; na esfera teórica, o ramo trabalho passa a ser destaque nos estudos em Ciências Sociais (BUENO,2013).

Essa centralidade se refere à crença do trabalho para além de punição ou satisfação, aqui ele toma a posição de categoria basilar que promoveria a emancipação da sociedade das degradações advindas do capital, tais como as desigualdades sociais. Mais que isso, a centralidade do trabalho é a condição deste como estruturador da organização social, incumbido da responsabilidade da produção e reprodução das dimensões políticas, econômicas e sociais que integram os indivíduos em sociedade e, ainda, torna-se o elemento base da definição identitária dos sujeitos humanos (SANTOS E MELO,2011)

O papel central do trabalho carrega um sentido ontológico, por ser ele o que nos torna o que somos: seres sociais. Em gênese, trabalhar é o que possibilita a humanização e impulsiona o desenvolvimento das forças de produção; e nos diferencia dos demais animais:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX, 2010, p.210-211).

A teleologia, capacidade de pensar o que não existe materialmente, é uma característica exclusivamente humana. Ou seja, transformar a natureza de modo a produzir os próprios bens e modificar a estrutura social é a competência que torna o trabalho como categoria que funda o ser social. Ou ainda, segundo Antunes (2000), “o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas.”

É então essência humana, afirmam Netto e Brazz (2012, p.49) que

[...] foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Ou se quiser: o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade). [...] trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si

mesmos (isto é, se autoproduziram como resultados de sua própria atividade) tornando se – para além dos seres naturais – seres sociais.

É através do trabalho que há a construção dos sujeitos e da sociedade, uma vez que trabalhar é um processo coletivo e que apesar de não se resumir a isso, não há como ocorrer existência social sem trabalho.

O mundo do trabalho que serviu como pano de fundo para essa concepção de centralidade sofreu mudanças a partir de 1960, especialmente em razão da chamada crise estrutural dos anos 1970, e deram origem à críticas e questionamentos acerca do papel central do trabalho. Essas mudanças se referem à substituição do padrão fordista-taylorista pelo de acumulação flexível, padrão que disseminou ideais neoliberais, tendo por base a reestruturação produtiva já citada (ANTUNES, 1999). Também ampliou o esvaziamento do campo trabalho, e a ascensão de novos objetos de investigação sociológica, algumas nas novas áreas de interesse são a cultura, raça e gênero. Para Lessa (1997, p.157);

A categoria trabalho, que no início do debate possuía um significado mais nítido, vai adquirindo conotações crescentemente matizadas, como o próprio conceito de centralidade vai também passando por modificações conforme vai sendo apoderado pelos distintos discursos nas ciências sociais. Enfim, num processo muito conhecido, quanto mais frequente tem se tornado o uso da expressão centralidade do trabalho, mais impreciso tem se tornado o seu conteúdo semântico.

O conjunto das mudanças acendeu o debate de que seriam esses os sinais do fim da sociedade do trabalho, ou o fim do trabalho enquanto categoria sociológica fundamental. Entre esses sinais estão as formas de organização do trabalho mais flexíveis, aumento da força de trabalho no setor de serviços em detrimento do industrial, ampliação das formas de trabalho imaterial, inovações tecnológicas e novos padrões de busca pela produtividade, e a crise no emprego.

A crise no emprego é resultante da acumulação flexível, que implica em altos níveis de desemprego, ganhos modestos de salário, e retrocesso do poder sindical. Dessa forma, a sociedade que vive do trabalho se encontrou defasada, com trabalhadores que se encontram ao centro ou na periferia. (HARVEY, 1992). O centro é composto por empregados em tempo integral, em condições e posições essenciais para a organização em que trabalha, enquanto a periferia

abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de

trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural”. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico” (HARVEY, 1992, p.144).

O enfraquecimento da estrutura mercadológica, apontados pelo autor, conduzem para o enfraquecimento da categoria sociológica aqui tratada e caminham para a intensificação de formas de subcontratação de trabalhadores.

Para Salazar (2009) é evidente que a sociedade baseada no pleno emprego não é mais referência para pensar em trabalho, já que em razão da reestruturação produtiva o trabalho assalariado assume outras modalidades, marcadas pela precariedade e flexibilização. Veremos no tópico a seguir a contemporaneidade do trabalho e uma das modalidades que surgem com a crise: trabalho informal.

4.1 O trabalho na contemporaneidade e trabalho informal

A concepção moderna de trabalho como “ato de criar” ou “esforço” é associada a duas terminologias advindas da Grécia: *ponos*, para o trabalho fadigante, e *ergon*, para o trabalho criativo. Na modernidade o mercado passa a exigir mais agilidade, qualidade e baixo custo de produção, passa-se a pautar a estrutura da produtividade em fatores como flexibilidade, com foco em produzir produtos diferentes em menor tempo, com baixos preços finais e excelente nível de qualidade; havendo para isso a substituição em grande escala do trabalho vivo pelo trabalho morto, com controle de qualidade e entrega rápida esperadas pelo consumidor final (PINTO, 2007).

Dessas exigências surge um novo modo de produção desenvolvido no Japão, caracterizado conforme Pinto (2012, p.535) por seus “métodos peculiares de gestão da força de trabalho, em que formas sutis de envolvimento e controle dos trabalhadores são combinadas a elementos de alta intensificação das funções e tarefas que desempenham”.

Entretanto, com o novo contexto social e político da reestruturação produtiva houve além de novas caracterizações do mercado de trabalho, já citadas no tópico 2.1; a queda das taxas de juros, esgotamento do padrão até então vigente, e crise do modelo de Estado -Welfare State- com forte incentivo à privatizações de órgãos

públicos (ANTUNES 2000). Essas mudanças acarretaram em desemprego dos trabalhadores.

Destacamos no tópico anterior que ao longo da história existiram diferentes modos de produção como o trabalho escravo, o servil, e o capitalista na sociedade industrial; assalariado. No capitalismo, segundo Oliveira e Silveira (2012) o trabalho assalariado passa a ser sinônimo de emprego. A partir do século XIX, emprego passa a ser entendido como o trabalho realizado em fábricas ou burocracias das nações subdesenvolvidas, na sociedade capitalista, não ter emprego é sinônimo de exclusão ou imprestabilidade (WOLACK, 2007).

Entretanto, é preciso frisar que emprego e trabalho não são conceitos sinônimos, embora distintos, são muitas vezes confundidos; pois para o estabelecimento de uma relação empregatícia se faz necessário o cumprimento de todas as prerrogativas e requisitos impostos pela consolidação das leis trabalhistas (CLT), em seu artigo 3º, a saber: “prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário” (BRASIL, 1943).

Diferente disso, a relação de trabalho não possui essas características traçadas por este dispositivo legal, uma vez que para Moraes e Moraes Filho (2000) é trabalhador todo sujeito que produz ou presta serviços para outrem sob regime jurídico, subordinado, autônomo ou liberal, ou seja, não há equivalência entre trabalhador e empregado. Assim, emprego é um fenômeno moderno que no corpo social que tem o mercado como centro funciona como troca, é através dele se consegue os bens materiais necessários para viver. Enquanto no período histórico pré-industrial o desemprego em massa era decorrente de secas, guerras ou pestes, na contemporaneidade a sociedade do pleno emprego é cada vez menos aplicada à realidade de trabalhadores.

Ademais, a flexibilização e introdução da informatização e robótica nas fabricas permitiu a substituição da mão de obra humana pela maquinaria, pois “em muitos casos, era suficiente apenas um trabalhador para manipular várias máquinas. E este trabalhador, por sua vez, tinha que estar em processo de qualificação constante, pois os avanços tecnológicos rem sucessivos” (MEDEIROS, 2013, p.6).

Com a conjuntura econômica emergida com a acumulação flexível, pós fordismo, houve um duplo movimento: de um lado a recuperação do crescimento da economia industrial e desemprego massivo de outro, que deixa

Surgir um contingente de trabalhadores que aceita submeter-se a trabalhos sem proteção social ou direitos trabalhistas, como salário fixo, carteira assinada, férias e aposentadoria. O resultado disso é o surgimento de um mercado de trabalho inteiramente novo, caracterizado pelo enfraquecimento dos trabalhadores e de seus sindicatos, pela permissividade do Estado frente à pressão patronal e pela consequente proliferação de formas flexibilizadas de trabalho, como as subcontratações, as terceirizações e as práticas informais (SANTOS, MELO, 2011, p.29).

Diante desse cenário, sociólogos franceses na década de 80 destacam o surgimento de um precariado, categoria de trabalhadores que com a ausência de emprego, já não se inserem no mercado de trabalho assalariado, sendo assim um grupo socioeconômico distinto de pessoas inseridas de forma precária no mercado (STANDING, 2019). O nascimento dessa nova classe trabalhadora pode ser interpretado como resultado do declínio do padrão que normatiza e rege o emprego, que é para Tosla (2008), o trabalho permanente, supervisionado diretamente pelo empregador e em tempo integral, e que garante ao empregado uma série de benefícios, como auxílio-doença, seguro desemprego, aposentadoria e férias remuneradas.

Esse contingente de trabalhadores que convive com as incertezas e inseguranças do mercado não é homogêneo, à vista disso elucida Standing (2019, p.33) que

uma maneira de descrever o precariado é como “habitantes” [*denizens*]. O “habitante” é alguém que por uma razão ou outra, tem um conjunto de direitos mais limitados que o dos cidadãos. [...] A ideia pode ser expandida se pensarmos na gama de direitos das quais as pessoas são merecedoras [...] um número crescente de pessoas em todo o mundo não tem pelo menos um desses direitos, e como tais pertencem ao conjunto de habitantes[...].

Observando isso, o autor ainda aponta que ser parte do precariado não significa apenas não ter um vínculo empregatício seguro, ou estar empregado por curtos períodos ou sem contar totalmente com a proteção social; se trata de estar em posições que não oferecem sentidos de carreira, identidade profissional segura e poucos, quando existem, direitos recebidos do Estado.

Uma forma de trabalho que ganha força e tem os traços descritos pelo autor supra referido é a informalidade, que passa a ganhar espaço e garantir renda para as pessoas desempregadas, um processo oriundo da globalização e que prioriza a busca pela excelência de alta produção com baixo custo para o produtor, citados anteriormente. Para isso, há nesse processo

o aumento do setor de trabalho não estruturado, caracterizado pela expulsão do ciclo formal da relação de trabalho, ou seja, não há admissão com a observância dos preceitos estabelecidos pela CLT. Sendo assim, os trabalhadores [...] passam para a economia informal, visto que não conseguem obter emprego, ainda que em condições precárias (BOSCO, 2010, p.124).

O trabalho informal é, assim como o emprego, uma invenção da modernidade. Em razão disso, ainda não se encontrou uma definição conceitual consensual entre os teóricos que estudam o tema (SASAKI, 2009). Autores como Marques et al (2018) atentam para a complexidade de sentidos que o termo setor informal apresenta; destacando que seu surgimento se deu em um panorama em que se preocupava em analisar e compreender os apuros pelos quais passava a classe trabalhadora, isto é, a dificuldade de serem inseridos no campo de emprego assalariado, porquanto este era tido como essencial para superar o atraso na dinâmicas de industrialização e urbanização, enquanto as demais formas de organização do trabalho eram observadas como não pertencentes à economia moderna.

Dessa forma, informalidade pode assumir significados e interpretações distintas a depender de como é abordado. O termo foi identificado pela primeira vez no início dos anos 1970, em pesquisa do Programa Mundial de Emprego realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O relatório sobre o mercado de trabalho foi empreendido no Quênia, e se estabeleceu como pioneiro em observar a informalidade como fonte de oportunidade de renda para grande parcela da população daquele país, apesar de ser visto como improdutivo e estagnado e por essa razão não obter nenhum tipo de apoio governamental, como recebe o setor formal da economia (ILO, 1972).

Por apresentarem falta de apoio do Estado e pelas outras características já identificadas, a inserção de trabalhadores no mercado informal é, quase sempre, “extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos” (ANTUNES, 2011, p.409). Afim de melhor compreensão, assim podem ser classificadas as ocupações desses dois setores da economia; de acordo com Vasconcelos e Targino (2013):

Quadro 5 - Classificação das ocupações nos setores formal e informal.

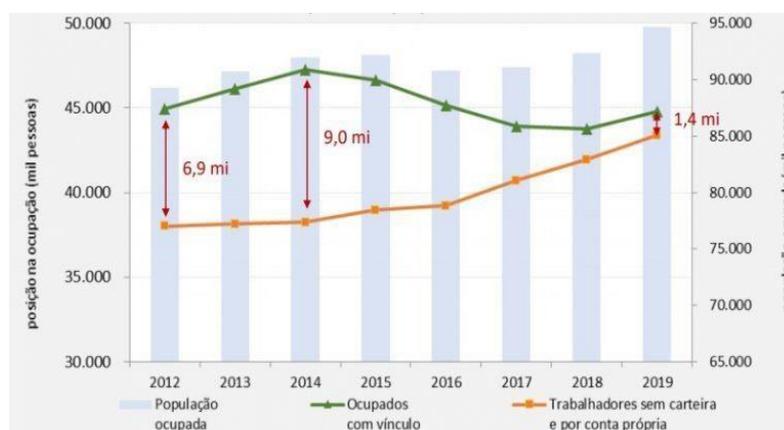
Setor informal	Setor formal
----------------	--------------

Trabalhadores sem carteira assinada	Militares
Trabalhadores por conta própria	Empregados com carteira assinada
Trabalhadores não remunerados	Funcionários públicos estatutários
Trabalhadores na produção do próprio consumo	Empregadores com 6 ou mais empregados

Fonte: elaboração própria com dados de Vasconcelos e Targino (2013)

O Brasil, vivencia há alguns anos o crescimento da população ocupada, que inclui trabalhadores nos dois setores, há, entretanto, destaque para as ocupações informais. O gráfico 02, abaixo, representa a participação dos trabalhadores ocupados sem e com carteira assinada entre os anos de 2012 e 2019. Observamos que entre 2012 e 2014 houve crescimento das ocupações, e evidente aumento de trabalhadores formais, mas a partir de 2015 há queda expressiva no número de trabalhadores em regime de trabalho formalizado e aumento da informalidade

Gráfico 2 - População ocupada, ocupados com vínculo e trabalhadores sem carteira e por conta própria



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

A partir de 2016 há expressiva queda dos trabalhadores ocupados com vínculo e aumento de trabalhadores sem carteira ou por conta própria. Esses resultados podem ser interpretados como consequência da crise política e econômica vividas pelo Brasil entre 2014 e 2015, e pela reforma trabalhista que vigora desde 2017.

A reforma foi apresentada pelo poder executivo do Brasil como projeto de lei, em 2016, e propunha reforma trabalhista; julgado com urgência, foi aprovado em pouco mais de quatro meses e responsável por modificar a CLT de maneira

ampla. Com a lei, novas mudanças contribuíram para a flexibilização do trabalho no país, no pacote de transformações estão: fim da contribuição sindical obrigatória, dar força de lei para acordos ou convenções coletivas, maior prazo de divisão de férias, fim da computação do horas *in itinere* como parte da jornada trabalhada, aprovação para mulheres grávidas trabalharem em ambiente insalubre e maiores possibilidades em casos de trabalho terceirizado e temporário (BRASIL, LEI 13.467, 2017). Ou seja, a flexibilização possibilita formas de contratação com menos garantia ao trabalhador.

No caso da informalidade, o expressivo aumento de trabalhadores sem vínculo pode constituir falta de proteção social, além de ser fonte de rendimentos desiguais, quando comparados com trabalhadores com vínculo formal de trabalho, vide gráfico 03, a seguir:

Gráfico 3 - Rendimento médio habitual do trabalho principal, por tipo de ocupação, 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019.

É possível observar a diferença de rendimentos a partir desse recorte, por posição da ocupação. Em 2019, a categoria empregadora teve o rendimento mais elevado, enquanto trabalhadores sem carteira e trabalhadores domésticos com e sem carteira recebem menos que empregados com carteira de trabalho assinada.

O contingente de trabalhadores inseridos na informalidade revela um alto número de pessoas sem acesso aos mecanismos de proteção social que são típicos de vínculos formais, como a aposentadoria e licenças remuneradas, como a licença maternidade e o auxílio doença, e o salário mínimo mensal. Outra fonte de preocupação e agravamento das questões mencionadas, como a salarial é o atual momento vivido pela sociedade: a pandemia causada pelo vírus sars-cov-19.

4.1.1 Breve contextualização acerca da pandemia e seus impactos no mundo do trabalho

Em dezembro de 2019, a organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada pela primeira vez sobre a existência de uma pneumonia misteriosa na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China. Em janeiro de 2020, a OMS declarou a doença desconhecida como uma PHEIC, isto é, uma emergência de saúde pública de âmbito internacional. Em março de 2020, a Organização declarou a instauração de uma pandemia global causada pelo vírus sars-cov-2, gerando a doença altamente contagiosa que mais tarde seria conhecida como COVID-19 ou Coronavírus.

Segundo Santos et al (2021, p.10) a crise sanitária causada pelo Coronavírus “trouxe consigo mudanças significativas nas mais diversas áreas, exigindo medidas de enfrentamento para o controle dos impactos sobre a sociedade”. As autoras se referem, por exemplo, ao uso obrigatório de máscara de proteção e álcool etílico em gel, à proibição de viagens e fechamento de fronteiras, bem como de comércios e escolas, quarentena e o isolamento social. Tais estratégias se tornaram necessárias para a diminuição do contágio pelo vírus, que até então não possuía quaisquer outras formas de combate, essas medidas afetaram sobremaneira a vida de pessoas ao redor de todo o mundo. Verifique e mencione em que momento as vacinas foram aprovadas, insira a informação aqui.

Uma das mudanças mais bruscas notadas foram as ocorridas nas relações de trabalho. No Brasil, por exemplo, toda forma de trabalho não essencial fechou as portas e o regime laboral de muitos trabalhadores mudou, já que sem poder estar fisicamente no local de trabalho em razão do risco de contaminação, as empresas assumiram o *home office* como nova estratégia organizacional.

Sobre essa questão, Silva (2020, p.67) alerta que

a pandemia de coronavírus tem trazido enormes desafios para a economia mundial. O mundo do trabalho vem sendo duramente afetado. Seja com a perda de emprego e renda, com a introdução massiva do trabalho remoto ou com a exposição a situações de risco de contágio, trabalhadores de todo o planeta sofrem os efeitos da COVID-19, das políticas restritivas e da retração econômica.

Os desafios são maiores para os trabalhadores informais, que sem poder ir às ruas acabam ficando sem renda, o que aumenta o cenário de incerteza de rendimentos normalmente já enfrentada, e de trabalho desprotegido; uma vez que para garantir a renda, trabalhadores arriscam a saúde e se veem forçados a descumprir o isolamento social. Em 2020, primeiro ano da crise, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou relatório projetando que àquela época cerca de 1,6 bilhão de trabalhadores informais foram afetados pelas medidas restritivas de isolamento tomadas a nível mundial.

Segundo o documento, os trabalhadores informais tiveram sua renda reduzida em média 60% no primeiro mês da pandemia, sendo que na África e na América Latina esse percentual era ainda maior, chegando a 81%. O relatório previa também que com esses números, a taxa de pobreza relativa de trabalhadores inseridos informalmente no mercado de trabalho aumentaria em 56% em países de renda média baixa, e em mais de 30% em países de renda média alta, como o Brasil. (ILO, 2020).

Recentemente a Organização publicou o Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo - Tendências 2022, novo relatório que prevê que a recuperação do mercado de trabalho global será incerta e lenta, ainda sofrendo os impactos do Coronavírus. A publicação indica também que o desemprego continuará maior do que o averiguado nos anos anteriores à pandemia, em 2022 o número estimado de desempregados é de 207 milhões, em 2019 eram 186 milhões. O documento adverte ainda que os efeitos da crise sanitária são diferentes entre grupos de trabalhadoras e trabalhadoras e também entre nações, e que essas diferenças estão aumentando as desigualdades nos países, independentemente do grau de desenvolvimento tido por eles (ILO, 2022).

Ademais, é importante ressaltar que o relatório frisa que o impacto da pandemia no emprego das mulheres deve durar até os próximos anos. Pesa para as mulheres, além disso “aumento no número de trabalho de cuidado não remunerado em casa, cujo ônus desproporcionalmente e em grande parte recaiu sobre as mulheres” (ILO, 2022, p.20). Veremos sobre essa questão no tópico que vem a seguir.

4.2 Mulheres no mundo do trabalho e divisão sexual

Além das transformações já citadas nos tópicos 2.1 e 2.4, a revolução industrial também foi responsável por acentuar a presença das mulheres no mercado de trabalho remunerado. A mão de obra feminina era considerada atrativa para o patrão por ser barata, elas recebiam pagamentos inferiores e não possuíam garantias trabalhistas, e além disso eram expostas a locais insalubres durante a gestação e não possuíam mobilização contra possíveis abusos do empregador (BRITO, 2017).

Uma maior participação da mão de obra das mulheres também foi percebida no pós-guerra, a partir de 1939, uma vez que

por ter sido uma longa guerra, houve diminuição significativa da força de trabalho masculina e, conseqüentemente, maior participação da mão de obra feminina para suprir essa ausência. Vale ressaltar que, nessa época, as tarefas estavam voltadas para o trabalho agrícola e para as atividades nas pequenas empresas manufatureiras e comerciais (RIBEIRO; JESUS, 2016, P.44).

Esse contato das mulheres com o trabalho na esfera pública somente foi oportunizado pela necessidade de suprir a ausência masculina, com o aproveitamento do baixo custo da sua mão de obra. O papel da mulher nas relações humanas, gênero e trabalho, ampliado ao preço de lutas e sofrimentos e incompreensões seculares é uma das transformações estruturais mais importantes da sociedade (PINTO, 2007)

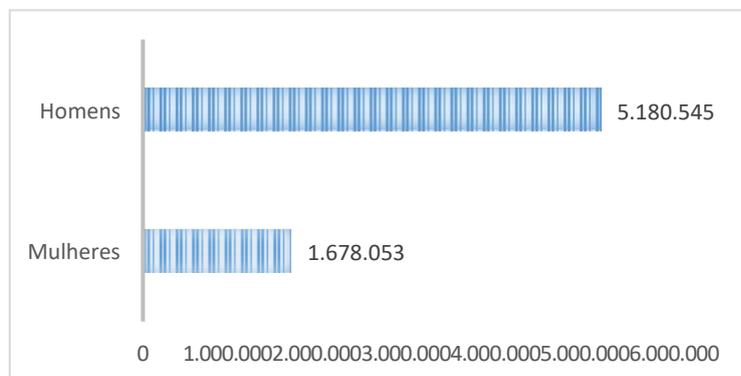
No Brasil, o direito à igualdade de gênero é assegurado desde a constituição de 1934, existindo a partir desse período a “proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil”. À partir dos anos 1930,

criou-se uma nova oportunidade para os trabalhadores brasileiros. Em 1932 foi criada a primeira lei que atendeu as necessidades da mulher trabalhadora. Essa lei dizia que duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Essa lei atingiu a todos os trabalhadores, homens e mulheres, contudo, como a mulher sempre foi mais explorada nas relações de trabalho, a eficácia das leis trabalhistas possibilitara melhores condições de trabalho especialmente para elas. (FRANCISCANI, 2010, p.18).

A partir dos anos 40, é percebido uma participação mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho, em decorrência do processo de industrialização e aumento dos empreendimentos dos ramos siderúrgicos, petrolíferos, químicos e automobilísticos siderúrgica (SCHLICKMANN e PIZARRO, 2003). No recenseamento

demográfico da década de 70 (IBGE, 1970) assim era a composição dos empregados na indústria de transformação:

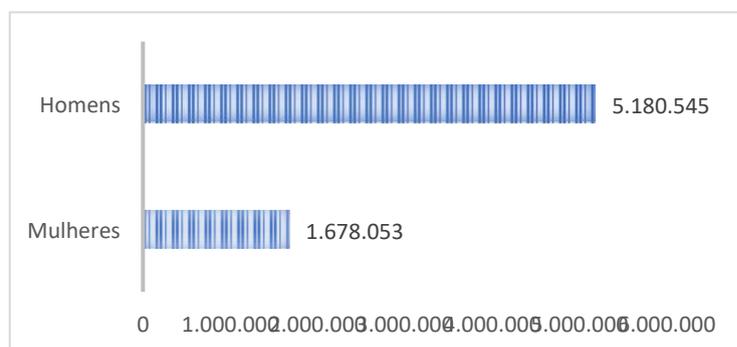
Gráfico 4 - Empregados na indústria de transformação (por sexo)



Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (1970).

A comparação entre os dados dos censos demográficos das décadas 1970 e 1980 evidencia o crescimento do emprego feminino na indústria de transformação no país:

Gráfico 5 - Empregados na indústria de transformação na década de 80 (por sexo)



Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (1981).

A participação feminina verificada se eleva a ponto de quase triplicar, enquanto os números de postos ocupados por homens são duas vezes maior. Em análise sobre a segmentação por sexo no mercado de trabalho brasileiro entre esse período, Lobo (1991), indica que a classe operária tem dois sexos. Os estudos da autora configuram um marco na sociologia do trabalho do país e permitiram a visibilidade da organização política das trabalhadoras da época e sua experiência, além de esclarecer que o que

determina a subordinação das mulheres no mercado de trabalho não é o estágio das forças produtivas, e sim as próprias relações de trabalho.

Vimos, no primeiro capítulo, que o lapso temporal estudado por Lobo (1991) foi marcado pela expansão econômica e busca pelo desenvolvimento; assim como pela urbanização crescente e industrialização. Junto a isso houve também um maior favorecimento para a feminização do mercado de trabalho brasileiro (QUERINO ET AL., 2013). Acrescentam Schlickmann e Pizarro (2003) que além do trabalho como operárias, no setor industrial, as mulheres também começaram a fazer diferença, ocupando não só postos de empregadas, mas como empregadoras e autônomas. Essas conquistas são reflexo da maior participação feminina nos postos de emprego e trabalho.

Esses êxitos antes eram inacessíveis e considerados inaceitáveis para a condição feminina; atualmente vistos com naturalidade (BRUSCHINI, 2007). Para Melo (2005) o aumento de mulheres na força de trabalho foi possível por múltiplos fatores, segundo a autora

o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade (MELO, 2005, p.4).

Um desses fatores é, de acordo com Amaral (2012), a expansão da escolarização e o ingresso das mulheres nas universidades, uma vez que em relação aos homens, elas lideram as estatísticas de escolaridade. Com maior grau de instrução, as mulheres continuam ocupando cargos ditos “tradicionais” como magistério e enfermagem, mas também cargos vistos com mais prestígio pela sociedade, caso das engenharias e direito, no entanto

[...] ainda que essas mulheres estejam ocupando novos e promissores espaços de trabalho, nos quais sua inserção tem características bastante similares às dos homens, elas permanecem submetidas a uma desigualdade de gênero presente em todos os escalões do mercado de trabalho: ganham menos do que seus colegas de profissão (BRUSCHINI e PRUPPIN, 2004, p. 109).

No Brasil, apesar de haver a participação contínua e crescente, maior ampliação de direitos para as trabalhadoras ocorreu somente a Constituição de 1988, vigente até os dias de hoje, que elimina práticas discriminatórias contra as mulheres

no mercado de trabalho (BRITO 2017 apud DELGADO, 2015). Não obstante, ainda se verifica essas práticas, haja visto, por exemplo a distinção salarial já mencionada. Outro fator que pesa sobre o trabalho feminino é a intersecção das esferas pública e privada. Ao longo da história as mulheres sempre ocuparam o espaço privado, do cuidado com o outro, dedicando-se ao lar e aos familiares; sobre essa questão Eggert (2004) destaca que

a mulher do séc. XVIII vive confinada ao lar. E pelo discurso que iremos encontrar dessa época, a mulher é 'naturalmente' afetiva e bondosa e deve, ao lado das crianças, permanecer obediente ao pai de família. De modo geral, ela é excluída dos papéis públicos e das responsabilidades exteriores, sejam elas políticas, administrativas, municipais ou corporativas. A sua preocupação era prioritariamente doméstica, encarnando a imagem de esposa e mãe. A sua dedicação é constante a todos os que vivem sob seu teto, ela é destinada a servir, ou seja, a cuidar: alimentar, criar, atender na doença, assistir na morte – esta é a ocupação da mulher (EGGERT, 2004, p. 228).

Pela dedicação ao lar, atividade sem remuneração, é comum a crença de que isto não é trabalho. E quando ingressam no espaço público, as mulheres passam a exercer profissões que são como extensão do realizado em casa, na esfera do cuidado, ou, seja se concentram em empregos tidos como tradicionalmente femininos, baseados na sua responsabilidade com relação a outra pessoa, como cuidadoras de crianças, enfermeiras, faxineiras, domésticas (GUÉRIN, 2005).

É com base nisso que na década de 1970, começaram a surgir as bases teóricas, sob impulso do movimento feminista, que consolidam a teoria chamada de divisão sexual do trabalho, isto é, a atribuição de papéis de gênero desde o nascimento que determina que homens e mulheres nascem com funções biologicamente e socialmente determinadas, essa divisão do trabalho social é derivante das relações sociais entre homens e mulheres e fator determinante para a sobrevivência da relação entre os dois sexos (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Essas atribuições sociais que delegam como feminino o trabalho na esfera doméstica alimenta uma jornada dupla de trabalho, pois mesmo trabalhando fora de casa, é dada socialmente a elas a responsabilidade do trabalho não remunerado, no lar, e

o seu maior envolvimento em atividades de cuidados e/ ou afazeres domésticos tende a impactar na forma de inserção delas no mercado de trabalho, que é marcada pela necessidade de conciliação da dupla jornada entre trabalho remunerado e não-remunerado (IBGE, 2021, p.4).

Dado o exposto, concluímos que a divisão do trabalho por sexo, atinge as mulheres em todos os tipos de trabalho, formal ou informal, urbano ou rural.

5 O ESPAÇO URBANO

O mundo é criado e recriado pelas relações entre homem e natureza, e pela maneira como os indivíduos se constroem. Nesse processo, de se construir a si e ao mundo, este último é uma possibilidade de livre transformação. Assim, produzindo o mundo os homens produzem seu processo de humanização, conhecimento e história, produzem a sociedade e também o espaço (CARLOS, 2019). Dessa maneira, o local onde os indivíduos se constroem é um fator contribuinte e determinante em seus percursos de vida e formação social. A infraestrutura e equipamentos urbanos presentes no espaço, fornecidas pela administração municipal como demanda coletiva, a exemplo do saneamento básico, transporte público, espaços de lazer, saúde, educação, dentre outras, são coeficientes importantes, necessários e adequados no que se refere a uma vida digna. Entretanto, o que de fato constitui um espaço urbano?

De modo geral, espaço é para Santos (1988, p.11) uma junção, um conjunto relacional que em sua totalidade assume um lugar fundamental, pois cada ponto dele se torna importante pelas virtualidades que apresentam. Essas virtualidades podem ser naturais ou sociais, pois como vimos, o espaço é produzido pelo homem. Neste sentido, o espaço é um conjunto de zonas que se relacionam, estabelecendo relações de troca entre si. Cada uma delas tem sua importância pelos processos de sua demanda, por exemplo, as zonas residenciais, as localidades comerciais, as regiões industriais, as duas últimas presentes no meio urbano.

Corrêa (1995, p7) define o espaço urbano e apresenta os atenuantes de sua configuração como:

O conjunto dos usos da terra justapostos entre si definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas reservadas a futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Nesse sentido, o autor enfatiza que no urbano ocorrem fragmentação e articulação ao mesmo tempo, através das relações espaciais entre as partes que se manifestam através de fluxos de veículos e pessoas, associadas a cargas e descargas de mercadorias e deslocamentos cotidianos entre local de moradia e trabalho, e deslocamentos menos corriqueiros, como ir às lojas no centro da cidade ou de seus bairros, ou visitar parentes e amigos. Essa articulação de fluxos se dá entre os distintos modos de uso do solo, que por sua vez definem as áreas do espaço urbano;

Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. (CORRÊA, 1989, p.7).

Os espaços da cidade são apropriados e definidos de maneiras diversas, que refletem os segmentos que compõem a sociedade. São os usos do solo por essas camadas que determinam a categoria da localidade e a assistência social oferecida pelo governo municipal, como pavimentação asfáltica, iluminação, segurança, dentre outros. Ademais, levar em consideração a participação dos indivíduos enquanto sujeitos sociais que produzem e reproduzem o urbano é, segundo Freitas e Ferreira (2011, p.5), “considerar que os mesmos não só participam do contexto da cidade como um todo cotidianamente, como também são agentes de produção de espaços menores”.

Os agentes, aqueles que utilizam e se apropriam do espaço; agem de formas complexas sobre ele com ações derivadas de um lado pelas necessidades de reprodução das relações sociais, e de outro pela dinâmica da acumulação capitalista (SOUZA, 1988, CARLOS, 2001). E assim contribuem para a produção do espaço.

As ações desses agentes sociais sobre o espaço incluem

práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2004, p. 11).

Desse modo, são os agentes que produzem a cidade, e esta é produto concreto e principal base de desenvolvimento do espaço urbano, assim como local de relações sociais diversas. E é em razão desses processos que há um grande interesse teórico em sua compreensão. Como afirma Corrêa (2002, p.5);

O interesse de conhecer a cidade deriva do fato dela ser o lugar onde vive parcela crescente da população. Mas também de ser o lugar onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio espaço urbano, na produção da cidade. E mais de ser o principal lugar dos conflitos sociais.

Assim, o impulso para estudar as cidades é a ocorrência da existência das dinâmicas sociais que nela acontecem. Sua análise é tarefa complexa, pois estas estão em reorganização espacial constante, em um movimento de transformações contínuas que se apresentam através da integração de áreas novas ao espaço urbano. Há, além disso, um intenso uso do solo: degradação e renovação de áreas, verticalização das edificações, deslocamento da infraestrutura e destinação de recursos para obras de saneamento básico, mobilidade, serviços e outros; além do fluxo de pessoas e capital que adentram o tecido urbano das cidades capitalistas (CARVALHO, 2016). Isto é, o espaço da cidade não é só matéria, ou sua composição física. Vemos assim que definir a cidade é uma tarefa demasiadamente complexa. Essa dificuldade pode ser explicada pela existência de múltiplos espaços que se encontram em um mesmo limite territorial e que são cabíveis de assim serem denominados

até meados do século XVIII acreditava-se ser possível classificar um espaço como cidade a partir da presença de algumas características fixas tais como: um domínio territorial; uma organização político-administrativa; uma estrutura econômica, e certo número de habitantes ocupando um mesmo território (CUNHA, 2008, p. 28).

Atualmente, utilizar esses mesmos marcadores para identificar cidades implica em encontrar núcleos de “cidade” dentro das cidades, especialmente em casos brasileiros como a metrópole de São Paulo.

Sobre estas dificuldades conceituais, Mumford (2004, p.9) pontua que não há uma definição que se aplique sozinha a todas “as suas manifestações nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice”. Seguindo o exposto, parece não haver critérios determinantes para identificar o que viria a ser uma cidade, sendo necessárias definições diversas que levam em consideração o tempo de desenvolvimento de cada espaço.

Lefèbvre (2004, p.51), com base numa visão sociológica e filosófica, aponta que há uma maior dificuldade em compreender a cidade enquanto fenômeno contemporâneo ao mesmo tempo em que desmente o mito de que a noção

contemporânea de cidade ou espaço urbano seria mais exigente ou difícil de compreender do que as anteriores, mais antigas. Além disso, evidencia-se a historicidade em torno do conceito de cidade, que não é evento novo, uma vez que existem cidades que foram assim reconhecidas há milhares de anos, como Atenas, na Grécia. Desse modo, sua definição pode mudar de acordo com a época em que se vive. Para Cunha (2008, p.29) a dificuldade de definição envolvendo a noção de cidade é reforçada pelo fato de que a realidade atual se constituir “como a consequência de um processo de desenvolvimento urbano nem sempre compreendido, mas certamente resultante de um longo período de acumulação de experiências socioeconômicas e espaciais”. Isto porque há reunido em um único território uma multiplicidade de manifestações espaciais urbanas; ou seja, a dimensão histórica é fundamental para a sua compreensão.

Sobre essa historicidade, Carlos (2019, p. 57) argumenta que

a cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado. Por outro lado, é necessário considerar que a cidade só pode ser pensada na sua articulação com a estrutura de poder da sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais.

Por isso é que é também no espaço urbano, no solo da cidade, que se veem mais claramente as diferenças sociais: é nela que se localiza a centralidade de ofertas de bens e serviços e é também nela onde se vê a carência dessas ofertas em áreas mais afastadas do centro, em regiões periféricas ou suburbanas; a seguir, discorreremos sobre esta noção, de segregação socioespacial, e direito à cidade.

5.1 Exclusão socioespacial e o direito à cidade

A relação indivíduo x cidade “repousa na hierarquia social: o lugar onde se localiza a residência de um lado discrimina e adjetiva o habitante e de outro delimita seus contatos e relações com os outros” (CARLOS, 2007, p.25). Assim, um indivíduo *vale* tanto quanto o local onde reside, ou ainda

cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde

vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga escala do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987 p.107).

Cada indivíduo vale menos ou mais dependendo da sua localização, a ponto de ser reconhecido como mais ou menos cidadão de acordo com a fração do território em que vive, assim o modo que é visto é influenciado pelo ponto em que está situado.

À disposição geográfica da população com base nas classes sociais é chamada de segregação socioespacial, uma das características marcantes do espaço geográfico brasileiro (TEIXEIRA, RIBEIRO, 2016). Essa ocorrência é justificada pelo fato de cada parte do país ter tido um desenvolvimento político e econômico em diferentes épocas e de maneira irregular, resultando em desordenamento, precariedade e um caos urbano que separa e atinge de maneira desigual cada grupo de pessoas.

Conforme Negri (2008) a separação espacial entre as classes sociais no urbano é tanto social quanto espacial, e é dada por motivos como renda, educação e tipos de ocupação; o que significa dizer que a organização das pessoas nos espaços é influenciada por sua condição social. O autor supracitado alega que é a classe alta, de maior renda, que domina e organiza os espaços urbanos de acordo com seus interesses e é essa manipulação do espaço urbano por essa classe que produz segregação socioespacial, e é instrumento de poder dessa classe. Isso ocorre porque a valorização de algumas áreas é fenômeno ocorrido de maneira não-espontânea, uma vez que com o encarecimento do solo a população pobre é afastada para as zonas periféricas, não por escolha, mas por necessidade.

Assim, tomando emprestado a expressão de Benach (2017), há uma *espacialização da desigualdade*, fato que pode ser visto em Ivo (2010) segundo a qual a crise no trabalho (precarização, desemprego, empobrecimento da classe trabalhadora e média, etc) que resulta da reestruturação produtiva, por vezes já citada, afeta as condições de vida das famílias desses trabalhadores, como a questão habitacional ou de moradia.

A mencionada autora afirma que são observados locais de prosperidade em ambientes de população pobre e adensada, e esses ambientes populacionais empobrecidos recebem políticas de remoção para áreas de fronteira urbanas sem uma infraestrutura apropriada, essas ações são as respostas do poder público. Ivo (2010, p.19) afirma ainda que

esses bairros, deixados ao abandono, tenderam a degradar-se, sem conseguir sustar o processo de expansão de ocupações precárias. Ou seja, a opção pública pelo caminho da segregação e periferização social colabora para o aprofundamento de diferenças sociais sobre o solo urbano, dificultando a mobilidade desses trabalhadores entre casa e trabalho e o compartilhamento de códigos comuns de convívio, integração e sociabilidade das classes populares nas grandes cidades.

Ou seja, que a pobreza é um dos sintomas vistos quando se pensa na disposição espacial das classes sociais; já que variáveis como rendimento, escolarização e trabalho afetam diretamente o urbano (NEGRI, 2008). Isso porque, como já citado, à população com menos poder aquisitivo são destinadas as áreas distantes ou empobrecidas da cidade. As melhores áreas são aquelas que oferecem acesso aos bens e serviços, como supermercados e escolas, melhor saneamento básico, transporte público de qualidade, segurança pública e etc., que normalmente são aquelas áreas que se localizam no centro ou em seu entorno.

O centro é definido por Sposito (1991, p.6) como “o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela”. Mencionamos ainda que a localização central não é definida pela sua posição geográfica, mas como um ponto de convergência, é para onde todos se dirigem para algumas atividades, como lazer e trabalho.

Em Araguaína, cidade foco desta pesquisa, o centro é composto pelas ruas que se apresentam como ponto de encontro de comércios, a mais importante “rua de comércio” da cidade é a Avenida Cônego João Lima, que demarca a centralidade da cidade. Estão concentrados nessa avenida, de acordo com Sousa (2019, p.36) “comércio de produtos, de serviços e bens da mesma categoria ou de categoria similar”, são bancos, lojas de roupas e calçados, lojas de suprimentos para o agronegócio, um dos principais hospitais da cidade, lojas de auto peças e etc. Assim, o centro oferece uma acessibilidade de bens e serviços que para Júnior e Whitacker (2007, p.6) é fruto de um processo construído socialmente, para os autores

todos os terrenos tem têm graus de acessibilidade diferentes entre si, então há uma disputa pelas melhores localizações. Geralmente nas cidades brasileiras os terrenos mais caros se localizam próximo ao centro ou com um acesso direto a ele, como por exemplo, ligações através de avenidas.

Ou seja, a justaposição do espaço urbano em hierarquia social e espacial gera segregação: as melhores áreas são ocupadas pela classe dominante enquanto

aqueles com piores condições socioeconômicas são relegados aos subúrbios ou terrenos mais afastados.

O crescimento populacional das cidades, sobretudo das cidades grandes e médias, também contribuiu para a desorganização espacial e social do urbano, no que Brescianni (1998) denominou de *caos urbano*, caracterizado por superpopulação vivendo em assentamentos informais ou periferias; rodeados de miséria. Singer (1998) alerta que com a população crescendo de modo exponencial, os serviços urbanos passam a atender as necessidades do povo de forma cada vez mais precária, deixando sinais externos dessa miséria, como a de mendicância ou moradores de rua, prostituição e comércio ambulante – logo, informal – que se multiplicam cada vez mais como sintoma das desigualdades sociais. Nesse ponto, em razão do alerta do autor acima citado, relembremos que conforme observado no Quadro 4 (p.36), a cidade de Araguaína se enquadra como uma cidade média com alta taxa de crescimento populacional; em dez anos a população cresceu 21,80%.

Não há políticas públicas ou atuação estatal efetiva que regulamente a ocupação do urbano de modo que modifique o cenário anteriormente descrito; apesar de haver um Estatuto da Cidade, seu cumprimento é de difícil implementação e mais adiante voltaremos a mencioná-lo buscando conectar esse documento mais profundamente às discussões. Em realidade, sobre a ausência dessas políticas, autores apontam um Estado orientado a manter esta ordem, Oliveira (1982) retrata um Estado que prevê a manutenção de privilégios de grupos determinados da sociedade e garante a vigência da concentração de capital, que sem esse apoio, não se sustentaria.

Véras (2003), que trata a cidade como multiplicador do capital, afirma que o poder público deixou o papel de “fazer cidades” ao capital privado, fazendo a ocupação do solo urbano ocorrer pelo jogo do livre mercado. O que faz com que “dependendo de seus salários para arcar com os custos da sua reprodução enquanto trabalhador, sua forma de alojamento, alimentação, educação e saúde eram cada vez mais precários” (VÉRAS, 2003, p.84).

Rodrigues (2007) acredita numa presença e ausência paradoxal do Estado, uma vez que sua presença se apresenta através de dinâmicas como a definição do salário mínimo, normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, assim como a legislação que regula seu uso; implantação de infraestrutura e equipamentos para uso coletivo. Sua ausência é vista pela definição de salários insuficientes para o

exercício do viver, ou por não prover acesso de modo universal aos meios ou equipamentos cujo uso e consumo são coletivos.

Essa ausência do Estado também é relacionada à falta ou precariedade de moradia, saneamento básico, à saúde pública ineficiente, instituições de ensino, e transporte, ou de modo geral, à inexistência de investimento no espaço urbano para atender de forma satisfatória todas as necessidades da população, por isso é que se discute a questão social sobre o tecido urbano baseando-se no papel redistributivo do Governo (IVO, 2010). Souza (2005, p.90) aponta que a atuação da União é um dos fatores que promovem a segregação, o

estado, tradicional produtor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás) ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos, zoneamentos e de outras formas de ocupação do espaço que consolidou a segregação, atua também como agente repressor. Via de regra, na tentativa de colocar os pobres no seu “devido lugar” [grifo nosso]: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de homens negros, de moradores privilegiados e pobres.

Esse papel de agente que atua na promoção das desigualdades e segregação socioespacial é mais explicitamente visto no âmbito municipal, quando uma prefeitura promove ações que privilegiam algumas áreas em detrimento de outras, haja visto que a municipalidade detém poderes sobre o espaço urbano, através de legislação; poderes tais que são originados de uma tradição reforçada por uma economia cada vez mais monopolizada, onde” os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados,, constituem-se em férteis campos de atuação para as elites locais” (CORRÊA, 2002, p26).

Um exemplo deste tipo de atuação é quando um município doa lote de terras para moradores, mas não oferece qualquer infraestrutura para atendê-los, ou oferece serviços cercados de precariedade. Sobre isso, Lefevbre (1969, p.114) pondera:

Se os habitantes das diversas categorias ou “estratos” se deixam manobrar, manipular, deslocar para aqui e para ali, sob o pretexto de “mobilidade social”, se aceitam as condições de uma exploração mais apurada e mais extensa que outrora, tanto pior para eles. Se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através da mediação de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso (a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispensar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir).

Acontece, no entanto, que por vezes o indivíduo está tão inserido neste contexto ao ponto de não conseguir perceber ou questionar os mandos e desmandos

dos agentes institucionais, ainda que tenha garantido, ainda que legalmente, o direito à cidade.

O “direito à cidade” é uma expressão original de Lefevbre (1968) que tem como cerne a ideia de que as desigualdades e opressões são fatores determinantes na produção do espaço urbano, e ainda que, segundo os atuais modelos de urbanização padrões - de violência, desigualdade e segregação - são impostos a segmentos específicos da sociedade, e que política e socialmente fazem parte da constituição dos espaços da cidade.

Para Harvey (2012, p.74)

o direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

Portanto, esse direito diz respeito a uma demanda coletiva, que é mais do que a demanda pelo acesso aos equipamentos urbanos ou infraestrutura, e que para que exista de modo efetivo, necessita da ação coletiva para a reformulação de um espaço urbano que atenda aos interesses da classe não dominante. No Brasil, as discussões sobre direito à cidade avançam nos anos 80 e extrapolam o âmbito acadêmico, sendo atualmente utilizado sempre que se evocam reivindicações que agregam os aspectos de direitos urbanos como o direito à moradia, transporte público de qualidade, mobilidade urbana, à defesa dos espaços públicos e do direito à liberdade de manifestação. O direito à cidade é, desse modo, uma síntese de requisições por formas renovadas de construção e de vivência do espaço urbano (CAFRUNE, 2016).

A agenda de exigências políticas dos anos 1980 se organizava sob o apelo por uma a reforma urbana, que incluíam em sua base reivindicações ao direito à moradia, bem como transporte público e trabalho (BONDUKI, 2009).

É nesse mesmo período que se constitui o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), formado por associações de moradores, movimentos sociais de luta por moradia, ongs e associações profissionais. Segundo Grazia (2002), o MNRU realizou ações nesse período que tinham como princípios o direito à cidade e à cidadania, entendido como o acesso aos serviços e equipamentos urbanos, bem como às condições de vida digna e; gestão democrática da cidade:, tida como a forma

de organização das cidades que levassem em consideração a transparência e participação popular; e por último, a função social da cidade e da propriedade, que diz respeito à prevalência do interesse comum sobre o direito individual à propriedade.

É nessa paisagem, que tem o MNRU como protagonista, que se deu a inclusão de um capítulo sobre política urbana na CF de 1988. A carta magna define como competência do governo local aprovar o plano de desenvolvimento e garantir meios para a realização plena das funções sociais das cidades, além disso, a Constituição previu a necessidade de lei específica para compreender a política urbana e estabelecer suas diretrizes.

Em 2001 é aprovado o Estatuto da Cidade, como foi chamada a lei federal 10.257, responsável pela criação de instrumentos jurídicos que visam uma gestão das cidades de forma democrática e com justa tributação de imóveis, além de combativa às desigualdades urbanas.

Além de assegurado pelo Estatuto, direito à cidade também é assunto de em outros documentos, como é o caso da Carta-Agenda pelos Direitos Humanos nas cidades (CGLU-2009), Carta do Rio de Janeiro sobre o Direito à Cidade (2010), e Carta Mundial pelo Direito à cidade (Fórum Social Mundial Policêntrico, 2006).

Nos anos 2000, além do Estatuto, houve uma série de avanços na legislação sobre esse direito, bem como na institucionalização de políticas públicas que abordam a infraestrutura urbana. Em 2003, por exemplo, foi criado o Ministério das Cidades cuja estrutura era

baseada nos três principais problemas sociais que afetam as populações urbanas, e que estão relacionados ao território, são eles: a moradia, o saneamento ambiental (que agrega água, esgoto, drenagem e coleta e destinação de resíduos sólidos) e as questões reunidas sob o tema do transporte da população urbana – mobilidade e trânsito (MARICATO, 2006, p.215)

Dois anos depois da criação do ministério, foram instaurados sistemas e políticas que abrangem este direito, como é o caso do Sistema e da Política Nacional de Habitação, dados através do dispositivo legal nº 11.124. Além destes, em 2007 foram criadas as diretrizes da Política Federal de Saneamento (Lei nº 11.445), e em 2012 foram estabelecidas as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587). Tais acontecimentos tornaram o Brasil referência neste tema, mas apesar disso, “o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade contrasta com a realidade urbana cotidiana de negação de direitos; em especial, aos “invisíveis” ao

processo de planejamento e produção do espaço urbano” (AMANAJÁS, KLUG, 2016, p.30). Assim dizendo, os ônus e bônus da urbanização são distribuídos de modo desigual entre os habitantes em razão de fatores como renda, gênero e raça (GORSDORF et al., 2016). No capítulo seguinte, veremos de modo preliminar o que dizem trabalhadoras informais de Araguaína sobre seu acesso à cidade, ou como se dá os “ônus e bônus” da urbanização da cidade.

6 TRABALHADORAS DO SETOR INFORMAL EM ARAGUAÍNA: LEITURAS DE UMA CIDADE

Araguaína, delimitação geográfica desta pesquisa, é uma cidade média reconhecida como a “Capital do Boi Gordo” e “Capital Econômica” do estado do Tocantins. Tais denominações se devem pelo fluxo econômico, movimentado pela economia agropecuária e de serviços.

O fator que trouxe uma maior visibilidade para a cidade e possibilitou a urbanização e crescimento do município é sua localização às margens da BR-153. É também em razão de sua proximidade da rodovia federal que, conforme supracitado no primeiro capítulo, o município é centro de influência regional e recebe pessoas de centros urbanos circunvizinhos e estados limítrofes, principalmente Pará e Maranhão.

São essas características que fazem a Capital do Boi Gordo ser vista como um grande centro comercial e de prestação de serviços, logo, como um lugar permeado de oportunidades de investimento e de trabalho. Dessa forma, Araguaína se configura como a segunda maior cidade do estado em termos econômicos, haja visto que, o PIB do município, de R\$ 3.053.584,53, só é menor que o da capital Palmas, R\$6.544.297,46 (SEPLAN, 2017). Apesar disso, nota-se que há um déficit empregatício. Os empreendimentos comerciais não são suficientes para abarcar a demanda populacional no que se refere a oportunidades de empregos formais, isto é, empregos com carteira assinada. Neste diapasão, o trabalho informal surge como uma via alternativa, ainda que esse tipo ocupação não ofereça garantias equânimes àquelas ligadas a CLT.

Posto isto, uma vez que Araguaína se apresenta como a Capital do Boi gordo, seria este boi gordo para todos? A aparente prosperidade alcança todas as realidades e todas as categorias de trabalhadores? Assim, surge a indagação que impulsionou

esta pesquisa, “como as mulheres trabalhadoras informais entendem/leem a cidade de Araguaína-TO?”.

A fim de responder esta problemática, selecionamos cinco categorias de trabalhadoras informais, estas são: cabeleireiras, domésticas e diaristas, manicures e revendedoras de cosméticos. Como já mencionado na metodologia, trabalharemos com uma amostra de 23 entrevistadas.

Estas mulheres foram entrevistadas individualmente, e responderam a um roteiro composto por trinta e cinco perguntas, as respostas foram agrupadas em quatro categorias: perfil socioeconômico, moradia, trabalho e divisão sexual do trabalho no lar e direito à cidade. As entrevistas foram realizadas ou por telefone ou em locais escolhidos pelas respondentes.

Das respondentes apresentadas, dezesseis foram entrevistadas no local de suas residências em dias e horários estabelecidos pelas mesmas, uma escolheu ser entrevistada na casa de uma amiga por considerar que haveria menos interferências, outra no local de trabalho, uma outra escolheu ser entrevistada no Parque Cimba (Figura x, pg X), após o fim de seu expediente, por se tratar de um espaço ao ar livre e próximo ao seu lugar de trabalho. Cinco das trabalhadoras escolheram a chamada telefônica como forma de contato.

Figura 2 – Parque Cimba



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A fim de preservar a identidade das interlocutoras, as identificaremos a partir de nomes fictícios. O quadro abaixo apresenta o nome e a ocupação de cada uma delas.

Quadro 6 – Profissões

Revendedora de cosméticos	Diarista	Doméstica	Cabelereira	Manicure
Mariana	Luiza	Marcela	Olga	Vivian
Cristina	Bruna	Pilar	Kátia	Isabela
Ana	Amy	Luciana	Marta	Evelyn
Beatriz	Gisele	Carla	Antônia	Maria
Júlia	Cecília		Ester	

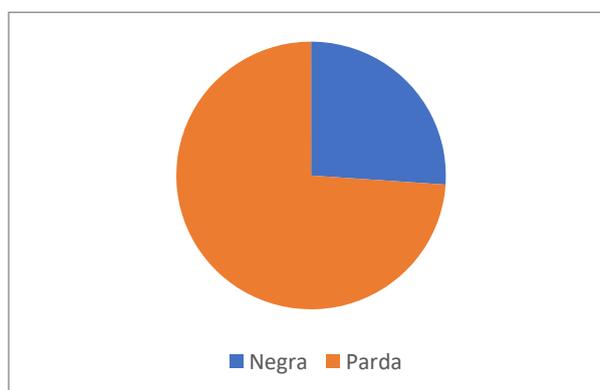
Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021

A partir do subtópico seguinte apresentaremos os resultados obtidos com as entrevistas.

6.1 Perfil Socioeconômico

Iniciamos esta sessão averiguando que a faixa etária dessas trabalhadoras é entre 21 e 55 anos. É interessante ressaltar que todas elas se reconhecem como pardas ou negras, como representado abaixo.

Gráfico 6 – Cor ou raça



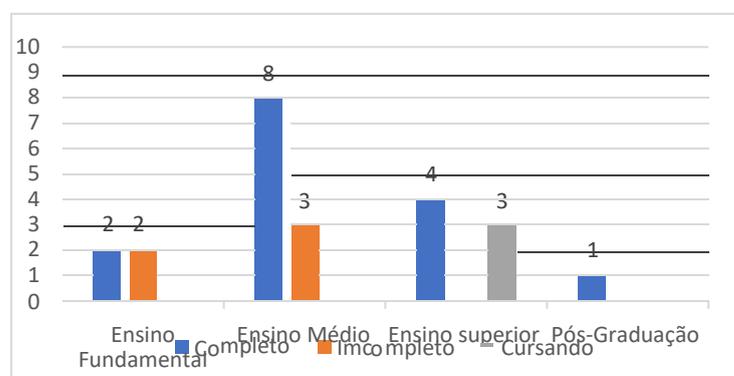
Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021

Os resultados obtidos podem ser interpretados como confirmação dos dados averiguados em 2020 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) que apura que a maior parte das trabalhadoras sem vínculo

formal de emprego são não brancas, a entidade evidencia também a diferença de rendimentos entre mulheres e homens, “principalmente para as mulheres negras, que em 2020, receberam, em média, R\$ 10,95 e o homem negro R\$ 11,95. Entre os não negros, o rendimento era R\$ 18,15 para as mulheres e R\$ 20,79, para os homens” (DIEESE, 2020).

Partindo para uma análise da escolaridade das entrevistadas, expõe-se abaixo seu nível de formação educacional. Nota-se o baixo grau de alcance do Ensino Superior.

Gráfico 7 - Escolaridade



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021.

A partir do gráfico percebe-se que apesar de a informalidade atingir mulheres com graus de escolaridade diverso, a parcela majoritária possui Ensino Médio completo, sendo que duas possuem o Ensino Fundamental incompleto, e outras cinco concluíram o Ensino Superior ou estão cursando.

A entrevistada Kátia, que possui ensino médio incompleto, afirma que parou os estudos pois “é questão de... Ou trabalha ou estuda, né?!”, isto é, que há dificuldade de conciliar trabalho e estudo, justificado pela interposição da carga horária da jornada escolar e de trabalho, que leva ao cansaço e à diminuição do tempo de descanso e lazer, incluindo as horas de sono (OLIVEIRA et al., 2005; SILVA & TRINDADE, 2013).

Para além disso, observamos que as próprias trabalhadoras mostram ter a compreensão de que a falta de estudo interfere na busca por um emprego formal, conforme relatou Marcela que diz “num gosto não, mas também sou obrigada, se não passa fome. Não estudei, vou fazer o que?”. Essa afirmação, pontuada também por outras entrevistadas, deixa claro que a atuação delas em suas atividades atuais é dada pela dificuldade de inserção em outras áreas em razão da baixa escolaridade.

Assim, a afirmação de Marcela está em concordância com a visão de Pereira et.al (2018, p.9) segundo o qual “trabalhadores com baixa escolaridade tendem a se inserir em empregos informais por não cumprirem as exigências para ingressarem em atividades formais”.

Buscamos entender também acerca da naturalidade dessas trabalhadoras, observa-se que 6 das mulheres são naturais de Araguaína, e há uma predominância de migrantes; 17 das entrevistadas são naturais de cidades ou estados vizinhos, entre eles Maranhão e Pará: Mariana e Bruna de Imperatriz (MA), Marcela e Kátia de Riachão (MA), Pilar de São Luís (MA), Olga de São Domingos (PA), Cecília e Gisele de Carolina (MA), Luciana de Açailândia (MA), Júlia e Beatriz de Teresina (PI), Luiza de Goianorte (TO), Carla e Isabela de Ananás (TO), Marta de São Geraldo do Araguaia (PA), Antônia de Araripina (PE) e Ana de Colinas (TO).

A presença dessas mulheres no trabalho informal, além da baixa escolaridade, pode ser dada porque “trabalhadores migrantes se veem em situação de vulnerabilidade social e sujeitos à falta de renda, sendo direcionados ao trabalho informal” (SILVA E CHAVEIRO, 2020, p.9). Para identificar isso, buscamos entender as motivações para a vinda destas mulheres.

Com efeito, descobrimos que são diversas as razões que as fizeram sair de suas cidades para vir à Araguaína: Mariana veio para terminar o mestrado, parceria entre UFMA e UFT. Bruna mora em Araguaína desde os 10 anos de idade, hoje ela tem 30, sua família veio para a cidade buscando trabalho. Marcela relata o motivo de sua vinda: *“eu me separei... Aí eu vim pra cá, minha mãe morava aqui, já morava aqui com meus irmão aí eu vim pra cá. Vim pra caçar emprego, pra trabalhar”*

A entrevistada Pilar chegou em 2017, à época era casada e veio porque o marido quis mudar pois tinha família residindo na cidade. Já Olga se mudou em 1998, seus pais decidiram morar aqui pois tinham parentes na cidade. A motivação da vinda da entrevistada Evelyn foi os estudos, ela afirma *“eu queria estudar e aí eu vim pra cá, demorei um tempo ainda até começar o processo, né, da faculdade, tal. Mas foi pra isso mesmo, arrumar emprego e, porque lá [Carolina-MA] é cidade pequena, né.”*.

Luciana mora em Araguaína há 7 anos, veio com os pais quando ainda era adolescente. Como ela, Júlia reside na cidade desde os 9 anos de idade, e alega que *“minha mãe veio primeiro pra trabalhar, fiquei com minha avó, já tava em Imperatriz e depois a gente veio pra cá”*. Luiza comenta que veio *“estudar e trabalhar. Mas não*

terminei os estudos”. Perguntamos o porquê de não ter terminado, responde em tom de lamentação: “*Ah, a maior besteira que eu fiz: case!*”.

Carla mora há 4 anos em Araguaína, sobre o que motivou sua vinda, responde:

Porque em Ananás era uma cidade muito pequena e não tinha oportunidade, cidade de 10k habitantes. Aí lá a gente só arruma serviço também de doméstica, sabe? Quem num tem escolaridade, aí eu resolvi vim pra cá, porque todo mundo falava que aqui tinha muita oportunidade e tal, aí ‘cabei vindo.

Também natural de Ananás, Isabela reside na Capital do Boi Gordo há 5 anos, sua vinda foi motivada por razões semelhantes à de Carla:

Vim pelo fato da dificuldade lá, porque lá é cidade muito pequena... num... o que consegui aqui lá até conseguir, mas muito demorado, né, hoje eu tenho as minhas coisas, tenho a minha família, financeiramente aqui é bem melhor pra mim do que lá, pelo fato que a procura por manicure aqui é melhor, por mais que a cidade é grande e tem muita. Hoje tá ruim por conta da pandemia, mas eu não parei em nenhum momento, e graças a Deus não peguei covid, engravidei nessa loucura toda e Deus me ajudou até hoje, e... tô conseguindo... mesmo pingando...vai aliviando, pelo menos da comida, que tá caro demais. Lá não tinha, o emprego que tinha era doméstica, ou trabalhar de manicure, mas não ganhava como ganho aqui.

Marta veio para Araguaína para estudar, há quatro anos. Cecília, Ana e Gisele, vieram com suas famílias que buscavam de oportunidades de trabalho. Ao contrário dessas, Beatriz mudou-se de Riachão para Araguaína porque casou-se, em 2017, e seu marido morava na cidade.

Isto é, seis delas vieram para Araguaína acompanhando suas famílias, estas pontuam que seus familiares chegaram à cidade em busca de emprego, o que reforça a visão de que esta é uma “cidade de oportunidades”.

Sobre maternidade, aferimos que a maior parte das entrevistadas têm filhos. Destas, a maior parte é mãe de crianças ou adolescentes, caso de Bruna, que possui um adolescente e três crianças, Pilar é mãe de uma criança, Kátia de uma criança e um adolescente, Maria tem um filho adulto e outro adolescente, Luciana tem uma criança de 3 anos, e Júlia é mãe de dois pequenos de 4 e 1 ano, Isabela tem duas crianças, o filho de Marta tem pouco mais de um ano, e as duas filhas de Beatriz já são adolescentes, enquanto os quatro filhos de Vivian tem de 4 a 11 anos; enquanto Ester tem apenas uma menina de 6 anos. Cristina, Cecília e Gisele têm uma filha adulta cada, já Marcela tem dois filhos adultos.

Aferir informações sobre a maternidade é importante pois cuidar dos filhos é uma tarefa que demanda tempo, e como alerta Bruschini e Ricoldi (2009, p.99) a rotina cotidiana das mães “é particularmente organizada em razão deles, principalmente quando são pequenos: o dia começa muito cedo, com a arrumação da mochila, vestimenta, alimentação e banho para que as crianças possam ser deixadas na creche ou escolinha”.

Ademais, observamos que a maioria das mulheres que tem filhos precisam se dividir ao mesmo tempo entre trabalho, maternidade e atividades domésticas, uma vez que a maior parte delas utiliza o lar também como ambiente de trabalho. Mesmo a entrevistada Pilar, que trabalha como doméstica, precisa levar o filho ao trabalho, pois não tem com quem deixá-lo. São raros os casos de trabalhadoras informais que conseguem obter uma renda que seja suficiente para contratar uma babá, como é o caso de Luciana, que tem uma babá para cuidar de seu filho meio período, e Júlia, que esporadicamente paga alguém para ajudar com seus filhos.

Sobre suas rendas, investigamos que salvo o rendimento do trabalho informal, 19 das mulheres não têm nem uma outra fonte de renda. Quanto às demais, as fontes de renda secundárias variam entre um outro trabalho informal, benefício por morte e bolsa família.

Entretanto, precisamos ressaltar que, de acordo com as regras federais de cálculo da Renda Per Capita Familiar, estão isentos da soma os valores recebidos pelo Programa Bolsa Família, auxílios assistenciais temporários, como no caso do auxílio emergencial fornecido a partir de 2020, e os benefícios de prestação continuada ou previdenciário. (BRASIL, 2019, s. p). O gráfico abaixo expõe os dados da renda mensal familiar das 23 entrevistadas.

Gráfico 8 - Renda familiar



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021.

A entrevistada Mariana, utiliza seus conhecimentos e formações acadêmicas como fonte de geração de renda secundária. A interlocutora relata que “[...]eu sou consultora acadêmica, faço correções, eu corrijo plágio, eu coloco os trabalhos nas normas, eu corrijo gramática, né. Então eu faço esse tipo de trabalho de correções. Corrijo TCC, monografia, artigos científicos.”. Ela e o marido têm obtido em torno de dois salários mínimos. O esposo trabalha também sem carteira assinada, e por atualmente estar cursando mestrado, sua carga horária disponível para o trabalho diminuiu, logo, sua renda mensal também. O mesmo aconteceu com a respondente, entretanto a atenuação se deve a pandemia. Em uma de suas falas ela relata que

atualmente eu tô tirando em média um salário e um salário e meio. Isso não livre, porque ainda tem as despesas de pagar fornecedor, boletos, ne?! Mas a média é essa. Tem mês que é menos, tem mês que é mais, mas devido a pandemia baixou muito. [...]. Antes da pandemia eu tirava bem mais, dependendo das vendas.

Quando perguntada sobre a suficiência da renda obtida por ambos para abater as contas mensais, alimentação, lazer, dentre outras necessidades, a entrevistada aponta que o ganho não é suficiente e que além disso varia muito, podendo nem mesmo chegar a dois salários mínimos mensalmente. Ressaltamos ainda que o trabalho de seu cônjuge também é informal, ele vende galinhas e ovos caipiras que são criados na chácara do pai.

A entrevistada Cristina, é revendedora de três empresas de cosméticos, recebe pensão por morte do ex-marido e também faz artigos de crochê para venda. Ela expõe que faz aproximadamente 600 reais por mês com as vendas de produtos de beleza, alcançando por tanto, em torno de um salário e meio com a soma de suas rendas.

Apesar de morar só, quando questionada se seu lucro é suficiente para as despesas mensais, a interlocutora argumenta que

não. Assim, eu não vou dizer que seja, né, porque as coisas hoje não são tão fácil, né. Pessoa que recebe três ou quatro salário ainda passa por dificuldade. Eu recebo, posso dizer, o meu benefício e com minhas vendas, eu chego a dois salário? não chega.” [Pesquisadora: é insuficiente, né?!] A gente passa porque tem deus na vida, né. Deus não deixa faltar, né, mas não é, vou dizer assim que supre todas as necessidades.

A interlocutora Bruna tem três filhos que são beneficiários do Bolsa Família. Ela expõe que recebe do programa duzentos e cinquenta (250) reais pelos três filhos, a filha mais nova, de apenas seis meses ainda não está cadastrada. Sua renda mensal de trabalho é incerta, pois depende da demanda, que aparentemente, de acordo com sua fala, é feita basicamente por familiares. A renda familiar da entrevistada é composta pela pensão por morte do pai e um salário mínimo que o irmão recebe em um serviço com carteira assinada. Além da mãe, do irmão e dos quatro filhos, a namorada do irmão também reside com ela, contudo, não contribui financeiramente.

Bruna conta-nos que a renda mensal é suficiente, apontamos, no entanto, que em diversos momentos da entrevista ela exemplifica adversidades, quando fala por exemplo sobre a dificuldade de conseguir trabalho “*é difícil, só quando a minha prima precisa ou minha outra irmã. Mais é as minhas irmã, né, que ajuda*”. Nessa fala e no decorrer da entrevista, Bruna parece acanhada ou envergonhada de sua condição de vulnerabilidade, e apresenta dificuldades em se expressar.

A diarista Amy reside apenas com a avó, aposentada; ambas contribuem para a renda familiar. A avó recebe um salário mínimo, e Amy recebe aproximadamente 600 reais mensais, ela ressalta que sua renda nunca passa desse valor, “*por mês... 600 reais, já fiz até a conta certinha. 600, no máximo*”, mas aponta ter recebido auxílio emergencial. Entretanto, como supracitado, este não entra no cálculo de renda per capita, além do mais, é um ganho temporário. Amy relata ainda que a renda mensal não é suficiente para os gastos domésticos e pessoais.

A respondente Marcela não tem fonte de renda secundária, seu rendimento mensal é de um salário mínimo por seu trabalho como doméstica. O ganho mensal de sua residência é composto de seu salário, o de seu filho e o de um inquilino que é amigo familiar, os três recebem a mesma quantia, além dos três, na casa reside também a filha da entrevistada, porém ela não tem nem uma renda. As despesas

domésticas são divididas entre os três assalariados; quando questionada sobre a suficiência do arrendamento mensal, a mesma argumenta que

bera, né?! Não é suficiente não porque eu acho que o salário é muito desvalorizado. Porque é o único que não aumenta é o salário, porque tudo aumenta. O gás tá um absurdo, quando cê vem pagar a água... Olha, quando eu venho pagar minha água aqui, minha energia. Minha energia veio, tá bem ali o talão, duzentos e trinta e oito. Eu não tenho ar-condicionado aqui. Tem dois ventilador, uma geladeira e vem essa carístia. E a água vem beira os cem. Então eu acho aqui muito caro. Aqui nem rede de esgoto tem.

Como Amy, a entrevistada Pilar tem renda mensal inferior a um salário mínimo. Sendo a única contribuinte de sua casa, onde residem ela e o filho, a respondente tem o acordo salarial de 700 reais mensais. A contribuinte foi beneficiária do auxílio emergencial.

No entanto, de maneira inabitual, a respondente relata que o salário recebido é suficiente para os gastos mensais, haja visto que mora somente ela e o filho, para mais, ela relata que “[...] porque eu não tenho conta, né, e aqui eu não pago, aí dá pra manter de boa. Então eu só pago, água, energia e a comida.”. Além disso, a entrevistada explana que a família do ex-marido é assídua na vida do filho, ajudando-o como pode, ressaltamos ainda que a residência em que ambos habitam é cedida pela família do ex-marido.

A interlocutora Kátia relata que gera em média oitocentos (800) reais mensais, ela não tem fonte de renda secundária de fato, mas recebe auxílio emergencial. O marido é vendedor e trabalha de carteira assinada, faturando em média um salário mínimo, ambos são os únicos contribuintes da renda familiar.

Na casa residem o casal e os dois filhos. Quando a entrevistada foi questionada sobre a suficiência da renda familiar para cobrir os gastos mensais, a mesma declara que “*não! Porque se for botar tudim na caneta não dá nem pra sobreviver, praticamente. Só dá pra pagar a água, energia, o aluguel e a comida. Tem que ser no mínimo uns 500 reais de comida. Tem gás, tem energia, tem água, tem tudo.*”.

A maior renda mensal familiar é da entrevistada Olga. Todavia isso se deve pela quantidade de contribuintes financeiros na residência, somente ela rende em torno de mil e setecentos (1700) ou mil e oitocentos (1800) em seu trabalho como cabeleireira. Sobre o total da renda familiar, a interlocutora explana que “*meu irmão tira 2, minha mãe tira 1 e meio, eu tiro 1 e meio, minha irmã tira 2, meu irmão 2. Dá 8, 8 salários...*”. Dessa forma totalizam-se oito salários mínimos. A entrevistada não tem

uma fonte de renda secundária e nem recebeu auxílio emergencial. A cabeleireira afirma que a renda familiar é suficiente, pois as despesas são divididas e todos os assalariados contribuem com os gastos.

Quanto a interlocutora Maria, em sua casa residem ela e os dois filhos. O filho mais velho abriu uma barbearia – vale ressaltar que esta foi estruturada com os lucros da entrevistada –, porém o comércio ainda é recente, e como o mesmo esclareceu, o estabelecimento ainda não é autossuficiente para se manter e gerar lucros significativos simultaneamente, ainda girando em torno de trezentos (300) a quinhentos (500) reais, mas apesar disso ele contribui no que pode.

Dessa forma, a manicure é basicamente a única provedora da casa. Ela relata que também faz trabalhos como cabeleireira, no entanto são serviços menos comuns. A respondente aponta que gera em média dois mil e trezentos (2.300) reais ou mais, dependendo da demanda da clientela. Assim sendo, a renda obtida com seu serviço e a ajuda do filho, faz com que seja o suficiente para pagar as despesas domésticas e manter os três.

A entrevistada Evelyn não soube informar com precisão nem em quantias aproximadas o valor de sua renda mensal, mas apontou que mora com uma amiga e que a renda mensal das duas chega a dois mil e quinhentos (2.500) reais. Quando questionada se o que ela ganha enquanto manicure é suficiente para cobrir as despesas pessoais e domésticas, ela relatou que

ai, mulher, é... isso depende muito, porque além de manicure, eu também mexo com cabelo, sobrancelha, entendeu?! Antes quando eu tava dando conta de me organizar, é... tipo, mês que é de férias, assim, eu chegava a ganhar 3 mil. Teve uma época em que eu conseguia controlar as minhas contas, eu anotava tudo, entendeu?! Mas hoje em dia eu não sei mais porque eu não tô tendo controle das minhas contas.” [Pesquisadora: Então agora você tá tendo dificuldade pra se controlar financeiramente, né?!] “Sim, aham, isso. Porque agora tudo assim, tá tudo muito caro, entendeu?! E aí passei esses dias doente, aí vai tudo [ruído inaudível] que aí você acaba achando que não tá dando, mas tá dando, tendeu?!”

Portanto, considera-se que sua renda é suficiente, apesar de indefinida. Ressaltamos ainda que, neste caso, não consideramos nos dados da pesquisa a soma da remuneração das duas, posto que, ambas apenas dividem as despesas residenciais, mas não possuem vínculo amoroso ou familiar.

Luciana aponta que recebe 600 reais mensais com seu trabalho de doméstica, a renda familiar é de pouco mais de um salário e meio por mês, valor que ela considera insuficiente, residem com ela o esposo e o filho, de pouco mais de um ano.

Júlia não consegue definir o valor de sua renda mensal, mas afirma que “*pelo menos 500 dá de tirar*”; a revendedora vive com o marido e dois filhos pequenos, a renda familiar é considerável: aproximadamente 5.500 reais, apesar disso, ela afirma ser um valor insuficiente para todas as despesas mensais.

Luiza afirma não saber definir quanto recebe mensalmente, mas alega que o rendimento familiar é de aproximadamente dois mil reais, referente a soma do que ela e o marido recebem, já que o filho está desempregado e não consegue contribuir. Para a diarista, esse valor é insuficiente pois “*não dá, é pouco. Sei lá, eu sei que tem gente que sobrevive com um salário mínimo, com menos de um salário mínimo, mas... o custo de vida aqui é muito caro*”.

Segundo a doméstica Carla, que recebe 600 reais mensais, a renda de sua família é de no máximo 1 salário mínimo, pois o pai é doente e não consegue trabalhar; sua mãe é aposentada, quando perguntada se a renda familiar é suficiente, ela responde que “*nunca! É nada. Porque a minha mãe ela é aposentada mas ela tem empréstimo, sabe? aí todo mês vem aquele desconto, aí ela fica recebendo só 500 e pouco. E o meu, né? É só isso.*”

A manicure Isabela consegue pouco mais de mil reais mensais com seu trabalho, mora com o marido e duas filhas e afirma que a renda familiar não é suficiente para todas as despesas mensais. Sobre isso, conta:

Não [é suficiente], porque querendo ou não, o cartão de crédito salva, mas aquele lá faz falta, a gente tá até apertado por conta disso, em questão tipo... igual quando falta arroz, feijão, essas coisas {...} o que seria da gente fazer uma compra boa, é pra gente pagar cartão. Aí o que eu faço, no meio da semana, é que a gente vai lá e faz umas comprinhas, de 150/200 reais, mas não dá, no próximo sábado de novo já falta uma carne, óleo, uma verdura... acaba rápido, aí é assim, o dinheiro que a gente podia tá se mantendo melhor, tá pagando cartão, e se não pagar é pior. Nós veve uma vida estável, mas na pontinha, caindo já.

Do mesmo modo, a cabelereira Marta revela que o valor que recebe, aproximadamente R\$1.600, é insuficiente para ela e o filho pequeno, ou conforme suas palavras “*é suficiente só pro básico do básico*”.

Na mesma linha segue a resposta de Gisele, a diarista recebe o mesmo valor que Marta, e reside somente com o marido, que é dragueiro² e recebe por volta dos dois mil reais, ainda assim, ela afirma que, para o que ambos recebem ser suficiente, o casal precisa economizar bastante.

² Operador de draga, máquina usada para retirar areia do fundo do mar, de leito de rios ou canais.

A manicure Vivian, que reside somente com os quatro filhos, recebe aproximadamente dois mil reais pelo seu serviço, e além disso, conta com o Bolsa Família. Ainda assim, comenta que *“as vezes sim, as vezes não [é suficiente]. Agora tá mais difícil, agora apertou. As coisas aumentaram, diminuiu os clientes.”*

A revendedora de cosméticos Beatriz consegue ganhar no mínimo 400 reais com a venda dos produtos, a renda familiar, de dois mil reais, é composta pelo que ganham ela e o esposo, que é auxiliar de produção. Assim como as trabalhadoras anteriores, ela afirma que o valor é insuficiente.

Antônia recebe no mínimo um salário mínimo, Cecília recebe apenas 800 reais, Ester consegue pouco mais de um salário, além de cabelereira ela atua como chapeira esporadicamente, e assim consegue um complemento de renda.

Figura 3 – Ester atendendo cliente



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Os rendimentos dessas mulheres é o que sustenta suas casas. Diferente delas, o recebido por Ana e pelo esposo, advogado, compõem a renda familiar, no entanto esta trabalhadora não consegue definir a faixa de renda de sua família, mas afirma que sua renda individual não passa de 700 reais. Um ponto em comum dessas quatro trabalhadoras é a resposta à pergunta sobre a suficiência dos rendimentos: “*não, mas dá pra ir levando*”, passível de ser interpretada como uma forma de resiliência frente às adversidades e falta de suporte de políticas públicas.

Apenas quatro das entrevistadas afirmam que a renda familiar mensal é suficiente para arcar com todas as despesas mensais, ainda que duas dessas apontem que precisam economizar muito para que isso seja possível.

No tópico adiante veremos as respostas das entrevistadas acerca das questões relacionadas ao trabalho e à divisão do trabalho doméstico, como por exemplo o tempo gasto em suas atividades profissionais e a ajuda recebida para realizar as tarefas do lar.

6.2 Trabalho e divisão sexual do trabalho no lar

Sobre o tempo que estão nessas ocupações, a satisfação com o trabalho e as motivações que as fizeram trabalhar nas profissões que executam, destacamos os seguintes relatos:

Eu tô nessa atividade desde a época da graduação, desde 2006, mais ou menos, eu, trabalho como consultora de beleza e foi o que me deu suporte pra estar estudando, porque eu não tinha bolsa, eu não tinha meios de trabalhar, porque meus cursos sempre foram, tanto quando eu fiz zootecnia era o dia todo, o mestrado era o dia todo, o doutorado era o dia todo, então foi o que me ajudou a manter a minha formação acadêmica." (Entrevistada Mariana, 2021.)

A entrevistada Mariana gosta do trabalho que tem. Cristina revende cosméticos há 10 anos e gosta de fazer isso, segundo ela

então... eu comecei assim, porque, como eu estudei só até o segundo grau, mas eu não tiver uma formação, uma faculdade pra mim formar em alguma coisa, né. Então eu preferi trabalhar pra mim mesmo do que eu ir trabalhar nas cozinhas, trabalhar pros outros, entendeu?!

A entrevistada Bruna não soube informar há quanto tempo presta serviços de diarista, a causa que a levou à essa atividade foi o fato de não ter concluído os estudos: *“porque eu não tenho estudo, né. Não tinha terminado mesmo”*. Afirma gostar do trabalho como diarista, mas ao mesmo tempo reclama que *“não é bom não. Porque bom é o emprego fixo, né, que ganha bem”*. Isto é, a respondente apresenta em seu relato a contradição de que gosta do trabalho, apesar de saber que poderia ser melhor, além disso, Bruna tem a percepção de que a educação é uma via para alcançar melhores condições de vida e trabalho

A interrogada Amy gosta da sua ocupação, sobre os motivos que fizeram-na exercer a ocupação de doméstica, alega que “*então, eu nunca achei um emprego decente pra mim assim, pra minha pessoa e tal, sempre foi doméstica mesmo*”.

A interlocutora Marcela trabalha como doméstica há quatro anos, no mesmo local, e começou como cuidadora de idosos

Comecei trabalhar olhando uma senhora, ficando meio período. E aí depois eu cuidei da senhora e ela faleceu, né. Aí eu já tinha costume com o pessoal lá da casa, aí a funcionária de lá tinha saído e eles pediram pra mim ficar, aí eu fui. Mas foi na intenção de ficar uns 3 mês, porque eu tenho problema de coluna, aí como eu já tava lá, o povo já me conhecia, já gostava de mim [...] (MARCELA, 2021).

A entrevistada não gosta dessa atividade, e afirma que só exerce a profissão por não ter estudos, como já pontuado no tópico anterior, a baixa escolaridade é um dos motivos de inserção de trabalhadores em postos de trabalho informal, por não serem capacitados para exercerem outra atividade ou terem mais oportunidades de emprego.

O mesmo ocorre com a cabelereira Kátia, que trabalha informalmente há 8 anos e gosta da área em que atua, o motivo que a levou a isso, de acordo com ela, foi

por gostar da área da beleza e porque não tinha outra oportunidade. Aí fui mexer como manicure, aí fui fazendo curso, curso, aí tá aí. Porque muitas vezes a pessoa não dá oportunidade, tipo, se você não tem curso não arruma emprego não. Hoje em dia se você não tiver experiência no papel você não trabalha, né?!

Pilar, que é doméstica há três meses e trabalha na casa de parentes do ex-marido, demonstra desinteresse na profissão, ela relata que “*não gosto não, né, mas é o que tá tendo no momento*”, ela iniciou esse trabalho porque está estudando e os horários do curso a impedem de trabalhar no mercado formal.

A interrogada Olga trabalha como cabelereira há um ano, começou na profissão pois esta oferecia um maior ganho financeiro. Quando a pergunta foi “você gosta do seu trabalho?”, esta disse que “*mais ou menos, não é o que eu sonhava pra minha vida. Que eu sonho, né?! Mas tá dando certo*”

A respondente Maria afirma *amar* o trabalho como manicure e está nessa atividade há 23 anos, sobre os porquês que a levaram a atuar nessa função, declara:

E porque quando eu terminei o 2º grau eu não ia dar conta de fazer uma faculdade, aí eu optei... Porque eu sou uma pessoa muito ansiosa, quando eu fazia uma prova mesmo eu já ficava agoniada pra saber o resultado dessa

prova, aí eu sofria muito, eu sofro muito. Aí eu falei 'não, vou procurar um meio de não forçar muito a minha mente'. Que eu ia adoecer, eu entrei em depressão, quando eu fiz o 2º grau, eu fiz o magistério e apagou assim, da minha mente o que eu aprendi, entendeu?! Por isso que quando eu tenho que responder uma coisa eu fico tentando me sair pra não responder essas perguntas. [...]. Aí foi isso, aí deu certo, deu muita cliente, bastante cliente. Criei meus menino, tudo, só com meu trabalho de manicure, cabeleireira, aí... Graças a Deus, deu tudo certo (MARIA, 2021)

Evelyn relata que gosta do trabalho que tem, é manicure e trabalha na área desde que começou uma graduação em Biologia.

Na verdade, 2018 eu larguei, tipo, fiz um ano e meio de faculdade e aí tava muito difícil conciliar, né, e aí, como eu já trabalhava com unha, peguei e comprei novamente os materiais e resolvi trabalhar como manicure pra poder concluir a faculdade, né. Concluir não, pra seguir, né, porque depois começou, tinha que fazer, né, as disciplinas optativa, que seria a tarde, começava o estágio depois e aí pra mim trabalhar 8h, entendeu, fixo, muito difícil. Aí eu optei por trabalhar... Porque ficava muito difícil, e aí como manicure dava pra conciliar os horários de estágio, um dia que eu tivesse prova, essas coisas, tendeu?! Mas antes lá, eu trabalhava, trabalhava só 6h, eu trabalhava as 6h e o tempo livre eu arrumava unha, aí quando eu vim pra cá eu trabalhei de carteira assinada” (EVELYN, 2021).

Luciana é doméstica há 5 meses e gosta de trabalhar na área, apesar disso alega que começou o trabalho porque “foi o que surgiu, aí eu fui”. Júlia trabalha na área há 10 anos, começou pra “ter dinheiro, pro dinheiro ser mais”; isto é; a principal motivação para iniciar a revenda de cosméticos foi conseguir complementar a renda familiar, ela afirma gostar da atividade.

Luiza, responde de modo evasivo quando perguntada se gosta da profissão, “eu prefiro faxina do que trabalhar todo dia na casa dos outro. Porque cada dia eu vou numa casa diferente e ganho muito mais do que trabalhar pra uma só pessoa” diz ela, que trabalha como faxineira há aproximadamente 20 anos, começou a trabalhar com essa atividade aos 27, pois tinha “precisão, e não arrumava outro emprego. Tinha que trabalhar e eu acho que todo serviço... é serviço”.

Carla responde de modo semelhante, doméstica há 4 anos, começou a trabalhar porque “era o que tinha, o que aparecia aí eu ‘ah, então tá bom’ e ia, ‘tendeu?’. Pelo tom, é percebido a insatisfação com o trabalho, a mesma comenta que

não, de gostar eu num gosto, né? É assim, trabalhar como doméstica é muito cansativo, sabe? Aquela coisa de todo dia, todo dia, e agente num recebe bem pra fazer aquele serviço, é raramente quando alguém quer pagar um salário mínimo, aí... mas aque negócio: não tem outro, melhor pingar do que faltar.

Diferente dela, Isabela, que atua como manicure, gosto da profissão, trabalha informalmente com isso desde 2018, porque começou a aprender e gostou, afirma que é uma terapia para ela. Como ela, a cabelereira Marta gosta de seu ramo de atuação; cuja entrada foi motivada pela falta de oportunidades formais, há um ano, segue relato:

Porque não tem, né, pra quem tem filho pequeno. Como que faz pra trabalhar? Não tem dinheiro pra pagar babá, e também a dificuldade pra encontrar emprego de carteira assinada... até conseguiria levar ele pra casa da minha mãe pra ficar o primeiro mês pra eu trabalhar e depois eu já iria receber e pagar alguém pra cuidar dele, mas aqui não é fácil achar trabalho pra quem nunca teve experiência com carteira assinada, eles não dão oportunidade, principalmente porque eu sou acima do peso, se você tá fora dos padrões, nem adianta ir procurar emprego, a não ser que você conheça alguém, mas você por meios próprios não consegue, só se conhecer alguém que conhece a gente.

Gisele é diarista há 6 anos, gosta do trabalho, e antes disso era doméstica. Resolveu demitir-se e seguir como diarista, pois teria mais tempo livre e ganharia mais.

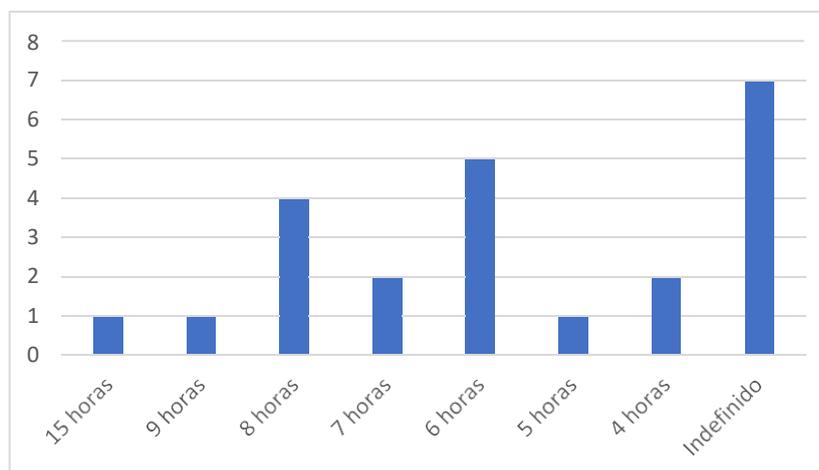
A atuação de Vivian como manicure, profissão exercida informalmente há 20 anos, foi motivada pelo incentivo da mãe, que é cabelereira. Pontuamos aqui que averiguamos pelo relato dessa trabalhadora, que o início da atuação deu-se quando ela ainda era criança, aos nove anos de idade. Diferente de Vivian, Beatriz trabalha informalmente há apenas pouco mais de um ano, afirma gostar de ser revendedora de cosméticos e iniciou na atividade para complementar a renda familiar. Assim, o tempo de atuação é variado entre as trabalhadoras, algumas com alguns meses de trabalho e outras há décadas trabalhando na informalidade.

Além do mais, percebe-se que quando o questionamento "você gosta do seu trabalho?" é feito, quase todas as trabalhadoras inseridas no grupo de domésticas ou diaristas afirmam não gostar ou não ser uma boa ocupação, deste modo, constata-se que essas mulheres executam essa atividade por necessidade, ou "*para não passar fome*" como afirmou a entrevistada Marcela. Além das domésticas ou diaristas, a única que transpareceu insatisfação com seu trabalho foi a cabelereira Olga.

É preciso dizer que há por parte de todas elas a percepção crítica das condições de trabalho ou as limitações que resultam na busca por uma alternativa de emprego informal, trazendo relatos com um ar de desesperança e tristeza. Nesse sentido, vale relembrar as frases de Marcela "*Não estudei, vou fazer o que?*", e Amy "*eu nunca achei um emprego decente*".

Acerca da carga horária diária de trabalho, as respondentes afirmam que trabalham a quantidade de horas diárias expostas abaixo.

Gráfico 9 - Horas trabalhadas por dia (aproximadamente)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021

Mediante os dados expostos, auferimos que somente as domésticas – Carla, Marcela, Pilar e Luciana – apontaram horas exatas de trabalho, pois têm horário de entrada e de saída. As demais relataram que depende do fluxo da clientela, portanto o serviço varia entre dias cheios e períodos ou dias vagos, como expõem as seguintes entrevistadas:

A hora que aparece um serviço eu faço. 4 horas mais ou menos. Mas nem sempre aparece. (Kátia, 2021)

Depende. Depende. Porque eu vou de acordo com o fluxo de cliente, se tem cliente às 8, eu vou às 8, aí provavelmente a gente termina meio dia. Mas tem dia que vara uma hora, entendeu? Uma hora, meia hora de meio dia. Aí nesse dia já tem que voltar 13h. Porque o salão abre às 8, fecha meio dia e abre de novo 13h. [Pesquisadora: mas não tem uma quantidade que você fica mais ou menos por dia?] Umas 9. (Olga, 2021)

Eu saio 7h, chego 20. Não venho nem pra casa. Não venho nem pra casa almoçar, almoço onde eu tô. Porque se eu vim em casa, aí eu perco muito tempo. (Maria, 2021)

Não, assim, varia muito. Tem dia que eu trabalho o dia inteiro, tem dia que eu trabalho pela manhã, tem dia que eu trabalho só a tarde. Aí varia, não dá pra saber uma média, tendeu? de quantas horas. Enquanto tiver cliente... tendeu?! (Evely, 2021)

No decorrer da interlocução, a entrevistada Maria informa que seus horários são sempre cheios diariamente, incluindo finais de semana. Neste caso, é importante ressaltar que a mesma exerce a profissão de manicure há 23 anos, por esse motivo

já tem uma cartela sólida de clientes e que além disso, seu público efetivo a indica para novos contatos.

Maria é uma das trabalhadoras que têm carga horária superior a 8 horas por dia, vide gráfico 9, ela trabalha 15 horas por dia. Outras sete trabalhadoras não conseguem definir a quantidade de horas trabalhadas por não terem horários fixos para dedicarem-se somente ao trabalho.

Algumas dessas trabalhadoras apontam gostar de ‘fazer o próprio horário’, isto é, apontam como vantajoso trabalharem quando podem, o que nos permite dizer que a inexistência de hierarquia e a possibilidade da carga horária é uma das motivações por trás de seu trabalho, fato também apontado por trabalhadores informais de outros estados, como pode ser visto na pesquisa de Marques, et al (2021).

Destarte, nota-se na fala das entrevistadas uma flexibilidade da carga horária, uma variabilidade constante quanto ao número de clientes atendidos por dia ou por mês, o que implica em uma renda mensal instável, essa inconstância dificulta o planejamento das atividades pessoais dessas mulheres, uma vez que sem garantias de recebimento de um rendimento fixo não é possível fazer compromissos a longo prazo, por exemplo.

Destacamos alguns desses relatos que demonstram a inconstância salarial.

Atualmente eu tô tirando em média um salário e um salário e meio. Isso não livre, porque ainda tem as despesas de pagar fornecedor, boletos, ne?! Mas a média é essa. Tem mês que é menos, tem mês que é mais, mas devido a pandemia baixou muito. [...]. Antes da pandemia eu tirava bem mais, dependendo das vendas. (Entrevistada Mariana, 2021)

Ai, eu acho que uns 600 reais, mais ou menos. (CRISTINA, 2021)

Aproximadamente 800 reais (Kátia, 2021)

Ai, mulher, é, isso depende muito, porque além de manicure, eu também mexo com cabelo, sobrancelha, entendeu?! Antes quando eu tava dando conta de me organizar, é, tipo, mês que é de férias, assim, eu chegava a ganhar 3 mil. [...] (Evelyn, 2021)

Apenas as entrevistadas Marcela, Pilar, e Luciana e Carla, indicaram com certeza o salário que recebem com o serviço doméstico diário de contrato informal, sendo 1.100; 700, e 600 reais, respectivamente. Quanto às demais, palavras como “depende”, “acho”, “mais ou menos”, “uns” estiveram sempre presentes nas falas das interlocutoras, apontando a ausência de estabilidade financeira.

Para Neri e Fontes (2010, p.17) a flutuação de renda é um risco maior para aqueles empregados em ocupações informais do que para os formalmente empregados, porque estes primeiros não têm um piso salarial. Além da variação de clientela, outro fator que implica na renda mensal são possíveis imprevistos, como doenças, acidentes em tempo de trabalho, falta de material, reposição de produtos, intemperes climáticas, dentre outros incidentes os quais não são assegurados pela empresa ou pelo contratante. Tal circunstância é verificada especialmente para trabalhadoras informais que trabalham por conta própria, em que o “discurso de ‘autonomia’ é utilizado para justificar a falta de amparo do contratante do serviço e a transferência das responsabilidades legais do Estado e empregador para o trabalhador” (COCKELL, PERTICARRARI, 2011, p.1713).

A COVID-19 também contribuiu para a insegurança e decaimento da renda mensal dessas trabalhadoras, visto que, a crise sanitária impossibilita o contato. Apesar das recomendações e exigências acerca do isolamento social e por não ter outra alternativa, elas, como milhares de trabalhadores brasileiros, continuaram a exercer seu trabalho³. Entretanto, em uma carga horária reduzida em função da diminuição do fluxo de clientes e de eventos – que afeta principalmente o grupo de cabeleireiras e manicures -, exceto pelo grupo de domésticas, que continuaram seus afazeres de forma regular.

As informações aferidas a partir da renda são relacionadas à informalidade em que estão inseridas, uma vez que a inconstância de horários e atendimentos altera a renda mensal, salvo no caso das duas domésticas, que tem entrada e saída em horas definidas e recebem um valor pré-estabelecido.

O fato de trabalharem por meios informais, também é um determinante que age sobre o direito à aposentadoria por tempo de contribuição trabalhista. Perguntamos a elas “você paga INSS atualmente?”, para essa questão, as respostas foram expostas a seguir, em forma de quadro.

Quadro 7 - Contribuição ao INSS

Entrevistada	Contribui ao INSS
--------------	-------------------

³ <https://www.folhape.com.br/noticias/na-pandemia-trabalhadores-informais-enfrentam-rotina-de-busca-pela/176106/>

Mariana	Não
Cristina	Nunca contribuiu
Júlia	Não
Amy	Nunca contribuiu
Ester	Nunca contribuiu
Bruna	Não
Gisele	Nunca contribuiu
Luiza	Sim
Marcela	Nunca contribuiu
Isabela	Não
Luciana	Nunca contribuiu
Carla	Não
Pilar	Não
Olga	Não
Marta	Não
Maria	Não
Kátia	Não
Vivian	Sim
Cecília	Não
Beatriz	Não
Ana	Não
Antônia	Não
Evelyn	Não

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021

Apenas duas entrevistadas contribuem para a previdência social, observa-se que cinco nunca pagaram o INSS, a idade de duas delas chamam atenção; Cristina e Marcela tem 54 e 43 anos, respectivamente. Apontamos a idade pois as pessoas que nunca contribuíram não têm direito à aposentadoria, a elas é apenas possível o recebimento de um auxílio nominado Benefício de Prestação Continuada,

Este direito é assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que oferece “a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria

manutenção ou de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 2011, s.p.). Assim, além de impedir a aposentadoria, a não contribuição previdenciária acarreta na impossibilidade de seguridade em casos como acidentes ou doenças. Ciente disso, a entrevistada Mariana ressalta sua percepção crítica sobre a dinâmica de trabalho, exaltada, ela afirma que caso aconteça algum acidente enquanto se desloca para revender os produtos “*as empresas de cosméticos pra quem a gente revende não estão nem aí pra gente*”.

Isso é dado por ser a sociedade salarial que estrutura os sistemas de proteção social, através da contribuição mensal dos trabalhadores, evitando e cobrindo riscos sociais como o desemprego e eventos de doenças ou invalidez, ou, conforme apontam Sasaki e Menezes (2012, p.178) “a cobertura desses riscos é característica da sociedade salarial como os benefícios decorrentes da relação de emprego, tais como a aposentadoria e os seguros: acidente de trabalho, seguro-desemprego, entre outros”. Outrossim, no caso das mulheres, há dois benefícios previdenciários específicos que desejamos destacar: a licença maternidade e o salário maternidade.

A primeira corresponde ao período mínimo de 120 dias de afastamento no pós-parto ou pós adoção que é garantido às trabalhadoras com carteira assinada, enquanto o segundo é um auxílio financeiro que pode ser recebido pela gestante durante o período de licença. Ademais, o salário maternidade também é garantido para mães desempregadas, desde que já tenham pago encargos previdenciários.

Em resumo, os trabalhadores e trabalhadoras que não pagam a taxa de seguro social ao INSS não recebem esses benefícios, uma vez que um dos requisitos necessários para isso é a existência da qualidade de segurado, condição daqueles que são contribuintes; esse não é o caso das dez trabalhadoras informais apresentadas na análise preliminar desta pesquisa.

Por esse motivo, perguntamos a elas “o que acontece se você ficar doente?”, esta pergunta objetiva entender se há mudanças nos rendimentos quando impossibilitadas de trabalhar. Para esta questão houve muitas respostas com repetição das expressões “*para um pouco*”, “*não vou trabalhar*”, “*aí você tem que se virar nos 30*”, “*perde a renda*”, “*tem que levar as conta pra frente e esperar, tendeu?!*”.

Algumas das entrevistadas se sentiram à vontade para citar momentos em que adoeceram e ficaram desamparadas, segue um dos relatos:

[...] ano passado eu fiquei grávida, aí eu tive que parar um pouco as vendas devido a pandemia, que eu não podia sair, foi um caso que ocorreu comigo. Aí foi bem complicado pra eu atender as clientes porque ninguém queria receber e eu também não podia sair de casa, aí logo em seguida eu fiquei doente, é, infelizmente a minha gravidez não teve um final muito feliz, entrei pra estatística e fiquei doente, que a gente pegou uma infecção hospitalar, acabou que. Nisso que eu fiquei doente, eu tive várias clientes que não me pagaram, não fizeram a parte delas, né, porque a gente acaba ficando um pouco ausente quando a gente fica doente, né?! E até hoje eu ainda tenho muita cliente que não me pagou, que não manda mensagem. É um mercado bom, mas se você não tiver ali 24h ali, no... Né?! Fazendo a sua parte, o pessoal não dá um retorno. Porque vender é muito bom, agora receber é complicado." (ENTREVISTADA Mariana, 2021).

Outra interlocutora, a entrevistada Evelyn, afirma ter usado cartões de crédito quando não pôde trabalhar, disse ela: *“mulher, eu tive que levar as conta pra frente e esperar, tendeu?! Fiz os meu jeito com meus cartões. Mas, é, foi isso, passei 20 dias sem trabalhar [...]”*. (EVELYN, 2021). Sobre esta fala, acreditamos ser importante mencionar que o uso do cartão de crédito gera dívidas para os usuários, e, conforme Kunkel et. al (2015, p.170) “os usuários que mantêm um saldo devedor sobre o qual passam a incidir juros após o encerramento do prazo de tolerância são considerados detentores de dívida no cartão de crédito”.

Portanto, existem riscos relacionados ao uso indiscriminado dos cartões de crédito, e a entrevistada se submeteu a esses riscos devido à falta de renda no período em que esteve impossibilitada de trabalhar.

Além destas narrações, chama atenção o relato da cabelereira Olga:

Não, não recebo. Por isso que ela [a dona do salão] fala pra gente ir... Acho que é na secretaria da fazenda, é, na SEFAZ. Fazer um trem lá que é pra pagar por mês tipo uma mensalidade de 60 reais, que aí se por acaso acontecer algum acidente, tipo eu me acidentar, adoecer, alguma coisa, aí o INSS fica pagando.

É possível perceber através dessa fala uma certa preocupação da *patroa* e aparente desconhecimento da entrevistada sobre o funcionamento da seguridade social.

Apesar de todo o exposto, com os fatores de instabilidade relacionados ao trabalho informal que executam, quando perguntadas se aceitariam exercer outra atividade, no mercado de trabalho formal, onze das trabalhadoras afirmam que não, suas justificativas são apresentadas como análise de contexto no quadro abaixo

Quadro 8 - Desinteresse pelo mercado de trabalho formal.

Mariana	Maria	Evelyn
<i>Enquanto eu não tiver uma ocupação que me pague a mais, não compensa pra mim eu ir pro mercado formal pra mim ganhar menos e eu não vou ter a mesma... É, como é que eu posso dizer, eu não vou ter a mesma liberdade pra fazer os meus horários. Porque eu faço os meus horários, eu posso fazer outras coisas, eu posso fazer outros cursos.</i>	<i>Acho que não. Porque o salário, é só um salarim. Pra quem não tem, é... Né, uma faculdade, ou não tem um, como é que se diz, não tem uma experiência, aí não dá certo não. 1100 reais é muito pouco. Passa fome. Porque aqui mesmo, a energia mesmo daqui é 260 reais, a energia daqui que nós paga. Porque na verdade, se a gente for trabalhar assim é só um salarim.</i>	<i>Não, é, assim, carteira assinada não, porque antes eu não pensava em terminar meu curso e dar aula, né, aí já tô amadurecendo a ideia, isso que eu quero, quando eu formar eu quero prestar concurso, até porque já tá previsto, né. E aí, é, meu objetivo é esse mesmo.</i>

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021.

Marta, Vivian e Ester, também não aceitariam porque ganham mais que um salário. Ana diz que “depende da proposta”, e Gisele relata o seguinte:

Não. Porque eu nunca assinei minha carteira, nunca assinei porque nunca quis, aí assim acho melhor até... assim, desde sempre que... quando é falo que vai assinar minha carteira, eu... as pessoas falava assim pra mim “ih, se tu assinar tua carteira quando tu tiver na idade de aposentar vai ser difícil, e num sei o quê”, aí botei aquilo na minha cabeça. E nunca assinei.

Observa-se que o desinteresse de todas, exceto Gisele, é motivado pelo valor do salário mínimo ou pela oportunidade de tornar-se servidora pública. Aferimos na categoria renda que as três trabalhadoras que afirmam que não aceitariam a oportunidade de trabalho formal obtêm rendimentos maiores que o atual ordenado mínimo vigente, referido pela interrogada Maria como “salarim”.

Contrariamente a essas, as trabalhadoras que aceitariam trabalhar formalmente têm essa possibilidade como desejo, vide as expressões usadas: “meu

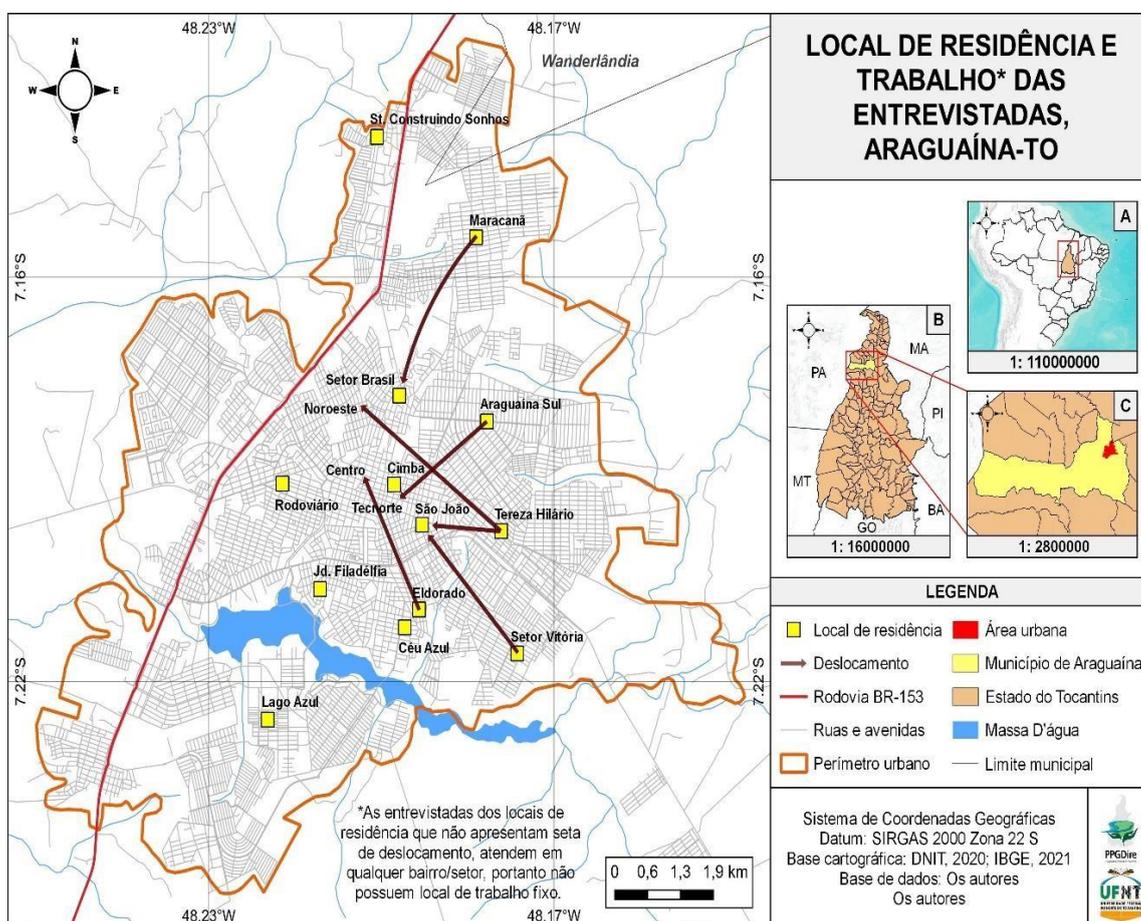
sonho”, “todo mundo almeja trabalhar de carteira assinada”, “eu sim, com certeza”, “eu aceitaria porque eu tenho o sonho de montar meu espaço de estética [...]”.

À vista disso, pode-se constatar que 16 das entrevistadas estão trabalhando na informalidade por não conseguir oportunidade de emprego formal, e mudariam este panorama caso lhes fosse ensejado ou caso o salário mínimo fosse maior.

6.3 Moradia

Para iniciar a sessão de sobre moradia, construímos um mapa do local de residência das entrevistadas.

Figura 4 – Local de residência e trabalho



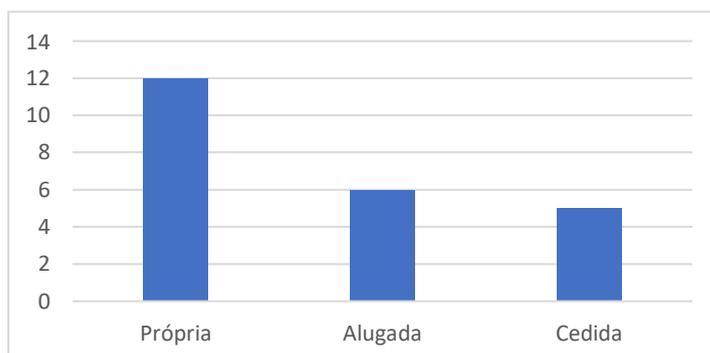
Fonte: dados da pesquisa, 2022.

As trabalhadoras que compõem essa análise moram nos bairros São João (Luiza, Cristina, Amy e Evelyn), Rodoviário (Mariana e Pilar), Maracanã (Bruna), Araguaína Sul (Marcela, Kátia, Marta, Isabela, Antônia e Carla), Cimba (Olga), Lago Azul 1 (Maria), El Dourado (Luciana), Brasil (Júlia), Céu Azul (Beatriz), Tereza Hilário

(Gisele), Vitória (Vivian), Jardim Filadélfia (Ana) e Construindo Sonhos (Cecília e Ester).

Averiguamos também o tipo de moradia. As respostas estão representadas no gráfico 8, abaixo.

Gráfico 10 – Tipo de residência



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021.

Nota-se que a maioria das trabalhadoras residem em casa própria, 5 moram em residências cedidas e outras cinco pagam aluguel. Averiguamos também a quantidade de pessoas com quem residem, os resultados são dados a partir da tabela seguinte.

Tabela 1 - Número de pessoas com quem reside

Entrevistada	Quantidade
Mariana	1
Cristina	Sozinha
Júlia	4
Kátia	4
Bruna	8
Amy	1
Luiza	2
Marcela	4
Carla	2
Luciana	2
Pilar	2
Luciana	2
Antônia	3
Olga	6
Marta	1
Maria	2

Evelyn	1
Isabela	3
Vivian	4
Cecília	1
Ester	2

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021.

Verifica-se precariedade de moradia no caso das entrevistadas Pilar e Júlia, a primeira reside com o filho em uma kit net (quarto e cozinha) cedida pela família do ex-marido, seguem fotos de sua habitação:

Figura 5 – Residência da entrevistada Pilar



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Ao fim da entrevista, ao nos mostrar as outras kitnets que existem no mesmo terreno, notamos que o animal de estimação de uma outra moradora estava amarrado. Notando uma aparente docilidade do animal, perguntamos à Pilar o porquê de ele estar acorrentado. A respondente nos disse que apesar de manso, o cão é agressivo com crianças, e ficava amarrado quando o filho dela, de pouco mais de quatro anos, estava em casa.

Figura 6 – Animal preso na casa de Pilar



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

A entrevistada no afirmou que no lote em que reside há, além da sua, 3 outras kit nets. E que, além disso, também há uma Oficina mecânica funcionando no mesmo local. Júlia mora em residência cedida pela sogra, mas na mesma casa também mora outra família.

Ainda sobre moradia, também perguntamos às mulheres entrevistadas se há feiras ou supermercados próximos a casa, uma delas relata

só tem supermercado, agora feira, não. Quando a gente precisa de alguma coisa a gente tem que ir ou ali em cima na feira da 14 de novembro, que é domingo, né, ou nos supermercados, que é Campelo..., tem um supermercado aqui perto da rodoviária, mas ele quase nada. É uma rede familiar que quase num... tem tudo que a gente precisa' (MARIANA, 2021).

A cidade conta com duas feiras principais, a da rua 14 de dezembro, mencionada por Mariana, e uma outra localizada na região central da cidade, conhecida como Feira do Mercado Municipal, as duas podem ser visualizadas na figura 7, 8 e 9, abaixo.

Figura 7 – Feira na rua 14 de dezembro



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Além dela, outras 16 relatam não ter feira, mas haver supermercados pequenos ou mercearias familiares, que não suprem todas as suas necessidades.

Figura 8 - Mercado Municipal de Araguaína



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Marcela afirma que “não tem feira perto e nem supermercados pequenos, e supermercado grande fica um pouco longe”. Kátia, Luciana, Luiza e Beatriz dizem

haver um supermercado grande próximo, Kátia reclama que “antigamente você ia lá e fazia uma compra boa, hoje em dia, sai com três *sacola* na mão”.

Figura 9 – Vista de fora do Mercado Municipal



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Apenas a entrevistada Olga afirma não ter feiras ou supermercados próximos à sua morada.

Buscando entender se essas trabalhadoras se deslocam ou se trabalham no local que residem, perguntamos a elas “trabalha em sua própria casa ou local de residência?”.

Com as respostas a essa questão, constatamos que somente as revendedoras trabalham no local onde moram, entretanto, as entrevistadas Mariana, Ana, Beatriz e Júlia fazem entregas, enquanto Cristina revende somente no local onde mora, e por esse motivo comprou uma vitrine para expor os cosméticos, desse modo, os transeuntes que passam em frente à sua casa, que fica localizada no Bairro São João, podem ver e se interessar pelos produtos sem que ela precise sair de casa para realizar as entregas.

Cristina conta-nos que exhibe os produtos porque não conta com um transporte para realizar as entregas, e que por ter 54 anos já não consegue ir à pé para lugares distantes, na figura da página a seguir é possível ver a vitrine em que ela deixa seus produtos à mostra.

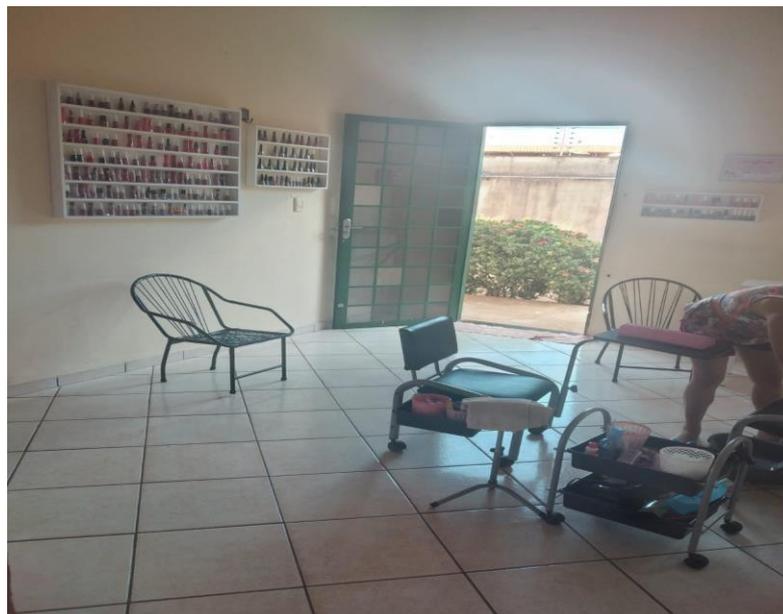
Figura 10 - Vitrine de cosméticos da entrevistada Cristina



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

As outras revendedoras se deslocam para realizar as entregas dos produtos, relatam que fazem entregas em qualquer bairro da cidade. A manicure Isabela também trabalha apenas em casa, ela utiliza o espaço da sala para atender as clientes.

Figura 11 – Sala de atendimento de Isabela



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Para as que trabalham fora do local de moradia, questionamos “em qual bairro você mora e em que bairro trabalha?”, as respostas estão agrupadas no quadro seguinte:

Quadro 9 - Residência e trabalho

Respondentes	Residência	Trabalho
Mariana	Rodoviário	“onde tiver cliente”
Bruna	Maracanã	Maracanã e Brasil
Beatriz	Céu Azul	“onde a cliente chamar”
Amy	São João	“onde chamarem”
Ana	Jardim filadélfia	“onde chamarem”
Júlia	Brasil	“onde tiver cliente”
Luiza	São João	onde chamarem”
Gisele	Tereza Hilário	São João e Noroeste
Cecília	Construindo Sonhos	Onde a cliente chamar
Marcela	Araguaína Sul	Tecnorte
Pilar	Rodoviário	Rodoviário
Carla	Araguaína Sul	Araguaína Sul
Luciana	El Dourado	Centro
Kátia	Araguaína Sul	Araguaína Sul e “roça”
Olga	Cimba	Cimba
Marta	Araguaína Sul	Araguaína Sul
Ester	Construindo Sonhos	Onde a cliente chamar
Antônia	Araguaína Sul	Onde a cliente chamar
Maria	Lago Azul	“onde a cliente chamar”
Evelyn	São João	“onde as clientes me chamarem”
Vivian	Vitória	São João

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021.

Analisando as respostas, percebe-se que o grupo das domésticas (Marcela , Pilar e Luciana) trabalham em locais fixos, assim como as diarista Bruna e Gisele, e a cabelereira Olga. A entrevistada Kátia contou-nos que atende à domicílio, mas se

limita a atender apenas as clientes que estão no mesmo bairro em que reside, além disso também presta seus serviços no interior da cidade, quando vai visitar a mãe.

Enquanto essas trabalhadoras têm lugar fixo de trabalho, as três outras a atendem em qualquer lugar que forem chamadas, como se percebe através das expressões ditas por elas, a manicure Evelyn, no entanto, também presta serviços quando visita a mãe, no município de Barra do Ouro - TO.

Já quando perguntadas se mudaram de residência nos últimos cinco anos; Cristina, Bruna, Amy, Cecília, Antônia e Pilar responderam negativamente, para aquelas que responderam “sim”, questionamos a razão e buscamos saber em quais outros locais estiveram.

Quando questionada, a entrevistada Mariana, que atualmente reside no setor Rodoviário, narra que nos últimos cinco anos se mudou três vezes.

Eu morei no São João, morei é, aqui em cima, eu não sei se ainda é setor Rodoviário, mas na rua aqui de trás, eu acredito que seja setor Rodoviário e eu morei no Sonhos Dourados também”. O motivo das mudanças foi o valor do aluguel, ela conta “mudei por causa dos aluguéis de Araguaína que estavam muito caros.

Marcela continuou morando no mesmo bairro, apenas mudou de casa:

Mudei pra essa casa aqui. Que eu morava de favor, na casinha pequena ali, que era só um cômodo... três cômodos. Que era um mini quarto, um mini banheiro e uma sala que nós fazia sala, cozinha, tudo. Que era 6m². Aqui mesmo no Araguaína sul, lá meu irmão deu pra mim morar, quando eu mudei pra cá, aí eu morava lá mais os menino, o X e a Y. Essa casa aqui meu ex-marido fez e me deu, pra mim mais os menino morar.

Além dessas, a interrogada Kátia também mudou de endereço, afirma ela que se mudou “*muito. Caçando melhoria pros meus filhos e o mais barato, aluguel mais barato*”. Atualmente ela reside no setor Araguaína Sul, mas nos últimos cinco anos morou nos setores “*JK, Nova Araguaína, Itaipu [entrevistadora: longe] ah, é porquê os aluguel são mais barato. Morei lá no Santa Terezinha, mas eu gosto é daqui, Araguaína Sul.*”

Luciana mudou-se várias vezes durante os últimos cinco anos, morou nos setores Itaipú, Maracanã e Vila Ribeiro, depois casou-se e foi para o setor Palmas, e atualmente mora no setor El Dorado, as mudanças foram motivadas pelo valor do aluguel.

Júlia, que hoje reside no setor Brasil, esteve antes no setor Maracanã, mudou-se porque conseguiu a oportunidade de morar em um imóvel cedido, assim, não pagaria o aluguel.

Isabela mudou-se apenas duas vezes, para os setores São João e Patrocínio, conta ela que as mudanças ocorreram para residir próximo à sogra e pela necessidade de uma casa maior, em razão das filhas. Marta mudou-se 6 vezes, segundo ela “tinha que mudar toda vez que trocava de emprego, pra ficar perto do trabalho”, morou nos bairros Raizal, Centro, Entroncamento, Noroeste, Vila aliança, e São João.

Nos últimos cinco anos, Vivian residiu nos setores Itaipu e São João, procurando por alugueis mais baratos.

Sobre o tema, Beatriz responde:

mudei, eu morava no Araguaína sul.” (pesquisadora: você lembra porquê você mudou?) sim. Aluguel. Sai do aluguel. Na verdade, foi uma confusão. Eu tava no aluguel, era a prefeitura que tava pagando pra mim, era tipo uma indenização e tal. Aí chegou o momento que acabou, tive que mudar. (pesquisadora: indenização pelo quê?) de uma casa, que a prefeitura derrubou a casa.

A entrevistada Olga, que atualmente reside no Cimba, morou antes no bairro São João, mas mudou-se quando houve o término de casamento. Já a entrevistada Maria relata que mora no setor Lago Azul há quase cinco anos, antes morava no Bairro St. Terezinha: “inclusive, nós *ganhou* essa casa aqui de indenização, porque o Ronaldo Dimas (ex-prefeito da cidade) não quis dar o dinheiro, né?! Aí nós ganhou duas casas. Aí foi a indenização que nós *recebeu*.”

Maria se refere à demolição de imóveis ocorridos na cidade no ano de 2017, em ocasião da desapropriação de casas para construção de obras de revitalização e valorização da região conhecida como Feirinha; embargado algumas vezes pela justiça, o complexo foi inaugurado em 2020 e leva o nome de Nova Feirinha⁴.

Pontuamos que Maria é uma trabalhadora originária de uma região da cidade vista como “degradada”, lugar que não foi passível de recuperação, mas de uma reconstituição dada sem os moradores originais ou que lá estavam há bastante tempo. Além do mais, a trabalhadora e sua família foram transferidos para um bairro mais distante do centro e com um acesso mais difícil do que aquele em que residiam anteriormente.

⁴ <https://conexaoto.com.br/2017/06/29/com-suspensao-da-demolicao-da-feirinha-dpe-to-quer-garantir-negociacao-justa-aos-comerciantes>

A Entrevistada Evelyn foi a que mais deslocou-se de um bairro a outro, ela narra os lugares que morou e motivos de mudanças.

Eu morei no Coimbra, lá passei quase 3 anos também e aí antes do Coimbra tava no Jardim Paulista, aí antes do jardim paulista, eu tava no Tecnorte e aí teve uma época que eu morava no bairro São João mesmo. [...]Não, é porque tipo assim, o primeiro bairro que eu morei foi no São João e aí eu tive que mudar lá pro Tecnorte por causa do meu trabalho na época, e aí eu mudei bem pra pertinho do trabalho mesmo. E aí depois eu fui morar com meu pai, ele separou aí fui morar com minha irmã. Aí depois minha irmã separou e aí a gente foi procurar kitnet, aí a minha amiga indicou desse rapaz no Coimbra, aí do Coimbra vim pro São João.

Destacamos que se observa na resposta de mais de três mulheres que o crescimento da cidade impacta no mercado imobiliário e obriga as trabalhadoras a se adequarem, uma vez que com o aumento dos valores de aluguel, essas mulheres se veem condicionadas a mudar de endereço procurando locais com preço mais acessível.

Inserimos no roteiro de entrevistas um questionamento referente ao tempo gasto com os afazeres domésticos e se recebem ajuda de alguém para realizar esses serviços, a pergunta nos auxilia a pensar a dimensão da divisão sexual do trabalho, mais especificamente sobre as múltiplas cargas de trabalho que afetam as mulheres que pesquisamos, para esses questionamentos obtivemos estas respostas:

Tabela 2 - Trabalho doméstico

Entrevistada	Tempo gasto	Recebe ajuda?
Mariana	4/5h por dia	Sim
Cristina	Indefinido	Não
Júlia	Indefinido	Sim
Beatriz	6	Não
Ana	3	Não
Bruna	Indefinido	Sim
Amy	3 horas por dia	Não
Gisele	Indefinido	
Luiza	Indefinido	
Cecília	5	Raramente
Marcela	3/4 horas por dia	Sim
Pilar	3 horas por dia	Não

Carla	Indefinido	
Luciana	3 horas	Sim
Antônia	mais de 4 horas	Sim
Olga	finais de semana	Sim
Marta	Mais de 3 horas	
Ester	Indefinido	Não
Maria	0	Sim
Evelyn	3 horas	Não
Isabela	4 horas	
Vivian	Indefinido/fds	Sim

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa, 2021.

Grande parte mulheres que recebem *ajuda* para realizar os afazeres domésticos dividem essas atividades com outras mulheres, chama atenção o caso da Bruna; que recebe ajuda da mãe, sobrinha e namorada do irmão, isto é, apenas as mulheres são responsáveis pelo trabalho do lar. A respondente Marcela é ajudada pela filha, Olga pela mãe, Mariana e Kátia recebem ajuda de seus maridos.

A interlocutora Maria é a única das vinte e três trabalhadoras que não dedica algum tempo ao trabalho no lar, ela conta que as atividades domésticas ficam a cargo dos filhos, e, que também paga uma diarista algumas vezes ao mês, em suas palavras *“pago uma funcionária. Porque, menina, eu não dou conta não! eu já chego cansada”*. Constatamos na categoria “trabalho” que ela trabalha mais de 10 horas por dia, o que pode justificar este fato. A entrevistadas Júlia e Vivian também recebem ajuda de diaristas.

6.4 Direito à cidade

Fizemos questionamentos a essas trabalhadoras com o objetivo de entender sobre a mobilidade urbana, entendida como atributo associado “às pessoas e atores econômicos no meio urbano que, de diferentes formas, buscam atender e suprir suas necessidades de deslocamento para a realização das atividades cotidianas como: trabalho, educação, saúde, lazer, cultura.” (PARANÁ, 2016, p. 10).

Quando perguntadas sobre o meio de transporte que utilizam para se locomover para o lazer ou trabalho, as respondentes Cristina, Bruna, Amy, Pilar, Antônia, Marta, Carla e Isabela e Vivian afirmam “à pé”, no entanto, Bruna relata que

também utiliza bicicleta ou moto emprestada pela sobrinha; e Vivian vai ao trabalho com a mãe, de moto.

Ester e Cecília usam somente ônibus, e as demais entrevistadas utilizam motocicleta próprias, dos maridos ou filhos, como é o caso das interrogadas Mariana, Marcela, Kátia, Luzia e Luciana, Gisele e Beatriz e Ana, apenas a entrevistada Júlia utiliza carro como meio de locomoção. Entrevistada Mariana narra que a moto que possui é empregada para fazer as entregas de cosméticos, e além disso, também é o meio de transporte que marido utiliza fazer as entregas dos ovos e galinhas que vende.

A entrevistada Marcela nos narrou que utilizava bicicleta para se locomover, era esse o meio de transporte usado para percorrer os aproximados 5km que separam sua residência, no Araguaína Sul, e a casa onde trabalha, no setor *Tecnorte*. Ela afirma que atualmente é levada pelo filho, pois as sequelas da Covid-19 a impedem de pedalar, ela nos explica *“no momento tô indo de moto [do filho], mas antes eu ia de bicicleta, porque depois que eu dei COVID não tive mais coragem de pedalar não, fiquei mole”*.

Perguntamos também “quais setores que costuma frequentar?”, as respostas são as seguintes:

São João, Araguaína Sul, Ipê, aqui ao redor, a rodoviária, os parentes aqui próximos, é, jardim das flores, jardim boa sorte, aqui em cima, acredito que só, os que eu vou mais. Pra fazer entrega, eu entrego em todo local, em qualquer lugar eu entrego ou então eu facilito a entrega pros clientes, se for um lugar que eu não, que eu acho que não é muito perigoso. É que já pediram pra eu entregar ali naquele perto do aeroporto, eu acho ele muito perigoso. É algumas vezes já entreguei lá também no JK, mas eu também não gosto muito, acho um pouco longe, as ruas são de difícil acesso. Depois que eu sai do Sonhos Dourados eu quase não volto lá, porque lá é muito ruim as ruas, né. O Araguaína Sul tá melhor de rua. Acho que só, que eu entrego só, entrego mais pelo centro” (Mariana, 2021)

Cristina alega raramente sair de casa, quando o faz tem como destino os setores Morada do Sol 2 e Araguaína Sul, para visitar parentes, a resposta de C é similar, esta só sai de casa para ir visitar a prima, no setor Brasil. Diferente destas duas, a entrevistada D sai bastante de casa e frequenta, sempre à pé, os bairros Entroncamento, El Dorado, Araguaína Sul, Coimbra e patrocínio.

Marcela alega que

só vou mesmo na minha mãe ali. Casa da minha mãe, aqui mesmo no Araguaína sul. Pra lazer, final de semana, de vez em quando vou pra uma

chácarazinha, agora nessa pandemia ninguém sai mais pra lugar nenhum, né. Fica quieto. Mas sempre, às vezes a gente ia numa chácara, aqui pertinho

Igualmente, a respondente Pilar não costuma frequentar muitos lugares, é “*mais aqui mesmo no setor rodoviário que eu fico mesmo e na casa de uma amiga minha lá no Araguaína Sul*”. A cabelereira Kátia só frequenta o São João, enquanto Olga tem por costume frequentar diversos locais e setores, narra ela que “*costumo rodar a cidade, em todo lugar eu tô. Noroeste, vila Ribeiro, Araguaína Sul, bairro São João, Cimba, Eldorado. Eldorado mesmo é que eu vou, que lá tem um botequinho bom pra andar.*”

Figura 12- Av. Cônego João Lima (Centro)



Fonte: dados da pesquisa, 2022

Maria afirma que quando não está trabalhando costuma não sair de casa, mas frequenta os setores Anhanguera, Ipê, Condomínio do Lago, Condomínio Siena, Centro, Cimba e Araguaína Sul para atender clientes.

Assim como a interlocutora Maria, a Evelyn também afirma quase não sair de casa, segundo ela

não, mulher, esse tempo de pandemia... Assim, de janeiro (2021) pra cá eu fiquei bem quieta, então, eu só tô atendendo mesmo só minhas clientes [...]

geralmente assim mesmo é só o centro mesmo e bairro São João, assim, pra essas coisas e o supermercado, o único que eu frequento é aqui no Araguaína sul. É, e as clientes, varia muito os setores.

Luciana frequenta os setores Maracanã e Lago Azul. Questionada, Júlia afirma sair muito “pro (Parque) Cimba, Via Lago, pro Campelo, pra almoçar, eu saio em tudo quanto é lugar. Eu passeio muito. Saio, vou pro Ipê, pro Maracanã eu vou muito porque minha família tá toda lá. Eu saio muito”. Luiza, pelo contrário, alega frequentar apenas o bairro em que mora; Beatriz e Gisele frequentam apenas o setor Araguaína Sul. Marta também vai a esse setor, e também aos Bairros São João, Noroeste e Centro.

Isabela e Carla relatam ir apenas em locais e setores próximos ao seu lugar de moradia e citam a dificuldade de transporte:

Mulher, pra falar te falar a verdade, não sou muito de sair aqui não, eu viajo, assim... quando eu quero ir pra algum lugar eu viajo, pra Ananás, pra sair aqui mesmo eu... é que é difícil, num tem meio de transporte, porque assim, quando eu quero resolver alguma coisa na rua eu tenho que pagar mototáxi pra ir, sabe? Pra ir e pra voltar, ou pedir alguma amiga minha pra me levar, então pra mim sair aqui não compensa, pra mim sair porque: vai sair pra algum lugar, tem que levar dinheiro pra gastar, aí ainda ter que pagar táxi pra ir e voltar... aí não compensa, aí quando quero sair sempre vou pra ananás, porque lá tem família, né? Chegar lá eu saio, é tudo mais perto, a gente não gasta com isso, aí quando vou sair aqui é na casa de uma amiga mesmo, que possa me buscar, e só (CARLA, 2021).

Ester frequenta os setores Araguaína Sul e Couto Magalhães, e Cecília frequenta apenas o centro. Assim como ela, Antônia também frequenta bastante o centro e também os setores São João e Araguaína Sul, setores que ficam perto da região central da cidade. Ana também frequenta os mesmos setores que a colega cita, mas além destes também vai aos setores Tereza Hilário, Morada do Sol, Céu azul e Centro.

Percebemos, pelas informações ditas pelas participantes, que a maioria frequenta apenas os locais e setores próximos de seu local de moradia ou da região do Centro da cidade, caso dos setores Araguaína sul e São João, constantemente citados.

Afim de responder a problemática desta pesquisa, indagamos “como você enxerga a cidade de Araguaína?”, as falantes Mariana, Cristina, e Evelyn respondem comentando que veem uma cidade próspera; Nayara afirma que “depende”. Vejamos suas respostas:

Eu enxergo como uma cidade promissora, uma cidade boa, uma cidade que ainda é pequena, em comparação a cidades que eu já morei, isso que me agrada mais, porque não tem aquela muvuca de trânsito, de confusão, que eu ainda acho aqui mais tranquilo (MARIANA, 2021)

Aí, eu digo assim, é boa, né. Pode-se dizer que ela é boa, porque, assim, ela supre muito as necessidades tipo, o hospital, postinhos assim, que muitas vezes a gente precisa de algo a gente consegue, né. Tipo, é o postinho mesmo, né, o hospital, então eu digo que é assim, uma, algo que supra a necessidade. Se que ainda precisa de muita coisa pra melhorar, né?! Tipo assim, no centro tá de boa, né?! Tá asfaltado, tem tudo, mas você quando vai nos setores tipo morada do Sol 2 mesmo, eu vejo ali muita dificuldade, tipo assim, as autoridade não vê muito pra aquele setor lá, porque é um areião terrível, tendeu?! Então precisa dessa parte das autoridades, o Prefeito ver mais aquele setor.” (CRISTINA, 2021)

Como que eu enxergo? Mulher, é que aqui, na área da beleza acho que, até porque esse tempo de pandemia a gente não conseguiu se organizar porque é muita coisa mudou mesmo, mas questão de beleza, essas coisa é muito bom, muito bom mesmo. E, depende da pessoa, né, o que que ela veio fazer aqui, né. Porque eu acho que pra uma pessoa que tem expectativa de crescer há essa possibilidade, mas isso depende de pessoa pra pessoa. Tem muita gente que vem pra cá, só trabalha e estuda, então, tipo assim, é de pessoas, entendeu?! Eu acho que a pessoa que vai fazer a diferença. (EVELYN,, 2021).

Eu acho assim, aqui, como qualquer outra cidade, vai depender muito da pessoa, do sonho que a gente tem, do querer, porque bom é, dinheiro dá, mas claro que primeiro lugar tem a disposição da gente, do que a gente realmente quer pra gente correr atrás, mas Araguaína é boa pra ganhar dinheiro e pra trabalhar também. Então Whatsapp, as rede social ajudou muito, é tanto que eu vendo mais pelo meu Whatsapp, até pelo Instagram. Tudo que eu posto eu vendo 2 ou 3, ai eu só vou entregar ou eles vem tirar na minha casa, eu posto, sempre vendo. Então, eu acho bom Araguaína pra dinheiro eu não tenho o que reclamar. Dá retorno.” (JÚLIA, 2021)

As entrevistadas Bruna e Pilar respondem “eu gosto”, enquanto Amy e Marcela divergem destas. Amy vê a cidade como “péssima”, e justifica dizendo que tem essa opinião principalmente em razão da escassez de oportunidades de emprego, Marcela concorda:

Dizem que é a capital do boi gordo, mas eu não vejo isso não, porque eu vejo muito, ainda vejo muita pobreza. Tem muita dificuldade, muita pobreza, povo, o centro nem tanto, mas vai nessas... Nessas beirada de rua pra ver, ainda tem muita... Pra ser uma capital do boi gordo”. [falta] Muita oportunidade... De emprego pros jovens. Pra tudo, né, não é só pros jovens. Pras pessoas mais qualificadas” (E, 2021, grifo nosso).

Semelhantemente a esta, Kátia acusa

como é que diz... Se não tivesse tanta individualidade das pessoas aqui ela é mais boa ainda, mas as pessoas aqui não pensa no próximo” (amor da minha vida: me fala um pouco mais sobre isso) “tipo assim, se você tem algo para oferecer ao próximo, ave Maria, você é o anjo, o anjo da guarda de todo mundo, mas quando você não tem, quando você tá na pior, todo mundo te

vira as costas. Se você não tem nada e precisa de ajuda de alguém, várias pessoas te bloqueia, fica te criticando. Não dá pra ser amigo, mas deixa você mudar de vida, ficar bem financeiramente, todo mundo é seu amigo [silêncio longo] se fosse a capital do boi gordo, primeiramente, se fosse a capital do boi gordo a carne tinha que ser barata pra quem mora aqui, né. E é mais cara pra quem mora aqui do que pra quem é de fora, aí não tem nem como ser a capital do boi gordo.”

A entrevistada Evelyn, aparentemente confusa ou indecisa, comenta que

tá uma cidade desenvolvida, tá boa, né, porque uns tempo aí atrás tava muito difícil. O acesso, o asfalto, as rua mesmo, tava só a buraqueira”, agora tá bom. [...] pra gente que ainda tá começando, querendo conseguir alguma coisas aí é mais difícil, né?! É igual o Eduardo fala, que oportunidade mesmo só pros grandes que já tem e a gente não tem assim um... Como é que se diz... Um Auxílio, assim... É, até que nós tivemos assim esse auxílio do governo, uma ajuda boa. Mas... as coisa tá muito cara, né?! Do que a gente ganha, a gente tá mais perdendo muito mais ainda. Porque a gente vai com 100 reais no supermercado e não sai com quase nada (J, 2021).

Seguem mais relatos sobre a visão das trabalhadoras sobre a cidade:

Ah, aqui é bom, né? Ah, sei lá... Araguaína pra quem tem... É muito difícil viver aqui em Araguaína, pra te falar a verdade porque, igual, no caso... meu marido tem que trabalhar fora porque emprego aqui não é fácil pra conseguir, e qualquer servicinho que que a gente for arrumar precisa ficar correndo atrás dum pistolão, alguma coisa... é arrumado pelos outros, né? Eles não dão chance pra pessoa ter experiência, aí fica difícil... A Capital do boi gordo é nome, é nome... pros rico, pra quem tem dinheiro, pros donos do boi gordo. Essa é nossa cidade! (Luiza, 2021)

Ai, ai... tem oportunidade, mas é aquele negócio de você ter experiência ou não, aí fica complicado, a gente não tem experiência e eles também não dão oportunidade, só quer pegar quem já tem experiência, aí... não adianta. Deveria dar prioridade pra aquelas pessoas que precisam, e que não tem experiência, porque se não der... nunca vai ter, né? A gente nunca vai ter experiência, que eles num dá oportunidade. É uma cidade média, na minha opinião, eu esperava mais, porque eu pensava que era uma coisa, mas não é não. (pesquisadora: me fala mais sobre isso?) Assim, quando a gente mora fora, numa cidadezinha pequena do interior, eles sempre fala que aqui tem muita oportunidade de emprego, que é grande, uma cidade grande, movimentada e tudo, aí a gente vem pensando que quando chegar aqui vai dar certo... e não é [...] por isso que falo “Ave Maria! Meu sonho era morara aqui, quando eu morava em Ananás, aí vim morar aqui... e vi que as coisas não é o que todo mundo fala, né? (CARLA, 2021)

É, pra quem não tem uma renda boa é mais complicado, mas é uma cidade boa, o pouco que a gente ganha dá pra ir se virando, é uma cidade de oportunidades, aqui tem, se procurar acha, tendo força de vontade... tem que querer, porque não é fácil. Mas é bom, gosto daqui (ISABELA, 2021).

Vejo uma desigualdade muito grande, sabe? Uma falta de assistência social enorme porque... tem muita gente aí que tem filho, que tem criança e tudo, e nessa pandemia. E o máximo que deu foi uma cesta básica, no máximo do máximo, e era uma vez por mês, né, a cesta básica aqui não é tão boa, a saúde daqui também não é boa, a não ser que você esteja morrendo, que talvez você receba uma ajuda, o coletivo não tem ponto, deveria ter ponto de

ônibus aqui em várias ruas, mas é raro, pra pegar um ônibus aqui você tem que ir lá no centro, andar muito pra poder pegar, uma cidade tão grande quanto é essa! Eu acho que deveria ter ônibus rodando na cidade inteira, entendeu? Hum, deixa eu ver o que mais... muita falta de emprego, muita desigualdade social. Tem muitas coisas ruins, mas tem coisa boa também... Assim, a cidade de Araguaína é uma cidade muito boa pra quem tem dinheiro, pra quem tem condição financeira é maravilhoso, agora pra quem não tem, minha amiga! É muito ruim (MARTA,2021)

Gisele, Cecília e Vivian apontam que a cidade é desorganizada, a primeira comenta também que vê muitas oportunidades, mas também enxerga uma Araguaína que tem o custo de vida bastante elevado.

Para Beatriz, Araguaína

é uma cidade próspera, desde que você tenha contato com quem tá lá no poder, porque se você não tiver, você não é nada. Eu te digo assim, porque eu sou técnica de enfermagem, eu não tenho experiência e até agora eu não consegui um emprego na área, porque eu não tenho experiência e também não tenho contato com quem me bote lá dentro. Porque a pessoa só consegue sem ter experiência com contato. Você tem contato com o político, o político te coloca, arruma um contrato pra você. Se não for assim, muito complicado”.

Percebemos, nas falas das entrevistas, repetição da palavra “dificuldade”; insatisfação com o preço da carne e custo de vida na Capital do Boi Gordo, inclusive, todas as mulheres que citam a alcunha de Araguaína não acreditam de esta represente de fato a cidade. Nota-se também a presença de indignação sobre a oportunidades de empregos, as participantes alegam que só consegue emprego quem tem “quem indica”.

Vemos também a insatisfação com o custo de vida quando é perguntado a elas o que gostam de fazer e quais lugares gostariam de frequentar, como veremos à frente.

Sobre o que gostam de fazer, doze das trabalhadoras responderam que gostam de passar o tempo livre em casa.

Já a Bruna, além de dizer que gosta de frequentar uma igreja aos fins de semana, afirma que em seu tempo livre prefere só ficar quieta mesmo em casa, só “olhando menino mesmo”.

Como ela, outras entrevistadas afirmam preferir atividades mais caseiras. Uma dessas, a interrogada Cristina, conta que em seu tempo livre gosta de orar, ou visitar os parentes. Outra, a Maria, explica que tempos atrás frequentava uma igreja

localizada longe da casa dela, mas que presenciou um assalto a terceiros e por esse motivo decidiu ir a uma igreja mais próxima, ainda comenta que

agora tá mais tranquilo, né, mas antes... Tava perigoso, tava muito perigoso. E assim, quase não tem policiamento, né?! Não tem policiamento o suficiente. Igual se a gente for chamar uma polícia, né, Eduardo? Demora, menino, demora pra poder aparecer, e as vezes nem aparece. [em seguida, complementa]. Eu sou é caseira mesmo, quando é a noite aqui eu compro uma pizza pra mim mais os meninos, compro um espetinho completo, fico por aqui mesmo. Porque assim, eu já fico muito tempo fora de casa, aí o tempo de eu curtir minha casa é assim a noite, né, [fala o nome do filho]?! Eu não saio de casa não (MARIA, 2021)

Também caseira, a entrevistada Pilar alega que em seu tempo livre gosta de ficar deitada enquanto olha o celular ou assiste filme, ou ir à igreja e chácara. Enquanto a interlocutora Olga afirma que gosta de sair, beber e ficar com os amigos, mas apesar disso, gosta mais de ficar em casa, ou como nas palavras dela “*eu gosto de sair, beber, ficar com os amigos, resenhar em casa. Gosto mais de ficar em casa do que sair, tendeu?! não troco*”.

Contrariamente, as outras interrogadas comentam gostar frequentar lugares como festas e/ou barzinhos, caso das entrevistadas Evelyn e Amy, que afirmam gostar também de ler, ouvir música e visitar amigas. Evelyn ainda comenta

eu gosto de caminhar. Não, assim, em tempos normais a gente vai num barzinho, essas coisa, festa... mas agora mesmo, com esses tempos, é só caminhar mesmo e trabalhar. [...] eu prefiro esses barzinhos mesmo aí de esquina. De vez em quando a gente tira pra ir num lugar mais ou menos, tipo Andante⁵.” (pesquisadora: tira o quê?) “dinheiro. Por que tem uns bares que é tipo assim, Tu compra uma algo bem baratinho no barzinho da esquina, aí tu vai lá pro outro, eles inventam um nome totalmente diferente e te cobra um absurdo, entendeu?! Aí tu tem que analisar [...]. Tem lugar que o preço é exorbitante.” (Evelyn, 2021)

Como podemos ver, a crise sanitária afetou a vida e lazer das trabalhadoras. Evelyn não é a única a discorrer sobre isso. Mariana também expõe mudanças com a pandemia

lazer aqui eu gostava muito do cinema, que agora, devido à pandemia, nunca mais fui, é, eu gostava muito da Via Lago também, de fazer caminhada e correr, também por causa da pandemia, eu nunca mais fui. Eu fico mais em casa normalmente, porque, o parque cimba eu também gostava de ir, mas devido à pandemia não fui mais, a igreja também parei de ir, que eu ia também, ia pra banho, algum banho aqui próximo. Tudo devido à pandemia a gente parou.” (MARIANA, 2021)

⁵ O bar citado, localizado em frente à maior universidade particular de Araguaína, tem um público formado majoritariamente pela elite da cidade.

Do mesmo modo, a doméstica Marcela se viu afetada, ela expressa que “*Ai, eu gosto de festa. Gosto de ir pra festa. Mas nem festa tem mais, né*”. Nostalgica, ela comenta que antes da pandemia ela sempre ia de carona para as festas. Perguntada sobre o que gosta de fazer, a entrevistada Kátia alega que “*antigamente sim, quando as coisa tava assim mais visível pra gente, a gente saia, né, ia num barzim, comer espetinho, agora como é que come?*”.

Podemos perceber através da fala “*quando as coisa tava assim mais visível pra gente*” de Kátia, que apesar de gostar, deixou de frequentar e fazer coisas pelo fator financeiro.

Júlia afirma que em seu tempo de lazer gosta de levar os *filhos ao* Parque Cimba e Via Lago⁶, ou qualquer lugar que tenho brinquedo., além desses lugares, vai à casa da avó ou amigos, e também frequenta o clube 3J, do qual é sócia.

Figura 13 – Parque Cimba



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

⁶ Se tratam de espaços públicos inaugurados recentemente e que são validados pelo discurso oficial como “lugares as serem consumidos”. Diferente desses, o 3J, também mencionado pela entrevistada, não conta com essa legitimação.

No Parque Cimba, citado por Júlia, um local com brinquedos para crianças e academia ao ar livre, como podemos ver na figura abaixo:

Figura 14- Academia ao ar livre e parquinho infantil no Parque Cimba



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Antes da pandemia, Carla frequentava bastante o Subway e a sorveteria Chiquinhos, mas atualmente passa a maior parte do tempo livre em casa. Isabela gosta de sair em seu tempo livre: *“quando dá vou pro meu sogro. Quando não tinha a Melissa (filha) eu gostava de ir nos barzin de esquina mais o Maycon (esposo), curtir um sábado à noite, mas depois que tive ela, tudo mudou. Não tenho tempo”*.

Como Isabela, Marta também gosta de sair em seu tempo livre, diz ela que *“se eu tiver dinheiro, gosto de ir pr’uma chácara, se não... ficar em casa”*. Ester também gosta de ir às chácaras como lazer, e ir em lanchonetes *“quando sobra um dinheirm”*. Luciana não gosta de sair de casa, mas às vezes vai ao Parque Cimba ou à Via lago, que pode ser visualizada na figura 15, abaixo. Beatriz também frequenta esses dois lugares, além do cinema.

O lazer de Ana era lanchar e ir aos domingos em barzinhos que vendem porção ou espetinho, mas afirma que atualmente não sai mais, sendo mais uma das trabalhadoras que preferem ficar em casa, como Luiza, Cecília, Gisele e Vivian. Antônia também prefere ficar em casa, a leitura como atividade de lazer.

Figura 15 – Pôr do sol na Via Lago



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Além desta pergunta, indagamos à elas também “que lugares gostaria de frequentar, mas não consegue?”, a dimensão financeira foi predominantemente apresentada como motivo, vide as respostas:

Os bares da cidade, bares, restaurantes, é, locais, né, de entretenimento, em Araguaína são muito caros. São muito caros. Um exemplo, eu comparo muito com a minha cidade porque lá é acessível pra todos, então você vai num bar nível Barol⁷i, e você consegue, você como estudante de mestrado, como um estudante de graduação, você como gari, você consegue ir, consegue se divertir, aqui não, aqui é tudo muito oneroso, tudo muito caro. Comida em Araguaína é muito caro, é fast food, alimentação, delivery, eu acho bem mais caro, né. Então isso acaba inviabilizando um pouco a gente, principalmente quem é de classe média, ou classe média baixa, a pessoa não tem, você come um fast food uma ou duas vezes por mês e olhe lá, porque você não dá conta de, de fazer, né, comer uma pizza, comer uma coisa assim, se você for comer direto (MARIANA, 2021)

Aí, amiga, tem tantos. [...] Ai, tenho vontade de frequentar o shopping neblina, porque eu não tenho condição de ir ali, porque é muito caro as coisas. É, eu tenho vontade de tomar uma cerveja naquele bar da avenida neblina... La Viola. E, só (AMY, 2021)

Cinema. Eu já fui só uma vez no cinema, acho que devia ser mais... O povo mais pobre ter mais acesso ao cinema. Porque cinema é cultura. Devia ser

⁷ local destinado ao atendimento da elite local e regional, o Baroli está localizado em um dos locais de maior valor imobiliário da cidade.

assim mais, aberto, né. Ter mais teatro. Teatro é tão lindo. Ter mais teatro que dá mais oportunidade pros jovens. Ter mais, eu acho que devia ter mais, tipo assim, é... como que diz, tem muita gente que canta, que tem voz linda, ter mais cultura. Ter uns show popular assim do povo da cidade, pro povo cantar. Que tem muito talento dentro de Araguaína, tem muita gente talentosa, mas tão oculto porque não tem oportunidade. Eu queria muito que o teatro viesse assim pra periferia, mas pra perto do pobre, do povo. Ter mesmo um cinema, porque nem todo mundo vai no cinema. E fui no cinema um tempo desse. Não tem” (minha deusa perfeita: o que mais a senhora acha que poderia ter? Só o cinema mesmo?) “Deixa eu ver... É cultura, cultura mesmo. Porque a cultura ela melhora o jovem de todo jeito, né, em todos os aspectos (MARCELA, 2021).

O bar que Marcela conta também é o lugar que a entrevistada Evelyn gostaria de frequentar, mas não consegue. Outras duas mulheres reclamam que não conseguem frequentar lugares em razão da distância, Bruna afirma que *“quando a gente não tem as coisa pra ir, é tudo longe, né, aí fica difícil”* e Pilar comenta que *“até agora o que eu tenho vontade de conhecer é aquele parque cimba, mas nunca fui, é muito longe”*. Está apontado nas falas dessas duas entrevistadas a dificuldade acesso aos ambientes da cidade, em virtude das distâncias e da ausência de meios de transporte.

A entrevistada Kátia reclama do descaso da população e das autoridades municipais

Mulher, aqui, praticamente, os lugares que é bom pra gente passear tá tudo abandonado, tudo... Como é que fala, é... Tipo Jacuba, tá toda desmontada, era pra ser um lugar lindo pra gente [inaudível] mas é abandonado. Cristo⁸ também é abandonado. Esses lugares turístico assim não tem nem como a gente ir. O povo só tem olhos pro Parque Cimba e pra... Tem tantos lugares bonitos em Araguaína, mas o povo não cuida. A própria população acaba com tudo, o prefeito vai lá, arruma, aí vai umas, que não tem amor nem pela própria vida, acaba com tudo, não tem responsabilidade própria, né. Aí os lugares que tem pra ir, o povo só tem olhos agora pro Parque Cimba e pra Via Lago, os outros ficam abandonados, os pontos turísticos. Só investe o que tá dando mais lucro pra eles, tem tanto lugar lindo aqui em Araguaína.

Cecília conta-nos que *“queria conhecer a Via Lago à noite, mas não dá porque moro muito longe, não tem transporte, às vezes não tem dinheiro pra pagar um táxi... aí só fico por aqui mesmo. E o Cristo Ainda não fui”*. Antônia, sorrindo, responde *“gosto de luxo, lugares bons, mas o bolso não acompanha”*, Gisele gostaria de frequentar festas, mas não pode mais em razão da pandemia. Marta desabafa:

Ah, minha filha! Se eu tivesse dinheiro eu ia no 3J todo final de semana, tava no La Viola, esses dias tô vendo que lá tá tendo muito movimento e achomuito interessante, acho que eu iria tomar uma cerveja, mas... condição financeira, A gente tem que dar prioridade pras necessidades básicas, que é o que muita

⁸ Kátia se refere ao Cristo Redentor, espaço público de lazer que passou anos abandonado e que recentemente passou por reforma.

gente não faz; muita gente aí com o alufuel atrasado, água e energia perto de cortar, e tão se divertindo, com o nome sujo.

As trabalhadoras Luciana, Júlia, Maria, Ester, Beatriz, Vivian e Gisele não conseguiram informar algum lugar que gostariam de frequentar ou relataram não ter interesse em lugar algum. Ana e Luiza não conseguem citar um lugar, mas afirmam que não frequenta alguns lugares pelo alto padrão e custo, enquanto Bruna, queixosa, fala que *“quando a gente não tem as coisa pra ir, é tudo longe, né, aí fica difícil”* dando a entender que os lugares que não frequenta são em razão da falta de transporte.

Às trabalhadoras, questionamos também acerca da estrutura da cidade, buscando entender seu acesso à ela. Para esta questão, pode-se perceber a insatisfação das respondentes por usarem expressões como “poderia melhorar”, “Pode melhorar, mas tá bom”, “falta muita coisa”, “tem lugar que é horrível” como podemos verificar nas falas das seguintes entrevistadas:

Eu acho muito desorganizada as ruas de Araguaína, é, não sei se, é porque lá na minha cidade, Imperatriz, você entra numa rua, ela começa e termina até o final da cidade, então você passa todos os bairros na mesma rua, em linha reta, tranquilamente. Aqui não, você entra numa rua, ela acaba ali, ai já é outro nome de rua, que já é outro bairro, que já, é muito confuso, Araguaína. Você entra naquele google maps, pra você achar um endereço, eu como vendedora que vou fazer entrega, é uma luta pra mim achar um endereço, assim, em alguns bairros que são mais afastados, porque as vezes não tá mais nem cadastrado no mapa, nem ainda tá cadastrado, ai as clientes mandam e não sabem explicar direito, nem os próprios clientes sabem explicar direito as vezes. Então tem esse problema, é muito desorganizado. [...] 3 pedaços de rua ai acabou, ai tem um buraco, ai interditou ali, ai não vem, eles mudam o sentido da rua sem avisar a gente, que é outra coisa que eu acho muito errado aqui da empresa de trânsito, porque não coloca uma faixa, não coloca uma informação, não bota no site, não bota em nada. Eu me peguei várias vezes indo na contra mão, sem saber que eu tava, porque as ruas mudam, eles mudaram a direção das ruas e não avisam a gente, essas coisinhas. (MARIANA, 2021)

Não, é, tá boa. Aqui mesmo tem esgoto, né, é bom. Agora, tem uns setores aí, igual no JK, eles fizeram a rede de esgoto e não funciona, só cobra, vem descontando na conta de água já. Mas aqui, nós paga caro, igual eu pago água caro aqui, é 140 reais o talão de água aqui de casa. Então eles tinham era mais que diminuir esse valor. Igual eu te falei, quem ganha um salário passa fome, porque se não pagar a água, se não pagar a energia, eles vem e corta. E tudo caro. Aí...(MARIA 2021)

Meio termo, né. Alguns pontos sim, outros não. Tipo, pra gente que tá mais aqui centralizado é bem melhor, né. Agora passa mais pro Maracanã, pra esses outros setores, não é tanto como é aqui. Bom... É bom. A gente quase nem vê polícia, mas é bom, não tem do que reclamar não. (JÚLIA, 2021.)

Algumas apresentam dificuldade para responder essa questão, como a entrevistada Evelyn:

Ah, falta muita coisa, né?! Tipo, o escoamento da água quando chove, eu acho horrível, entendeu?! Eu acho isso horrível, entre outras coisas também, que não dá pra gente ficar... tem que fazer uma análise pra ver. Questão de arborização também da cidade, ai gente, o que mais?! Ai mulher, não dá assim, não dá pra... tinha que fazer uma análise pra ver o que necessita, entendeu?! (EVELYN, 2021).

As entrevistadas também citam muito a questão do transporte, como a entrevistada Kátia

O transporte já foi bom, quando era viação lontra, por mais que aqueles ônibus era tudo acabado, mas toda hora tinha ônibus. Toda hora passava ônibus. Hoje você tem que esperar algumas horas, principalmente naquela praça das bandeiras, se você quer andar de coletivo. Ou então pegar os clandestinamente, né?! É barato pra gente e a gente chega no lugar que a gente quer (KÁTIA, 2021).

Apenas as entrevistadas Marta, Beatriz, Bruna, Cristina e Olga consideram a infraestrutura como “boa” sem mencionar ressalvas, enquanto Luiza diz que “é bom, mas precisa melhorar muito ainda”.

Vivian diz que é mais ou menos, mas não consegue explicar o porquê acha isso, receosa, Gisele alega “*tá fraco eu acho. Tem que falar que acha bom, né? (risos)*”, Isabela nos conta, aparentemente confusa, que “*assim... é ruim em questão de transporte e pra ficar pegando táxi não dá, fica muito caro. Mas... a estrutura da cidade é boa, tem muito... ah, num sei. Transporte público nunca usei. A estrutura é boa, o asfalto tá bom, esses dias deram uma ajeitada aí.*”

Assim como Isabela, Carla também nos dá uma resposta em que se fundem confusão e contradição:

É médio, assim, até que gosto, não tenho muito a dizer sobre isso não, lá em casa tem asfalto, é tudo limpinho, o caminhão passa sempre... não pego transporte público mesmo porque nunca andei aqui, então não sei, ou vou mesmo á pé... acho que ele nem passa também na rua lá de casa, eu mesma nunca vi, mas não tenho do que reclamar, não pego mesmo porque não sei e também nunca vi ele passar ali. Sei que tem, mas ele não passa, acho que não tem ali a rota, porque nunca vi... O policiamento público é horrível, já fui assaltada quatro vezes, pra mim é o fim da picada. E a gente vai lá, faz b.o e não dá nada, então a segurança, pra mim, deixa muito a desejar.

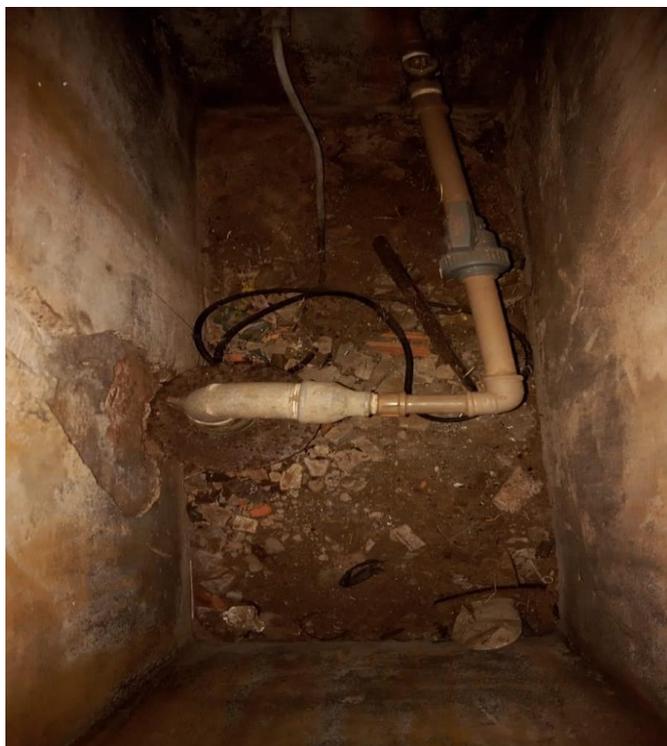
Percebemos que muitas das entrevistadas parecem confusas ou receosas sobre o que opinar ou não se sentiram totalmente à vontade para responder a questão de modo mais detalhado, como é o caso das trabalhadoras que consideram a infraestrutura como “boa” mas não sabem dizer o porque consideram isso. Caso também de Gisele, que sorrindo, fala que “*tem que falar que acha bom, né?*”.

Para entender melhor sobre as questões acerca da infraestrutura oferecida por Araguaína, Interrogamos as entrevistadas sobre saneamento básico, saúde, lazer, educação e trabalho. Um outro objetivo desses questionamentos, assim como de boa parte das perguntas que inserimos no roteiro de entrevistas, é averiguar se há efetivação do direito à cidade.

Sobre saneamento, perguntamos: “você tem acesso a saneamento básico?” Todas responderam “sim”, embora apenas as residentes dos setores centrais tenham acesso a rede de esgoto.

Kátia ainda comentou que *“pelo menos isso que a gente paga e vem de bom”*. A entrevistada Mariana, no entanto, contou-nos que apesar de ter acesso, só consome água mineral ou do poço artesiano perfurado pelo seu sogro, ela comenta que *“a água de Araguaína, ela não é própria para o consumo, meu pai é técnico de saneamento, ele já me falou. Ele me proibiu de beber água daqui, então a gente só bebe água mineral ou bem tratada, do poço bem tratada”*.

Figura 16– Poço artesiano



Fonte: arquivo pessoal da entrevistada Mariana, 2021.

De modo geral, quando perguntadas sobre saúde, lazer, educação e trabalho, observamos repetição de expressões e palavras como “tem muito a melhorar.”,

“péssima”, “horrrível”, “que não é, assim, muito boa, né?”, “precária”, “sofrimento” “não é ruim, mas não é bom”; vemos o exposto na fala das entrevistadas Marcela e Pilar:

Amiga, pra mim, na minha opinião, não é muito bom não, né?! Pra outras pessoas é bom, mas pra mim não é não. Saúde, é a coisa mais difícil eu ter acesso a saúde, até porque esses dias eu fui tentar uma consulta ali no postinho, foi a maior luta, acabou não dando certo. A educação é o mesmo, nem tô estudando mais. Qual é o outro?” (pesquisadora: lazer e trabalho) “Lazer e trabalho, mais ou menos, até porque, como eu te falei, nas horas de lazer eu gosto de sair, curtir com as minhas amigas. E sobre o trabalho, eu consigo através de outras pessoas. Fazer diária. Eu nunca consigo por mim própria (AMY, 2021).

Ah, saúde eu acho já um pouco precária, né, saúde. A gente vê muito sofrimento em hospital, quando vai pro hospital é muito sofrimento. E sobre emprego, eu acho que a pessoa, pra tu conseguir um emprego aqui, tem que ter uma pessoa lá dentro, né, pra indicar, pra botar, acho que é mais isso, indicação. Porque entregar currículo já fui muito, fiz até entrevista, mas não passei (PILAR, 2021).

Notamos que quando falam sobre acesso à trabalho as entrevistadas argumentam que “precisa ter QI”, isto é, precisa de alguém que as indiquem ao empregador, a observação presente na resposta de Pilar também predomina em muitas das respostas das outras entrevistadas, muitas vezes em tom de indignação, como é o caso das interlocutoras Carla e Kátia:

Péssimo! Porque você não tem acesso a trabalho nenhum, se você não correr atrás mesmo, dar o sangue. Se você não correr não consegue um trabalho digno. Falta de oportunidade, ninguém dá oportunidade pra ninguém aqui. Se você quer arrumar um serviço, você tem que ser amigo de alguém de dentro do local onde você quer trabalhar e implorar pra pessoa te arrumar o serviço, a não ser... Se não, não arruma não., só se for de confiança, ‘de confiança’, aí como é que você vai ter confiança se ninguém te dá oportunidade de ter confiança?! (Kátia, 2021).

Hum, já até desisti de procurar, acho que não tá muito bom não, não tá essas coisas de emprego aqui não. Desisti de procurar, sabe como arranjo emprego? Indicação de pessoas que já trabalhei, ou alguma amiga minha, é assim que arrumo, não procuro mais (CARLA, 2021)

Observamos também uma alta predominância de reclamações sobre o transporte público, e o uso do táxi-lotação, serviço que era considerado ilegal até 2020, ano em que houve sancionamento de lei que regulamenta a atividade⁹. Vejamos o que diz a entrevistada Maria:

⁹ <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/11/06/prefeitura-sanciona-lei-que-autoriza-servico-de-taxi-lotacao-em-araguaina.ghtml>

Aqui passa ônibus, mas só que é difícil, aí quem trabalha de carteira assinada, tem que chegar no horário certo é difícil, a pessoa sofre muito, ó. Precisa ser desenvolvido nessa área aí, nessa área de ônibus. Aqui tem uns 5 setor aqui pra cima. Eu vejo muita gente andando a pé, indo pro serviço a pé. Tem vez que eu saio cedo, 6:30, tem muita gente andando aqui, pela via lago pra chegar no serviço no horário. Até de vez em quando eu dou carona pra quem tem capacete, que trabalha no Campelo, porque não tem coletivo e tem que chegar no serviço no horário. Agora aqui, agora tem os... Aqueles pessoal do táxi, como que chama? Que o [cita amigo] trabalha... Lotação! Se não fosse lotação o povo tava enrolado. É ilegal, é ilegal, mas só que a população... É o que tá servindo, porque coletivo não tem não. O mínimo que paga é 25 reais de um táxi daqui pro centro. Pois é, é 30 a 25 reais. Não tem, é precário. É igual ele [sobrinho dela] falou assim, 'ah, eu tenho que levar a minha carteirinha pra revalidar, mas é só a carteirinha porque não tem o coletivo, não tem ônibus. Cadê os ônibus? A mãe mesmo quando ela vai pra igreja, ela é lá da Mundial, lá do JK vai pra Mundial, mas a teve que voltar porque ela tava sem dinheiro pra pagar a lotação. A lotação passou, mas ela teve que voltar porque não teve coletivo, o ônibus não passou. Aí eu digo, meu deus, uma cidade desse tamanho, cresceu e não tem estrutura de coletivo a empresa" (MARIA, 2021)

Pelo menos aqui pro meu setor, eu tô achando ruim demais! Porque a gente gasta do centro pra cá, mais de uma hora. Você veio, você sabe¹⁰... 1h40 min, porque tem que fazer três setores: O maracanã, o Parque Bom Viver, o Esmeralda, aí depois que vem pra cá. É muito demorado, acho que eles deveriam fazer uma linha só pra esse setor. Fazer um terminal bem no centro, alí onde era a Polícia Federal, fazia um terminal que já abrangia o Construindo um sonho, e o Parque bom viver (CECÍLIA, 2021).

Marcela também reclama da falta de transporte público, alega ela que nunca viu um ônibus passando pelo setor onde reside.

Por fim, aproveitamos os relatos das entrevistadas para questionar a elas o que falta para que a cidade e seus setores sejam melhores, elas sugerem creches, segurança pública, coleta de lixo eficaz nos setores mais afastados, entre outras coisas, vejamos:

Tinham que olhar mais pra Araguaína como um polo de negócio, em geral, não só do agro negócio, não só da pecuária. Eu sou zootecnista, mas eu sei que é uma vertente que ela é muito limitada, então você tem que pensar é no pequeno, na base, se a gente conseguir construir a base, os outros vão conseguir desenvolver. Então, Araguaína, ela tinha que melhorar a estrutura pras famílias, né, é um pouco confuso, mas eu quero dizer o seguinte, se eu melhorar os bairros com uma estrutura, asfalto, saneamento se forçar nas políticas públicas pra população e pro empreendedor, ajudando o pequeno empreendedor, porque aqui a gente não tem apoio de nada, não tem apoio da prefeitura, não tem apoio de política, a gente não tem apoio de nada, algumas vezes a gente tem o SEBRAE lá que dá umas palestrinhas, dá uma orientação, só! Empreendedor aqui não tem ajuda de nada, só o grande, o grande empreendedor aqui, né, a rede Campelo, rede Baratão, redes grandes, eles têm ajuda. Agora se eu, um exemplo, eu e meu esposo, se a gente fizer um financiamento pra gente montar uma granja pra gente, a gente não tem. Se a gente for lá e quiser que a prefeitura compre os nossos

¹⁰ Para realizar a entrevista com Cecília, em sua residência, a pesquisadora fez um percurso que durou mais de 80 minutos (usando transporte público).

produtos orgânicos, eles não compram, porque eles só atendem o grande empreendedor, o pequeno empreendedor é sempre deixado de lado. Isso é de todas as formas, a gente mora em bairros mais afastados, que não tem estrutura nem uma, a gente tem pouco acesso à, pouco acesso às políticas de assessoramento, que ninguém dá acessoria de nada. (MARIANA, 2021)

Não, assim, até que a minha rua tá de assim, essa parte. Coleta de lixo, água esgoto, até que tá de boa.” (pesquisadora: e nos setores mais afastados, o que a senhora acha?) “tipo assim, esses setor que eu costumo ir, que eu frequento muito, porque minha mãe mora lá, eu vejo essa parte das falta que, acho que, que necessita, né, também dum asfalto lá naquele lugar, porque é muito carente (CRISTINA, 2021).

Amiga, pra nós que é de classe social baixa é horrível, né?! O que eu acho que falta aqui nessa cidade, nesse bairro, respeito ao próximo, e mais, mais segurança, pra geral, principalmente pra população, pode falar aquilo? LGBTQIA+, pras pessoas trans (AMY, 2021).

A respondente Bruna acredita que “era bom lazer, né, que as coisa tudo é longe. O policiamento, também, né, ter mais viatura da polícia por lá.”. A segurança pública também é uma demanda cobrada pela trabalhadora Pilar:

É, a questão das rua mesmo. Rua, policiamento melhor também, mais policial na rua, porque é difícil, né, ver policial na rua aqui. Assim, porque eu, quando eu morava em São Luís, lá era muito, toda hora passava policial nas ruas. Aqui a gente não vê isso, pelo menos aqui, né. Trabalho também, né, é péssimo, eu acho péssimo, porque é mais por indicação. Tem que ter um conhecido lá dentro da empresa pra poder botar lá dentro, porque se não... Pode mandar o currículo que for (PILAR,2021).

Marcela acredita que supermercado perto facilitaria a vida, assim como mais farmácias e comércio em geral, ela afirma que “o comércio ele de certa forma traz o desenvolvimento e cresce o bairro, cresce o setor, porque você não vai sair daqui, deixar de comprar aqui pra ir comprar bem aculá, né?”.

Mãe de um filho pequeno, a principal sugestão de Kátia é a criação de mais creches:

Uma creche perto. Uma creche mesmo de criança de 1 ano, até entrar mesmo na idade de ir pra escolinha, não tem?! Não tem! Tem no momento pra construir, tá construindo, e tem outras que tá abandonada, não faz reforma, não faz nada por ela. Tem que ter isso, uma crechezinha pras mãe mesmo, bem no setor. na cidade tem muita coisa. É, saúde, cursinho gratuito pras pessoas fazer curso. As empresas dar oportunidade pra quem mora aqui, pra quem quer o primeiro emprego, pra ter mais experiência. Acho que só, é isso, pelo menos na minha cabeça é o que eu tô lembrando agora (KÁTIA, 2021).

Depois da longa conversa com Maria, ela pontua sobre a necessidade de melhorias em seu bairro e na cidade:

Pois é, nós falamos da saúde, que a saúde daqui é precária. O prefeito tinha que investir mais na saúde. Igual a gente já paga muito água, energia, se eles trouxesse pelo menos o básico pro postinho de saúde, já era uma boa pras pessoas, né?! Que já evitava de comprar. Mas não, a pessoa vai, consulta, quando dá certo... O prefeito olhar mais pra situação das pessoas que precisa. Tem pessoa aqui passando fome. Até que tá boa a cidade. Só o transporte mesmo que precisa. [...] Falta emprego, tem muita gente desempregada, se não fosse o auxílio do governo... (MARIA, 2021).

A entrevistada Evelyn anuncia que precisaria fazer uma análise antes de responder a questão, mas por fim declarou que acha a sinalização de trânsito e a arborização insuficientes em seu bairro, perguntamos sobre a cidade:

[Pesquisadora: e na cidade, no geral?] “Esse eu não sei o que que eu posso falar. Questão de emprego também. Porque, como aqui é pelas faculdades assim, tem gente que vem pra estudar, mas tem que trabalhar também. Eu acho que questão de trabalhar mesmo, tem que ter emprego. Não sei se eu respondi tua pergunta, né. Mais creches também que deveria ter. A cidade, é... a cidade inteira mesmo assim? questão de sinalização. Não, mulher! é tão difícil a gente responder assim sem a gente pensar, assim uma forma em geral... Porque nesses últimos anos eu acredito que foi feita muita coisa assim, mas sempre há alguma coisa a melhorar, né? (EVELYN, 2021).

Luciana afirma que necessitam de melhorias o policiamento, a sinalização e o transporte público, que é “muita gente e pouco ônibus”, a doméstica afirma ser “complicado sair pra trabalhar e voltar sem saber se vai ser assaltada, se vai ser morta por aí num assalto, é muito complicado”.

Cecília relata que falta no setor Construindo Sonhos uma praça voltada as crianças, uma praça com academia, supermercado, feira livre, falta também

oportunidade pra gerar dinheiro e emprego pra população aqui, que espaço tem muito. Falta igreja Católica, que aqui não tem... a gente tem que se deslocar daqui até a BR, falta uma creche... e na cidade, emprego, policiamento, porque a gente raramente vê uma viatura, mais organização nas ruas. Fica difícil de trafegar nas ruas do centro, naquela (Cônego).

Esta trabalhadora também evidencia a falta de estrutura da cidade para os deficientes físicos e idosos, principalmente a falta de lazer para os pertencentes a esses grupos. Das entrevistadas, apenas a Olga e Júlia acreditam que a cidade e seu bairro não necessitam de melhorias.

Finalizamos este capítulo afirmando que através das respostas das participantes pudemos a percepção dessas trabalhadoras acerca da cidade, a seguir detalhamos as considerações finais sobre o trabalho.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi detectar qual o acesso e leitura das trabalhadoras sobre a cidade, e entender a percepção das trabalhadoras informais de uma cidade média no interior da Amazônia Legal, Araguaína-TO, através de variáveis tais como educação, moradia, alimentação e trabalho, bem como verificar seu perfil socioeconômico.

Para isso, o primeiro passo foi a elaboração de um referencial teórico abrangente sobre a urbanização da região onde Araguaína está inserida, onde vimos que a ocupação do Norte do país foi impulsionada pelo regime militar. Também discorremos sobre a questão trabalho, que é o que orienta esta pesquisa, mais especificamente sobre o trabalho na atualidade, passando brevemente por um resumo sobre a pandemia de COVID-19 e seus impactos no mundo do trabalho, e em seguida uma discussão sobre as mulheres no mercado de trabalho.

Por último, nessa fase especialmente teórica, apresentamos aos leitores uma discussão breve sobre espaço urbano e segregação socioespacial. Simultaneamente à essa escrita basilar, ocorreu a coleta de dados junto às entrevistadas, a tabulação desses dados deram origem ao capítulo 6 dessa dissertação, onde trazemos a análise e discussão dos dados informados pelas trabalhadoras.

Com isso, foi possível averiguar o perfil dessas 23 mulheres: a maioria é jovem, têm entre 21 e 54 anos, são todas pretas ou pardas, e a parte majoritária é migrante e tem o ensino médio completo como grau máximo de escolaridade, ademais a renda obtida como fruto de seu trabalho varia de 600 reais a pouco mais de dois salários mínimos; e maior parte das trabalhadoras afirmam que esse valor é baixo ou insuficiente para arcar com seus custos mensais.

Todas as domésticas ou diaristas e uma cabelereira afirmam não estarem satisfeitas com suas ocupações, e a maior parte das entrevistadas afirmam que aceitariam ter uma ocupação formal caso tivessem oportunidade. Apontamos também que embora inicialmente não tivéssemos como foco ou meta averiguar como a crise sanitária afeta a vida dessas trabalhadoras todas elas apontaram dificuldades vividas em razão dela, principalmente no âmbito do lazer, já que com as restrições impostas ficaram proibidas aglomerações de pessoas. Em virtude disso, o lazer delas ficou restrito a atividades passíveis de serem feitas no lar, são exemplos a leitura e o sono,

já que muitas trabalhadoras respondem que uma das atividades realizadas no tempo livre é dormir.

Como já citado, a maioria absoluta das trabalhadoras são migrantes. Muito embora soubéssemos que provavelmente haveria um contingente de trabalhadoras vindas de outras cidades ou estados, não imaginamos que seriam tantas. A razão predominante para a vinda dessas mulheres foi a busca por trabalho, resposta também já esperada, assim a surpresa que tivemos diz respeito apenas ao alto número de mulheres migrantes.

Quanto a questão problema dessa pesquisa “como as mulheres trabalhadoras informais entendem/leem a cidade de Araguaína-TO?”, podemos dizer que foi respondida de modo satisfatório. De modo geral percebemos que a cidade é vista por essas trabalhadoras como uma cidade “boa”, mas que precisa ainda de muitas melhorias, sobretudo na oferta de emprego.

Por isso, não confirmamos a hipótese “a”: a cidade não se permite ser vista de outra forma além da Capital do boi gordo, de grande movimentação agropecuária; e do centro de compras e prestação de serviços, pois como visto no capítulo 6, o trabalho traz uma nova visão das trabalhadoras acerca da cidade.

Há uma criticidade à respeito da alcunha “capital do boi gordo”. As trabalhadoras pontuam que não chegam a elas o bônus dessa Araguaína, sendo uma cidade “difícil” para quem tem menores rendas. Essa visão crítica também é notada quanto à questão escolaridade e/ou qualificação: essas mulheres têm a percepção que se fossem melhor qualificadas poderiam estar em postos de trabalho considerados melhores.

Desse modo, confirmamos apenas a hipótese “b”: a mão de obra menos qualificada tem o acesso à cidade fragilizado, no sentido de que tem menos oportunidades de todos os tipos. Confirmamos também a inserção dessas trabalhadoras no grupo do precariado: são mulheres sem qualificação elevada e em trabalhos que não oferecem nenhuma segurança ou senso de carreira.

Consideramos, portanto, que a pesquisa foi finalizada conforme planejamento inicial apesar das dificuldades enfrentadas em razão da pandemia de COVID-19, tais como o contato com as trabalhadoras. E apesar de comprovada uma das hipóteses e concluídos os objetivos projetados no início dessa dissertação, há mais de dois anos atrás, acreditamos que muito ainda pode ser averiguado em pesquisas futuras, como

por exemplo a comprovação ou não da situação de múltiplas vulnerabilidades, como a questão da moradia, apontada por essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana in: A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação** / organizadores: Marco Aurélio Costa, Marcos Thadeu Queiroz Magalhães, Cesar Buno Favarão. – Brasília: Ipea, 2018. 133 p.
- ANICETO, Kátia Regina Pereira. Mudanças no mundo do trabalho e novas exigências de qualificação dos trabalhadores. **Revista Científica Hermes** 1: 49-70, 2009.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAÚJO, Álison Cleiton de. CENTRALIDADE DO TRABALHO: Elementos críticos diante da crise contemporânea do capital. **IV Jornada internacional de políticas públicas**. São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. 3º edição. São Paulo: Nobel, 2009.
- BARBOSA, A. S.; G, Horieste; TEIXEIRA NETO, A. **Geografia: Goiás - Tocantins. Goiânia**. ed. da UFG, 2004.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta. O feudalismo: uma mentalidade medieval? Ponderações a partir de um artigo de georges duby. **Brathair** n.13 v. (1), 2013: 19-31 ISSN 1519-9053.
- BATTAGLIA, Felice. **Filosofia del lavoro**. Bologna: Zuffi, 1951.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990a. (Série Princípios).
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea; Impes, 1988.
- BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 47, n. 3/4, jul/dez, 1985 pág. 357-371.
- BONDUKI, Nabil. A Reforma Urbana no Processo de Participação Popular na Constituinte. In: **Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular: Caderno de textos**. Brasília: Edições Câmara, 2009. Disponível em: . Acesso em: 09 agosto. 2021. p. 177.
- BOSCO, Cralos Alberto. **Trabalho informal: realidade ou relação de emprego fraudulenta?** 2ª edição, Curitiba: Juruá, 2000, p. 164.
- BRASIL. **PROJETO do II Plano Nacional de Desenvolvimento PND (1975-1979)**, Brasília, 1974, pp. 33-34.

BRESCIANNI, Maria Stella M. **História e historiografia das cidades, um percurso**. São Paulo, 1988.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol.37, nº. 132, p. 537-572, set/dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

BUENO, Fábio Marvulle. A crítica da “centralidade” do trabalho e da teoria do valor trabalho na abordagem de habermas. **Revista PÓS** v. 12, n.1, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231250445.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021

CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **RIDH | Bauru**, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan./jun., 2016 (6)

CARDOSO, Luís Antônio. A centralidade da categoria trabalho: uma análise crítica do debate sociológico contemporâneo. com fluências - **revista interdisciplinar de sociologia e direito**, vol. 10, nº 1, 2008- p. 11 a 41.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª edição, 1 reimpressão – São Paulo: contexto, 2007.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas in: **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana / organizador: Marco Aurélio Costa**. – Brasília: Ipea, 2016. 361 p

CHAGAS, Afonso Maria das Chagas; HECKTHEUER, Pedro Abib; HECKTHEUER, Fabio Rycheki. O Discurso Da Internacionalização Da Amazônia: do Imaginário Das Narrativas à Racionalidade Instrumental Dos Projetos. **Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica**, Vol. 22 - n. 3 - set-dez 2017.

COCKELL; F. F., PERTICARRARI, D. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. **Ciênc. saúde coletiva** V.16, n.3. p. 1709-1718. Março, 2011.
<https://www.scielo.br/j/csc/a/T9jxG5ptWzhDP5hYzGb9hNC/?lang=pt#>

CUNHA, Érika Jorge Rodrigues da. **A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea**. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. 2008, 145 pgs.
https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RAAO-7EFPDL/1/a_natureza_do_espa_o_urbano.pdf

DUARTE, Teresinha Maria. O Projeto de Desenvolvimento do Regime Militar e o Estado De Goiás. Osis, **Catalão**, V. 9, N. 12, Jan-Jun 2009.

EGGERT, Edla. Doméstico – espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. In: STRÖHER, Marga; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André (orgs.). **À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade**. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2004. p. 225-241.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito. IPEA. 2015.

FREITAS, Tânia Maria de; FERREIRA, Cleison Leite. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF. In: **Anais do I Circuito de debates acadêmicos**.

FRANCISCANI, Jane Stella. **A Mulher no Mercado de Trabalho e a Luta pela Valorização**. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA -- Assis, 2010. 38 p.

GEISEL, Ernesto. **Acervo de verbete Bibliográfico**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/geisel-ernesto>.

GIAMBIAGI, F., VILLELA, A., BARROS, de Castro L., & HERMANN, J. (orgs.) (2005). **Economia Brasileira Contemporânea**. Campus, Rio de Janeiro.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HENRIQUES, M. H. F. T. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 46, n.3/4, p. 393-423, 1984.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 8. ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1996.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. ILO Monitor: **COVID-19 and the world of work. Third edition. Updated estimates and analysis**. Geneva: ILO, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Estimativas de População. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>> acesso em 10 de março de 2021.

_____. Tabulações avançadas do censo demográfico : resultados preliminares I Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Rio de Janeiro : IBGE, 1981. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1981.pdf. ACESSO EM: 21 ag. 2021

_____. Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro, 2018.

_____. Produção da Pecuária Municipal 2019; Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Produção Agrícola Municipal 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Coordenação de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro, 2020.

INTERNACIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Employment, incomes and equality in Kenia. International Labour Office**, Geneva, 197.

JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013 ISSN 2237-3071.

JÚNIOR, Waldech César Rocha; QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **História Medieval**. v. 1º edição, Editora Agus, 2015. 67 páginas.

KUNKEL, Franciele Inês Reis; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista Adm.**, São Paulo, v.50, n.2, p.169-182, abr./maio/jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rausp/a/CyPcqQwdHNqx46YL8495sRn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 jul. 2021.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.

LESSA, Sergio. Centralidade do trabalho: qual centralidade? **Revista de ciências humanas**. V. 15, N. 22, FLORIANÓPOLIS-SC: ED. UFSC, 22SEW1997

MARQUES, Léa; ET AL. **Informalidade: Realidades e Possibilidades para o Mercado de Trabalho Brasileiro**. São Paulo. SP. Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponibilidade em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/informalidade-realidades-e-possibilidades-para-o-mercado-de-trabalho-brasileiro/>. Acesso em: 16 junho 2021.

MEDEIROS, Priscilla Brandão de Medeiros. O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO: uma análise crítica acerca dos embates gerados na vida da classe trabalhadora. **VI Jornada Internacional de políticas públicas**. 20 a 23 de agosto de 2013, São Luís- MA-Brasil.

MORAIS FILHOS, Evaristo; MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao direito do trabalho**, São Paulo: LTr, 2000.

MOURA, Hélio Augusto de; MOREIRA, Morvan De Mello. A População da Região Norte: processos de ocupação e de urbanização recentes. **PARCERIAS ESTRATÉGICAS** - NÚMERO 12 - SETEMBRO 2001, p. 214-238.

MULLER, H. P. Trabalho, profissão e “vocação”: o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, D; SPURK, J. (orgs.). **O Trabalho na História do Pensamento Ocidental**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2005, 280 p.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política – Uma introdução crítica**. 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

NERI, Marcelo C. FONTES, Adriana. “Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas, Consequências e Caminhos de Políticas Públicas” (Marcelo Neri, Adriana Fontes), Rio de Janeiro, RJ – 2010 - **FGV Social** – 34 páginas.

OLIVEIRA, D. C. de, FISCHER, F. M., AMARAL, M. A., Teixeira, M. C. T. V., & Sá. **A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2005, 18(1), 125-133. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/gQ9n8hrFwsb9H4Lc4ZPkq7B/?lang=pt> . Acesso em: 28 jul.2022

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. **Caminhos de Geografia**, 6(11)84-96, Fev/2004 ISSN 1678-6343.

OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de. “Perfil das Condições de Vida na Amazônia” **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 12, n.2, jul/dez, 1996, p. 181-202.

PASQUALINE, fordismo: uma análise aplicada aos casos do brasil e japão. Monografia, Universidade Federal De Santa Catarina, Curso De Graduação em Ciências Econômicas Florianópolis, 2004.

PEREIRA, Rafael Mesquita; GALVÃO, Maria Cristina; MAXIR, Henrique dos Santos. Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. **R. bras. Est. Pop.** 2018; Belo Horizonte, v.35 n3.

PINTO, Geraldo Augusto. O toyotismo e a mercantilização do trabalho na indústria automotiva do brasil. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 535-552, Set./Dez. 2012.

PINTO. Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Empregabilidade da mulher no mercado atual de trabalho. **2º Congresso Internacional Sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho**, Goiânia, 20 a 22 de agosto de 2007.

PLANOS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO: UM RECORTE PARA A AMAZÔNIA LEGAL (Iago Soares Barcelos¹; Gleice Kelly FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. 7ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

QUERINO, Luciane Cristina Santos; DOMINGUES, Mariana Dias dos Santos; LUZ, Rosângela Cardoso da; A evolução da mulher no mercado de trabalho.E-FACEQ:

Revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, Jandira/SP, vol. 2, nº. 2, p. 1-32, ago, 2013.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa. O Significado do Trabalho em Tempos de Reestruturação Produtiva. **Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, UERJ, RJ, ANO 4, N. 2, 2º SEMESTRE DE 2004.

RIBEIRO, Regina Martins; JESUS, Rosilene Soares de. A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 42-56, jan./jun. 2016.

SALAZAR, Silva Neves. A centralidade da categoria trabalho na contemporaneidade. **Revista Em Debate** – Fascículo nº7, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988

SASAKI, Maria Amélia; MENEZES, Ione Vasques. Trabalhador informal e Previdência Social: o caso dos trabalhadores por conta própria de Brasília-DF. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Volume 11 - Nº 21 - julho de 2012. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n21p173>, acesso: 20 Set. 2021.

SASAKI, M. A. **Trabalho informal: escolha ou escassez de empregos? Estudo sobre o perfil dos trabalhadores por conta própria**. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SAULE JR., Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (org.). **Cidades para todos: propostas e experiências pelo direito à cidade**. Santiago, Chile: HIC, 2010. p. 259-270. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/Bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTOS, Breno; Melo, Marina (2011), Debates sobre a centralidade do trabalho e a participação na informalidade, **Ricot Journal**, No. 1, Porto: IS-FLUP, pp. 25-44.

SACHUK, M. I.; ARAÚJO, R. R. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

SCHLICKMANN, Eugênia, PIZARRO, Daniella. A evolução da mulher no trabalho: uma abordagem sob a ótica da liderança. **Revista Borges**, Faculdade Borges de Mendonça, Florianópolis/ SC, vol. 3, nº. 1, p. 70-89, jul, 2003.

SILVA, P. H. I (2020). O mundo do trabalho e a pandemia de covid-19: um olhar sobre o setor informal. **Caderno De Administração**, v.28, 66-70. jun./2020 Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53586>

SILVA, R. A. **Agropecuária de Araguaína e novas centralidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. 153 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em: http://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/60/2020/02/roberto_silva.pdf. Acesso: 10/jun. /2022.

SILVA, R. D. M., & Trindade, Z. A. (2013). Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. V.14n .1, p. 73- 86.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14ª Ed. São Paulo, Contexto, 1998.

SINGER, P. 1985. **A formação da classe operária: o que é classe operária? A classe operária no Brasil: a sua formação e reprodução**. Ed. Atual, Campinas.

SODRÉ e RAMIRES. Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins. **Novos Cadernos NAEA** • v. 20 n. 1 • p. 169-188 • jan-abr 2017.

SOUSA, Janderson Henrique Mota de. **Ruas de Comércio: Avenida Conêgo João Lima e as vivências laborais de trabalhadores de confecções em Araguaína-TO**. 174 f. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais), 2019- Universidade Federal do Tocantins.

SOUZA, Matilde de. Transamazônica: Integrar Para Não Entregar. **Nova Revista Amazônica** - Volume VIII - Nº 01 - Abril 2020- ISSN: 2318-1346.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. 1 ed- 5ª reimp. – Belo Horizonte, editora autentica, 2019, p. 285.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Sistematização da produção bibliográfica do programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA Belém: **SUDAM**, 2019.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. Trad. Arlindo Vieira Ramos – 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VALVERDE, O. e DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VASCONCELOS, Emanuele Alícia Santos de; TARGINO, Ivan. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993-2013. **Revista da ABET**, v.14, n.1, Janeiro a junho de 2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973) **Revista Brasileira de Economia**. v. 62 n. 2 / p. 221–246 Abr-Jun 2008.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Cia das Letras, 2008, p. 162-163.

WEDIG, Josiane. **Reflexões Socioculturais Acerca do Mundo Rural**. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Dados gerais

1. Qual a sua idade?
2. Como você se considera: negra, parda ou branca?
3. Qual é o nível de escolaridade que você possui?
4. Onde nasceu?
5. (Caso não seja natural de Araguaína) desde que ano mora aqui e qual a motivação da vinda para Araguaína?

Do trabalho

6. Com o quê você trabalha? Há quanto tempo está nessa atividade?
7. Por qual motivo você começou a exercer essa atividade? Você gosta do seu trabalho?
8. Quantas horas por dia você gasta no trabalho?
9. Caso tenha a oportunidade de exercer uma outra atividade, formalmente, aceitaria?
10. Paga INSS?
11. O que acontece caso você fique doente?
12. Quantas horas por dia você dedica ao trabalho em seu lar?
13. Recebe ajuda nas atividades domésticas? De quem?

Renda

14. Qual rendimento obtém por mês exercendo essa atividade?
15. Tem outra fonte de renda?
16. Qual a renda da sua família?
17. Esse valor é o suficiente pra todos os gastos mensais?
18. Quem contribui com a renda familiar. O que os demais membros da família fazem?

Moradia

19. Em que bairro do município você mora e em que bairro trabalha?
20. Trabalha em sua própria casa ou local de moradia?
21. Nos últimos cinco anos, você se mudou? Se sim, qual o motivo?
22. Em quais outros bairros você morou?
23. Qual meio de transporte você utiliza para ir para o trabalho?
24. Mora em casa própria?
25. Mora com quantas pessoas?
26. Tem acesso à saneamento básico? (água, esgoto, coleta de lixo)
27. Existem feiras no bairro, ou supermercados próximos?

Percepção da cidade

28. Costuma ir a quais setores da cidade? Visitar parentes, estudar, levar filhos a escola, supermercados

29. Como vê a cidade?
30. O que gosta de fazer?
31. Quais lugares frequenta?
32. Que lugares gostaria de frequentar, mas não consegue?
33. O que acha do acesso a educação, acesso a saúde, acesso a lazer, acesso a trabalho?
34. Gosta da infraestrutura urbana (saneamento básico, transporte público, asfalto, água,)?
35. O que falta no seu bairro e na cidade para melhorar?

APÊNDICE B – PARECER COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Trabalho novo e cidade média na Amazônia: leituras de trabalhadoras informais sobre Araguaína - TO

Pesquisador: ELK KARINE ALVES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 43095021.9.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.703.909

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto a ser realizado com trinta (30) trabalhadoras do setor informal de Araguaína/TO, com o objetivo de identificar qual o acesso e leitura das trabalhadoras sobre a cidade, seu perfil socioeconômico e a percepção sobre a cidade em que residem e trabalham.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Detectar qual o acesso e leitura das trabalhadoras sobre a cidade de Araguaína.

Objetivo secundário:

- Verificar o perfil socioeconômico das trabalhadoras informais da cidade de Araguaína;
- Observar a percepção das trabalhadoras informais sobre a cidade através de variáveis como educação, moradia, alimentação, trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da pesquisa aos participantes são mínimos, não há possibilidade de causar danos às dimensões intelectual, religiosa, cultural, física, psíquica ou moral dos seres humanos participantes da pesquisa e dela

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.703.909

decorrente; reiteramos que todos os procedimentos adotados visam o não constrangimento do grupo pesquisado.

Benefícios:

Quanto aos benefícios às participantes, as mesmas terão a oportunidade de falarem sobre seu trabalho e de deixar sua percepção sobre a cidade onde moram e trabalham.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em termos secundários a pesquisa possibilitará repensar as ações e políticas de planejamento urbano aplicadas pelo município.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de rosto:

Assinada e carimbada pelo Diretor do Campus da UFT de Araguaína/TO

2. Projeto detalhado contendo as informações básicas do projeto:

3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE:

O TCLE contém todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe a desenvolver, estando redigido no formato de convite.

4. Termo de compromisso

Foi anexada um termo de responsabilidade para uso, guarda e divulgação dos dados da pesquisa; uma declaração de compromisso da pesquisadora, onde o mesma ressalta que a pesquisa só começará após a aprovação do CEP; também um termo de compromisso para registro fotográfico e sonoros, onde a pesquisadora declara não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos anuídos pelos participantes da pesquisa

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora listou no TCLE os riscos potenciais, individuais ou coletivos, bem como a gradação, descreveu as medidas para sua minimização e proteção do participante da pesquisa,

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.703.909

tendo em vista que não há pesquisa sem risco e também incluir os dados de contato (e-mails, telefones e endereços) dos pesquisadores e do CEP. Dessa forma, a pesquisa garantirá todos os princípios éticos aos participantes do estudo, onde os mesmos serão informados sobre a finalidade e detalhes da pesquisa, dos objetivos, da voluntariedade da participação, e da retirada do consentimento a qualquer momento sem nenhum prejuízo; dos riscos, benefícios, divulgação dos resultados, e ainda do contato do pesquisador e do CEP. As participantes deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e terão suas identidades preservadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Reitera-se que, conforme Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1695073.pdf	14/04/2021 15:30:42		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.doc	14/04/2021 15:29:19	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	declaracao_de_compromisso.pdf	03/02/2021 09:57:18	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	03/02/2021 09:53:53	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	01/02/2021 15:51:52	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	termo_responsabilidade.pdf	01/02/2021 15:50:18	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	termo_de_compromisso.pdf	01/02/2021 15:49:50	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	formulario_submissao.docx	01/02/2021 15:47:35	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma.doc	28/01/2021 22:29:43	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_BROCHURA_INVESTIGADOR.docx	28/01/2021 22:27:55	ELK KARINE ALVES DA SILVA	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uff@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.703.909

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 11 de Maio de 2021

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uff@uff.edu.br